

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ CAMPUS DE MARECHAL
CÂNDIDO RONDON PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

DANIELA SILVESTRIN

**DAS DISPUTAS A INTEGRAÇÃO: HISTORICIDADES DA FRONTEIRA ENTRE
CAPANEMA (BR) E ANDRESITO (AR)**

Marechal Cândido Rondon 2019

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ CAMPUS DE MARECHAL
CÂNDIDO RONDON PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM
HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

DANIELA SILVESTRIN

**DAS DISPUTAS A INTEGRAÇÃO: HISTORICIDADES DA FRONTEIRA ENTRE
CAPANEMA (BR) E ANDRESITO (AR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste,
campus Marechal Cândido Rondon, para obtenção do título
de Mestre em História. Orientador: Marcos Nestor Stein

Marechal Cândido Rondon 2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Silvestrin, Daniela

DAS DISPUTAS A INTEGRAÇÃO : HISTORICIDADES DA FRONTEIRA ENTRE CAPANEMA (BR) E ANDRESITO (AR) / Daniela Silvestrin; orientador(a), Marcos Nestor Stein, 2019.

111 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

1. Fronteira. 2. Paraná. 3. Misiones. I. Stein, Marcos Nestor. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE DANIELA SILVESTRIN, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 16 dia(s) do mês de dezembro de 2019 às 14h00min, no(a) Sala 61 - PPGH, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Daniela Silvestrin, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Claércio Ivan Schneider, Marcos Nestor Stein, Antonio Marcos Myskiw. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Marcos Nestor Stein, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "DAS DISPUTAS A INTEGRAÇÃO: HISTORICIDADES DA FRONTEIRA ENTRE CAPANEMA (BR) E ANDRESITO (AR)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Claércio Ivan Schneider, Antonio Marcos Myskiw. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Marcos Nestor Stein

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Antonio Marcos Myskiw

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de DANIELA SILVESTRIN, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Cláercio Ivan Schneider

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)

Daniela Silvestrin

Aluno(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Este trabalho é dedicado a minha mãe, ao meu pai e aos meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Chegar ao final desta etapa é um momento de imensa alegria, de realização pessoal e profissional. Ao longo deste processo estive cercada de pessoas que contribuíram para essa pesquisa e também de pessoas que me fortaleceram.

À minha mãe, Marli Ferrari Gobbato, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando, consolando e sendo fonte de amor e sabedoria.

Ao meu pai Getúlio Silvestrin, por ser exemplo de bondade e aos meus irmãos por sempre me apoiarem.

Ao meu orientador Marcos Nestor Stein, por acreditar em mim, por todas as orientações e principalmente me conduzir pela mão ao título de mestre.

Aos meus amigos Jaci, Leocadia, Elize, Sara e Marcos, por todo apoio e por serem tão compreensivos durante minhas ausências no campus.

Aos meus alunos, que compreenderam minha ausência nos projetos, pelas palavras de apoio e por todos os abraços que recebia quando percebiam que eu não estava bem.

A todos os professores do programa PPGH da Unioeste, por todas as aulas e discussões que muito acrescentaram na minha pesquisa e na minha vida acadêmica.

DAS DISPUTAS A INTEGRAÇÃO: HISTORICIDADES DA FRONTEIRA ENTRE CAPANEMA (BR) E ANDRESITO (AR)

RESUMO:

Esta pesquisa aborda a fronteira entre o Brasil e a Argentina, com foco nos municípios de Capanema, no Sudoeste do Paraná, e Comandante Andresito, no nordeste da Argentina, levando em consideração as disputas de terras para a ocupação e colonização dos territórios de ambos os países. A disputa da área teve início com espanhóis e portugueses e perdurou por anos. O primeiro acordo para a delimitação da fronteira ocorreu em 1494, com o Tratado de Tordesilhas. Entretanto, a disputa pelo território só foi solucionada definitivamente com a “Questão de Palmas ou Misiones”, em 1895, quando Brasil já havia se emancipado de Portugal e a Argentina da Espanha. Com o fim do litígio entre Brasil e Argentina, o rio Santo Antônio foi instituído como o marcador da fronteira entre os dois países e a travessia entre Capanema e Andresito era feita em embarcações. No ano de 1993 foi construída a ponte internacional, ligando as duas cidades. O principal argumento do Governador do Paraná, Roberto Requião, que determinou a construção da ponte, é de que a obra iria facilitar a integração entre as cidades e os países. Diante disso, objetivo central desta pesquisa é analisar as narrativas de jornais e obtidas por meio de entrevistas orais com moradores sobre a constituição desta fronteira e compreender porque após muitos anos de disputas pelo Território de Palmas a integração passa a tomar conta das discussões sobre essa fronteira. A construção da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio foi um marco para as cidades, mas não foi protagonista na integração entre as localidades. O discurso de integração fronteiriça, por vezes soa idealista, mas que muitas vezes não considera a realidade local e a vontade da população.

Palavras-chave: Fronteira, Paraná, Misiones, Brasil, Argentina.

FROM DISPUTES TO INTEGRATION: BORDER HISTORICITIES BETWEEN CAPANEMA (BR) AND ANDRESITO (AR)

ABSTRACT

This research deals with the Brazil-Argentina border, mainly focusing on the cities of Capanema, located in the Southwestern region of Paraná, and Comandante Andresito, located in the Argentinean Northeast, and taking in considerations the land conflicts related to the occupation and colonization of the said territory by both countries. The conflicts over the area originated with Spanish and Portuguese colonizers and lasted for years. The first treaty to delimit the border was the Tratado de Tordesilhas, signed in 1494. However, the conflicts over the area were only definitely solved with the “Questão de Palmas ou Misiones”, in 1895, when Brazil had already emancipated itself from Portugal, and Argentina from Spain. With the conclusion of the dispute between both countries, the Santo Antônio River was instituted as the border marker between Brazil and Argentina, and the crossing between Capanema and Andresito was made by boats. In 1993, an international bridge was built, connecting the two cities. The main argument of the then governor of Paraná, Roberto Requião, whom ordered the construction, was that the bridge would make it easier to integrate both cities and countries. Given this, the main objective of this research is to analyze the narratives published by newspapers and obtained from oral interviews with the cities’ residents about the constitution of this border and to understand why, after so many years of dispute over the Território de Palmas, the integration begins to take over the discussions about this border. The construction of the International Bridge over the Santo Antônio River was a landmark for the cities, but it was not a protagonist in the integration between the localities. The border integration discourse sometimes sounds idealistic, but it often does not consider the local reality and the will of the population.

Keyword: Border, Paraná, Misiones, Brazil, Argentina

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. Divisão Política do Paraná em 1950	15
FIGURA 2. Monumento em homenagem a Andrés Guacurarí Artigas. Centro de Andresito.....	17
FIGURA 3. Distância entre os municípios de Capanema e Andresito	20
FIGURA 4. Tratado de Tordesilhas, Madrid e Santo Ildefonso	28
FIGURA 5. Território de Palmas	29
FIGURA 6. Posição dos Rios Santo Antônio, Peperi Guaçu, Jangada e Chapecó	31
FIGURA 7. Tratado de Montevideú	33
FIGURA 8. Área em disputa no Sudoeste paranaense. Gleba Missões e Chopim.....	39
FIGURA 9: Mortos na “Tocaia de Capanema”	46
FIGURA 10: Futuro colonos contemplados pelo <i>Plán de Colonización Andresito</i> escolhendo seus lotes	56
FIGURA 11: Vista aérea da cidade de Andresito.....	59
FIGURA 12. Aduana brasileira – Posto de fiscalização da Policia/Receita Federal	68
FIGURA 13. <i>Adjudican puente Andresito-Capanema</i>	69
FIGURA 14. <i>Puente sobre el San Antonio puede traer mutuos beneficios</i>	70
FIGURA 15. Iniciado tráfego da ponte Brasil-Argentina em Capanema.....	75
FIGURA 16. Posto Aduaneiro em <i>Andresito</i>	88
FIGURA 17. “Argentininhos”.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quantidade de habitantes do Sudoeste	42
Tabela 2. Títulos de propriedades expedidos pelo GETSOP	48
Tabela 3. Lista das Cidades Gêmeas/2016	80
Tabela 4. Valor total das exportações da região Sul.....	89
Tabela 5. Valor total das importações da região Sul	90

LISTA DE SIGLAS

CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório

CEFSPRG – Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande.

CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial CTG

– Centro de Tradição Gaúcha.

GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO: OLHAR HISTÓRICO SOBRE A DISPUTA DE TERRAS	22
1.1 CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA: DO TRATADO DE TORDESILHAS À QUESTÃO DE PALMAS	22
1.2 COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE E A REVOLTA DOS POSSEIROS	33
1.3 PLÁN DE COLONIZACIÓN ANDRESITO.....	47
2 “EU QUERIA CONSTRUIR UMA PINGUELA”: A TRAVESSIA SOB A PERSPECTIVA DOS MORADORES DE CAPANEMA E ANDRESITO	56
2.1 “NAQUELA ÉPOCA AGENTE TINHA UM BARQUINHO PRA PASSAR ALI”: HISTÓRIAS DE TRAVESSIAS ANTES DA PONTE	56
2.2 CONSTRUÇÃO DA PONTE E A EXPECTATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO.	62
3 “NÓS TEMOS QUE PENSAR EM QUESTIONAR A INTEGRAÇÃO CULTURAL E HUMANA” FRONTEIRA COMO LOCAL DE RELAÇÕES COMERCIAIS E INTERPESSOAIS	77
3.1 ALFANDEGAMENTO (VISÃO OFICIAL DO ESTADO)	81
3.2 RELAÇÕES DE COMÉRCIO	86
3.3 RELAÇÕES INTERPESSOAIS E INTEGRAÇÃO CULTURAL.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS.....	101

INTRODUÇÃO

A inquietação que resultou na elaboração desta pesquisa surgiu quando fui trabalhar como professora de Arte do Instituto Federal do Paraná – IFPR, no município de Capanema, localizado a 124 km de Cascavel, cidade na qual residia. Capanema é uma cidade de fronteira internacional, uma vez que está localizada na fronteira entre o Brasil e a Argentina. Ao buscar materiais sobre a história dessa região, especialmente sobre a construção dessa fronteira, percebi que há poucos estudos, que são resultado de pesquisas de programas de pósgraduação, que abordam esse assunto. Esse foi um dos motivos que me inspiraram a iniciar esta pesquisa.

No segundo semestre do ano de 2016, cursei, como aluna especial, a disciplina de “História e Cultura”, no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE. Entretanto, não tinha claro o objeto que pesquisaria. Sentia-me dividida entre pesquisar a cultura gaúcha, predominante na região, e a integração fronteiriça entre argentinos e brasileiros. Após concluir a disciplina como aluna especial, optei pelo atual objeto de pesquisa e realizei a inscrição e fui aprovada neste Programa de Pós-Graduação.

Fazer parte do quadro de servidores da rede federal de ensino no município de Capanema me possibilitou contato com diversas pessoas que colaboraram com a pesquisa, além de poder participar de outros projetos de pesquisa, que ajudaram na coleta de dados para esta reflexão. Estar nesse meio possibilitou acesso a um acervo¹ disponível na Associação Comercial, bem como contato com pessoas do outro lado da fronteira. No entanto, lembro que percebi, no primeiro contato, a desconfiança no semblante dos moradores de *Andresito*², quando os procurava e comentava sobre minha pesquisa. Mas, após explicar detalhadamente o tema do estudo, alguns se sentiam à vontade e colaboravam; todavia, outros continuavam resistentes.

Neste trabalho, buscamos investigar as relações culturais, políticas, econômicas e sociais estabelecidas na zona de fronteira entre Brasil e Argentina, mais especificamente na região Sudoeste do Paraná e Nordeste da Argentina, entre os municípios de Capanema e *Andresito*, desde o início da disputa pelo território que iniciou com o Tratado de Tordesilhas e findou com a “Questão de Palmas ou *Misiones*”, até os efeitos causados pela construção da Ponte

¹ O acervo a que me refiro é uma pasta com uma série de documentos que está arquivada na Associação Comercial de Capanema. Não há registro de quem foi compilando o conteúdo contido nessa pasta. Dentre os documentos encontram-se cópias de e-mails, cópias de ofícios, recortes de jornais que trazem fotografias, Portarias, Atos Declaratórios, Atas de Reuniões Bilaterais, Atas sobre o tráfego Vicinal, panfletos, projeto da Aduana, dentre outros documentos.

² Os entrevistados foram selecionados a partir dos nomes que constavam em alguns documentos da ACEC. A partir das primeiras entrevistas nomes iam surgindo, como uma corrente, uma entrevista acabava levando a outra.

Internacional sobre o Rio Santo Antônio, que liga os dois municípios. Cada uma das pessoas entrevistadas tem uma maneira única de relatar suas vivência e percepção da fronteira. Nesse sentido, Albuquerque Jr. nos faz refletir sobre a noção de território, ou seja, a maneira em que os sujeitos constroem e reconhecem o local que no qual estão inseridos. Segundo o autor:

Nossos territórios existenciais são imagéticos. Eles nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contatos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura, que nos faz pensar o real como totalizações abstratas. Por isso, a história se assemelha ao teatro, onde os atores, agentes da história, só podem criar à condição de se identificarem com figuras do passado, de representarem papéis, de vestirem máscaras, elaboradas permanentemente.
(ALBUQUERQUE Jr, 2009, p. 27)

Assim, esta dissertação é um exercício no sentido de investigar as seguintes questões: De que maneira essa fronteira foi constituída? Quem são os sujeitos que residem nessa fronteira? Quais as indagações que envolvem a vida de pessoas desses municípios? Como os moradores percebem a integração entre os municípios de Capanema - Paraná/BR e *Comandante Andresito - Misiones/AR*?

Para que possamos responder esses questionamentos, partiremos da análise de documentos escritos e das narrativas dos moradores de ambos os municípios. A História Oral foi utilizada como metodologia para a produção e problematização das narrativas de moradores das duas localidades. Utilizamos as reflexões de PORTELLI (2000) uma vez que o autor ressalta a importância do diálogo entre entrevistador e entrevistado na construção das narrativas, bem como as reflexões de Yara Khoury (2004), que propõe que as entrevistas sejam “como atos interpretativos, como processos constantes, de atribuição de significado, como expressões da consciência de cada um sobre a realidade vivida” (KHOURY, 2004, p.18).

Tanto *Andresito* quanto Capanema são municípios jovens; o primeiro teve sua lei de criação sancionada em 1983³ e o segundo em 1951⁴. Até o ano de 1950, Capanema pertencia a Clevelândia, como podemos observar no mapa fig. 1.

³ A cidade de Andresito foi colonizada através do Plano de Colonização Andresito, porém a localidade foi elevada a município por meio da Lei 1839 de 20 de julho de 1983, assinada pelo General de Brigada Juan Manuel Bayon, governador da Provincia de Misiones.

⁴ Capanema se desmembrou do município de Clevelândia e foi elevado à categoria de município através do decreto-lei estadual n.º 790, de 14 de novembro de 1951, conforme dados disponíveis em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/capanema/historico>>. O município foi instalado em 14 de dezembro de

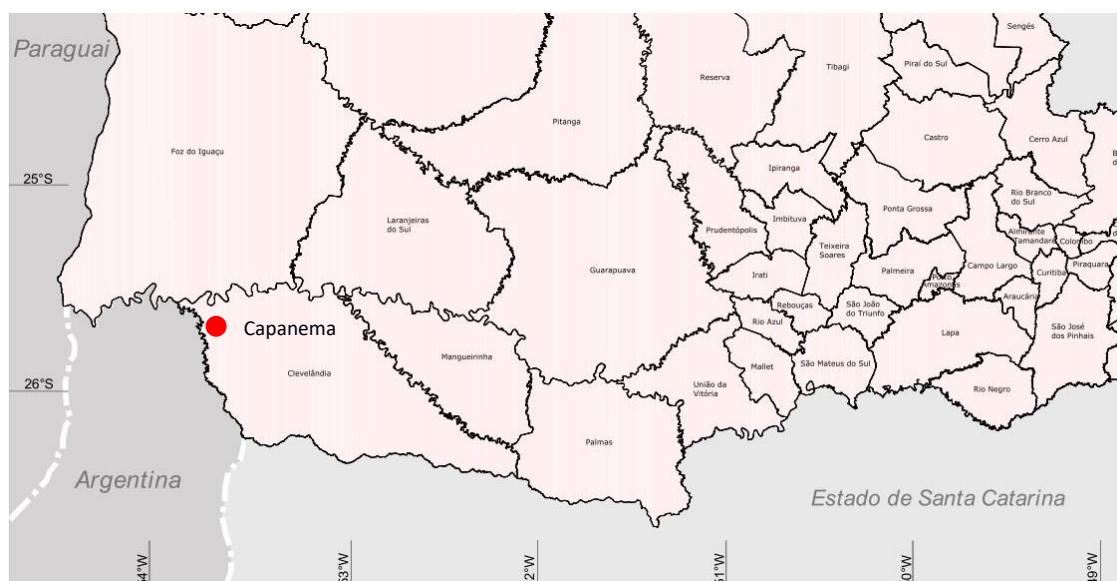


Figura 1. ⁵Divisão Política do Paraná em 2010

Fonte: DGTC (1945); IPARDES BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010)

Capanema está localizada no extremo-oeste, do Sudoeste do estado do Paraná. Possui uma população estimada de 18526 habitantes, segundo o último Censo de 2010. Dessa população, 11136 habitantes moram em perímetro urbano e 7376 em área rural⁶. O município possui 419,036 Km² de extensão territorial, dos quais 333,854km² correspondem ao território rural⁷. O município recebeu este nome em homenagem ao engenheiro e geólogo Guilherme Schüch, conhecido com o Barão de Capanema⁸, isso por ter ajudado na testilha entre Brasil e Argentina, quando disputavam região de terras da região de Palmas. Em 5 de fevereiro de 1895, a região de conflito entre a Argentina e o Brasil, referente ao Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, passa a pertencer definitivamente ao território brasileiro, por meio da arbitragem do Presidente Grower Cleveland, dos Estados Unidos⁹. Capanema faz divisa com os municípios de Capitão Leônidas Marques, Planalto e com o Parque Nacional do Iguaçu, que, através da antiga estrada do colono, levava ao município de Serranópolis do Iguaçu e *Comandante Andresito*, na Argentina. Está localizada a 574 km da capital do Estado, Curitiba.

⁵, conforme dados do IPARDES:

<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85760&btOk=ok>

⁶ Informação disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/pr>>.

⁷ Conforme os resultados preliminares do Censo Agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/capanema/pesquisa/24/75511>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

⁸ Responsável pela instalação da primeira linha telegráfica do Brasil e pela fundação do Telégrafo Nacional, em 11 de maio de 1852.

⁹ <https://www.capanema.pr.gov.br/municipio/sobre>

Atualmente, as principais atividades econômicas de Capanema estão ligadas à pecuária, agricultura e atividades afins, que representam um pouco mais de 70% de toda movimentação econômica do município. As demais atividades econômicas ficam por conta do comércio, frigoríficos, pequenas empresas e cooperativas. A cada 2 anos, o município realiza a Feira do Melado, que se tornou tradição em toda região. A feira foi criada em 1991, com objetivo principal de demonstrar os produtos da região, como queijos, vinhos, compotas, embutidos e principalmente os produtos feitos à base de cana-de-açúcar, como o melado, que é o carro-chefe da feira.

Comandante Andresito é um município que se originou a partir de um projeto de colonização agrícola, localizado na *Província de Misiones*, ao Norte do departamento de *General Manuel Belgrano*, ao Nordeste da Argentina. Possui cerca de 20 mil habitantes e seu território compreende aproximadamente 910 km². Faz divisa com os municípios de San Antônio, Wanda, Capanema e Planalto. Ao Norte, faz limite com os rios Iguaçu e Santo Antônio, também faz divisa com o Parque Nacional do Iguaçu e o *Parque Provincial Uruguái*.

10

O nome do município foi dado em homenagem ao índio *Andrés Guacurarí Artigas*¹¹, também chamado de *Andresito*, que lutou pelos interesses do seu país e foi considerado um grande patriota; foi Comandante General de *Misiones*, Tenente Governador de *Corrientes* e Coronel da Cavalaria do exército, considerado um herói nacional. Segundo PIGNA (2016), *Andrés Artigas* foi o único governador de origem indígena da história de *Misiones*, era conhecido por ter uma conduta revolucionária, justa e humana e liderou a primeira reforma agrária da América.¹² Um monumento em sua homenagem pode ser encontrado no centro de *Andresito* (conforme Figura 1).

10

<http://www.misionesafull.com.ar/images/municipalidades/municipios%20fotos/departamentos/Departamento%20General%20Manuel%20Belgrano.html>

¹¹ Nasceu em 30 de novembro de 1978, na vila de Santo Tomé. Não há registro preciso sobre sua morte, que ocorreu entre 1821 e 1825, no Rio de Janeiro. Governou a *Província de Misiones*, entre 1811 e 1821. Ver: <https://es.wikipedia.org/wiki/Andresito_Guazurarí>.

¹² Felipe Isidro Pigna é um historiador argentino, nascido em Buenos Aires em 29 de maio de 1959. É diretor do Centro de *Difusión de la Historia Argentina* da Universidade Nacional de San Martín. Ver: https://www.clarin.com/viva/columnistas_viva-felipe_pigna-haciendo_historia_0_HkfxT06uvmx.html



FIGURA 2. Monumento em homenagem a Andrés Guacururí Artigas. Centro de Andresito

Fonte: Arquivo pessoal. (22/11/2017)

As principais atividades econômicas do município são o cultivo da erva-mate, a extração de madeira e a pecuária. Durante o último governo militar argentino (1976-1983), com o objetivo de frear a migração dos brasileiros e ao mesmo tempo na tentativa de limitar a integração com o lado brasileiro (FERRARI, 2011, p. 326), criou um plano de ocupação agrícola, chamado de *Plán de Colonización Andresito*, que foi aprovado em 22 de fevereiro de 1979 pela Lei 1.074. Até então, o território Argentino no extremo Nordeste do país estava sendo ocupado por brasileiros que se dedicavam ao plantio da erva-mate.

Entendemos a fronteira como uma construção humana. Essa perspectiva se apoia nas palavras de José de Souza Martins:

[...] No âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. [...] É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. (MARTINS, 2016, p. 10)

A produção acadêmica que aborda de forma mais aprofundada as relações fronteiriças entre Capanema e Andresito é a tese da geógrafa Maristela Ferrari¹³. Diante disso, essa é a nossa principal referência bibliográfica para discutir as questões da fronteira entre Brasil e Argentina em toda a região Sudoeste do Paraná e Santa Catarina. Outra é o livro do historiador Adelar Heinsfeld¹⁴, intitulado *Fronteira Brasil/Argentina: A questão de Palmas*, que apresenta todo um panorama da disputa de terras entre Brasil e Argentina desde 1494. Outros estudos que utilizamos, embora não problematizem especificamente as relações ali estabelecidas, são o do historiador Ruy Christovam Wachowicz¹⁵, que em seu livro *Sudoeste, Paraná: ocupação e colonização* aborda o processo de colonização os conflitos do Sudoeste do Paraná; da jornalista Everly Pegoraro¹⁶, em sua pesquisa intitulada *Dizeres em Confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*, aborda a Revolta dos Posseiros a partir das narrativas publicadas pela imprensa paranaense; o historiador Hermógenes Lazier¹⁶ em seu livro *Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense*, do ano de 1986, faz uma análise da posse de terras no Sudoeste paranaense; o professor e historiador Jaci Poli¹⁷, que, em sua dissertação, problematiza a posse das terras no Sudoeste paranaense e realiza pesquisas sobre a Revolta dos Posseiros e Estrada do colono. Em relação aos estudos de pesquisadores argentinos, cabe citar Jorge N. Pyke¹⁸, professor da Universidade Nacional de Misiones – AR, cujas pesquisas enfocam a colonização de *Andresito*. A Tese de Doutorado da historiadora Luz Irene Pyke,

¹³ Ver: FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina: o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX)**. 2011. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

¹⁴ HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina: a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

¹⁵ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

¹⁶ PEGORARO, Everly. **Dizeres em Confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense**. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense/Unicentro, Niterói, 2007. ¹⁶ LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

¹⁷ POLI, Jaci. **Da posse para a propriedade da terra no sudoeste do Paraná (1962 - 1973)**. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

POLI, Jaci. **Questão Agrária: da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962-1973)**. In: VANNINI, Ismael; GELLER, Odair Eduardo. (Orgs.). **História: tempos e espaços de criação**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009.

POLI, Jaci. **Revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná**. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (orgs.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

¹⁸ PYKE, Jorge N. El acionar de la nación y el estado durante la última dictadura militar en argentina: **El Plan de Colonización Andresito en la frontera de Misiones (1978-1983)**. In: Abordagens historiográficas na fronteira: trabalhos apresentados no II Encontro Acadêmico de História “Fronteira: Passado-presente” e no II Simpósio de História da América. German Sterling (org.). Foz do Iguaçu: Uniamérica – Biblioteca, 2006.

docente investigadora da *Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, UNaM*.¹⁹ que discute a fronteira de *Misiones* a partir do campo historiográfico e das questões políticas e sociais. E o historiador Felipe Isidro Pigna²⁰ que realiza pesquisa sobre a História da Argentina.

Outras obras serviram de base para pensar a questão da fronteira são o livro de José de Souza Martins: *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do Humano*²¹; e a publicação *Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina*, organizada por Maria Helena Martins²², que, juntamente com outros pesquisadores, discute a fronteira na região Sul do Brasil.²³

O centro do município de *Andresito* está localizado a cerca de 37 km do centro de Capanema. Mesmo os municípios não sendo tão próximos, como Foz do Iguaçu e Porto Iguaçu, por exemplo, Capanema se torna a cidade de porte maior e com maior oferta de serviços e produtos mais próxima, como é possível verificar na Figura 2. Tendo em vista que não há passagem de cargas entre os municípios, o trânsito é bem tranquilo e o deslocamento entre uma cidade e outra é de aproximadamente 30 minutos²⁵. O trajeto de Capanema até a aduana passar por diversas comunidades: Cambuí, São Luiz e Santa Clara, que contam com escola, mercado e posto de saúde.

¹⁹ PYKE, Luz Irene. **Estado, política y frontera: las autoridades políticas y los agentes estatales argentinos frente a ovimientos políticos transfronterizos en el territorio nacional de Misiones durante las décadas de 1920 y 1930**. Tese de doutorado em História. Universidad Nacional Mar Del Plata, 2017.

²⁰ Pigna, Felipe; “**Andresito, nuestro indio gobernador**”. Disponível em: Clarín, https://www.clarin.com/viva/columnistas_viva-felipe_pigna-aciendo_historia_0_HkfxT06uvmx.html.

²¹ MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

²² MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras Culturais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

²³ Para ampliar as leituras sobre fronteira ver a produção do professor e historiador Antonio Marcos Miyskiw que realiza pesquisas sobre o oeste e sudoeste do Paraná, sua colonização e seus conflitos, como a Revolta dos posseiros e demais conflitos agrários desta localidade, bem como as questões de fronteira mais especificamente sobre a formação da fronteira no Sul do Brasil ver: MYSKIW, Antonio Marcos. **Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil**. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (orgs.). *História da Fronteira Sul*. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

²⁴ Sobre a Revolta dos Posseiros ver o trabalho do professor e historiador Paulo José Kolling, que em seu livro “A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: A luta pela terra entre memórias e comemorações”, aborda a experiência da luta pela terra evidenciando a ação popular revisitando a história do movimento pelas terras a partir das produções bibliográficas sobre o tema. KOLLING, Paulo José. **A Revolta de 1957 no Sudoeste do Paraná: A luta pela terra entre memórias e comemorações**. Guarapuava, PR: Ed Unicentro, 2018

²⁵ O deslocamento é feito de carro, pois não há meio de transporte coletivo que faz o trajeto entre uma cidade e outra.



FIGURA 3. Distância entre os municípios de Capanema e *Andresito*

Fonte: <<http://www.googlemaps.com>>

Sendo assim, Capanema se tornou um lugar importante para os moradores do outro lado da fronteira, uma vez que os três municípios argentinos mais próximos de *Andresito* possuem uma distância maior. As cidades mais próximas de *Andresito* dentro do território Argentino são: Wanda que está a uma distância 77,3 Km, San Antônio a 65,8 km de distância e Puerto Iguazu que através da estrada parque fica a 69,7 km ou 127 km de distancia utilizando o trajeto por Wanda. Capanema tinha condições de atender a população vizinha conforme suas necessidades de produtos e serviços, que era o principal motivo da travessia dos argentinos até o Brasil.

Antes da construção da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio para chegar ao país vizinho, a população realizava a travessia em pequenos barcos. Nas entrevistas realizadas, alguns moradores de *Andresito* relatam a dificuldade de como a travessia era feita antes da construção da ponte, tendo em vista que o tipo de embarcação utilizada era bastante precária. Os moradores do lado argentino se deslocavam até Capanema para adquirir diversos bens, desde roupas, alimentos, produtos de limpeza, até eletrodomésticos e móveis. A travessia também era feita para os momentos de lazer, como os jogos de futebol.

Em meados de 1985, o vereador Ivanir Ferronato²⁶ propôs a construção de uma “pinguela”. Segundo o vereador, a proposta não chegou a ser executada, pois o governador do

²⁶ Ivanir José Ferronato foi presidente da Câmara de Vereadores de Capanema no período de 1982 a 1986. Nessa época, o mandato de vereador era válido por 6 anos. Informação disponível em: <<http://www.capanema.pr.leg.br/processo-legislativo/legislatura/8a-legislatura-1982-2013-1988/view>>.

Estado do Paraná na época, Roberto Requião, decidiu que o governo do Paraná construiria a ponte para ligar o Brasil à Argentina. Segundo nosso entrevistado, um dos fatores que motivou a decisão do Governador Roberto Requião foi o fechamento da Estrada do Colono²⁷, no ano de 1986. Diante disso, cabe perguntar: Qual seria o interesse do governador em arcar com as custas da construção da ponte?

Na época, os argentinos não apoiaram financeiramente a construção da ponte, mas o governo do Estado do Paraná optou por custeá-la: “a ponte foi construída com recursos do Governo do Estado e custou 826 mil dólares” (GAZETA DO POVO, 1994, s. p.). De acordo com o jornal, para as autoridades paranaenses, a Ponte Internacional, além de ser uma importante ligação a Misiones, ao Oeste paranaense (via Argentina) e à cidade de *Puerto Iguazu*, na fronteira com o Oeste do Paraná, traria crescimento econômico para a região. Segundo Roberto Requião, “ao decidirmos pela construção da ponte entre Capanema e Andresito, levamos em consideração, principalmente, os resultados econômicos que virão em função desta obra para Capanema, o Sudoeste, o Paraná e o Brasil” (GAZETA DO POVO, 1994, s. p.). A construção teve início em 13 de março de 1993 e foi concluída em 25 de fevereiro de 1994.

Atualmente, a aduana entre Capanema e *Andresito* tem seu horário de funcionamento limitado das 7 horas da manhã até as 19 horas da noite, o que impede o trânsito de veículos fora deste horário e conseqüentemente limita a integração por meio de atividades culturais. Indiretamente, o fechamento da aduana acaba dificultando a participação dos moradores de ambos os lados da fronteira em festividades, shows e eventos no país vizinho, pois a maioria acontece no período noturno, tendo em vista que nem todos possuem uma condição financeira para pagar um hotel e voltar no outro dia a seu país.

Sendo assim, em meio a todo este contexto, o objeto de pesquisa desta dissertação se constitui em analisar as relações estabelecidas na fronteira entre Capanema e *Andresito*. Buscamos compreender por que, depois de cerca de 400 anos de disputas pelo território, os governos buscam se integrar, ou seja, o que motiva atualmente a busca pela integração fronteiriça. Propõe-se contextualizar historicamente os acontecimentos que precederam a construção da

²⁷ Estrada pertencente ao governo do Paraná, que passava no interior do Parque Nacional do Iguazu e ligava a cidade de Serranópolis do Iguazu e a cidade de Capanema. Possui cerca de 17,6 km e foi transformada em estrada por volta de 1950. Devido ao grande número de desmatamento do interior do Paraná, a extração ilegal de palmito, a caça de animais silvestres, a criação de diversas cidades e a construção de rodovias, grupos ambientalistas pressionaram o governo do estado para o fechamento da Estrada, por ser uma área de preservação ambiental permanente (CORNELLI; CASTANHA, s. d.).

Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio, como a disputa pelo território entre Brasil e Argentina, desde o Tratado de Tordesilhas até a Questão de Palmas²⁸. Este trabalho aborda diversas fontes: recortes de jornais, leis municipais, estaduais e nacionais, decretos, ofícios, convites, pronunciamentos oficiais de autoridades, atas de reuniões bilaterais²⁹, atas da comissão da aduana³⁰, cartas, mapas, e-mails, folders, notícias de sites (oficiais e de notícias), documentos de acervo particular, fotografias e entrevistas orais coletadas durante o decorrer desta pesquisa.

É válido, no entanto, ressaltar que o conceito de fronteira não faz referência apenas a uma demarcação, uma linha divisória onde acaba um país e começa o outro. De acordo com Ferrari, o termo vem sendo utilizado em vários sentidos, desde o limite entre dois países, até fronteiras abstratas, como bem e o mal, fronteira da natureza, epistemológica, vida e morte (FERRARI, 2011). Partilhamos a perspectiva de que as fronteiras consideradas naturais são o resultado da ação humana, e tudo que é resultado da ação humana é histórico. Nesse sentido, nesta pesquisa, busca-se pensar a fronteira enquanto espaço de construção histórica.

Partindo da concepção de fronteira como limite territorial e de seus desdobramentos relativos às questões de nacionalidade, tradição e identidade, Moreira e Lucena (2009) traçam um panorama de apropriações do conceito de fronteira, que se situam no fim do século XIX, citando autores clássicos da geografia política, como Ratzel (apud MOREIRA; LUCENA, 2009, p. 2), afirmando que “vincularam o conceito de fronteira ao de estado, sendo a fronteira entendida como princípio para a expansão e crescimento dos Estados” assim como faz Turner.

Os conceitos utilizados por Ferrari (2011) mostram que as zonas fronteiriças não são apenas espaços portadores das linhas demarcatórias ou espaços de separação de duas identidades nacionais, mas são igualmente um conjunto sócio territorial formado pelos dois lados da fronteira linear, produto de interações materiais e imateriais tecidas antes de tudo entre os fronteiriços e não meramente entre brasileiros e argentinos (FERRARI, 2011, p.19). Ao mesmo tempo em que as fronteiras carregam consigo um significado de divisão, restrição, separação de modos de vida ou mesmo de idiomas, ela traz uma integração na maioria das vezes através do comércio, que por consequência aumenta o fluxo de pessoas e mercadorias.

²⁸ Para se aprofundar mais no tema, ver: Heinsfeld (2007).

²⁹ As reuniões bilaterais aconteciam entre prefeitos, vereadores, empresários, polícia, delegados da polícia federal e demais interessados em pensar as relações na fronteira. A pauta das reuniões normalmente era relacionada ao turismo, alfandegamento e horário de funcionamento da aduana. Cada vez a reunião acontecia em um país.

³⁰ Essas reuniões normalmente aconteciam na Associação Comercial de Capanema, e participavam empresários e algumas autoridades.

Além de pensar a fronteira como algo geográfico e político, que separa um país de outro, nesta pesquisa é necessário que ela seja entendida como um espaço de construção de relações. As fronteiras, antes de ser marcos físico ou naturais, são, sobretudo, simbólicas, de referência mental, que guiam a percepção e a realidade (PESAVENTO, 2002). Porém quando discutimos fronteira não podemos ignorar o princípio de di-visão apresentado por Bourdieu (2001) em que ele afirma que as fronteiras são em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, ou seja, uma disputa de forças para uma delimitação legítima (BOURDIEU, 2001, p. 115).

Quando o conjunto das experiências dos indivíduos é algo contínuo, as relações construídas nesses espaços vão muito além das fronteiras simbólicas e da demarcação de espaços físicos, ou seja, uma ponte ou um rio passam a ser vistos como elemento de ligação entre uma nação a outra. Não há dúvidas de que a tendência é pensar as fronteiras que se ancora na territorialidade e se desdobra no político, sendo assim, a fronteira é encerramento de espaço que delimita um território. Mesmo com uma definição geopolítica, o conceito de fronteira já avança para uma construção simbólica de pertencimento e identidade, que faz menção a um marco de referência que se define pela diferença (PESAVENTO, 2002).

As regiões de fronteira vão além de uma simples divisão ou marco entre um país e outro; elas são étnicas³¹, uma vez que, nas áreas de fronteira, normalmente não existe apenas um ou dois grupos, mas diversos grupos que carregam consigo diversas identidades.

A fronteira cultural é trânsito e passagem, que ultrapassa os próprios limites que fixa, ela proporciona o surgimento de algo novo e diferente, possibilitado pela situação exemplar do contato, da mistura, da troca, do hibridismo, da mestiçagem cultural e étnica (PESAVENTO, 2002, p. 37).

A dinâmica de uma região de fronteira é bastante complexa, pois envolve questões geográficas, culturais, sociais e políticas, que estão sob a lei, burocracias, preconceito e visões estereotipadas do outro. Após analisar os diversos documentos na ACEC, como atas, e-mails, relatos de reuniões, foi possível concluir que vários são os esforços de políticos e autoridades locais e regionais para facilitar a integração nas zonas fronteiriças, entretanto, compreender as relações que se estabelecem nas dinâmicas da fronteira e projetar políticas públicas para as fronteiras internacionais é delicado, pois envolvem interesses políticos locais e regionais, elementos espaciais e legislações de países distintos.

³¹ A abordagem escolhida para tratar de etnicidade é a construída por Poutignat e Streiff-Fenart (1998).

Assim sendo, buscou-se estabelecer um diálogo com pessoas que constituem direta ou indiretamente essa zona de fronteira, priorizando moradores comuns para que a narrativa não tivesse apenas um cunho político ou intencional. Entretanto, o diálogo com lideranças que estão diretamente envolvidas em projetos e reuniões que tratam diretamente o assunto foi indispensável. Conforme as fontes iam sendo coletadas e analisadas, nomes iam surgindo e, assim, as entrevistas iam sendo agendadas. As entrevistas ocorreram de forma que o entrevistado tinha a liberdade para contar sobre sua história de vida, entretanto, havia algumas perguntas pré-estabelecidas, para que não se perdesse o foco.

Nesta pesquisa, buscou-se dialogar com autores que refletem sobre as relações estabelecidas na fronteira. As relações transfronteiriças fornecem aporte para refletir sobre as questões de identidade, étnicas, sobre as relações sociais que são estabelecidas e de que maneira acontecem as relações culturais que são constituídas em uma zona fronteira³².

Stuart Hall (2015, p. 9) “desenvolve um argumento relacionado a ‘identidades culturais’, ou seja, os aspectos da nossa identidade que surgem de nosso ‘pertencimento’ a culturas étnicas, raciais, linguísticas religiosas e, acima de tudo, nacionais”, que será abordado no capítulo 3.

A análise das relações estabelecidas entre os moradores dos municípios de Capanema e *Andresito* é fundamental para compreender as identidades que estão presentes na fronteira e as relações estabelecidas com o outro³³. Nesse sentido, a memória é construída de forma coletiva, ou seja, cada sujeito acaba por escolher o que lembrar (mesmo que de forma subconsciente), como lembrar, atrelando sua memória a determinado grupo de pessoas. Nesse sentido, Halbwachs (2003, p. 30) afirma que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós”.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo terá por objetivo pensar como o território objeto de estudo desta pesquisa foi constituído. Nesse sentido, busca-se discutir o processo de constituição do território a partir da disputa das terras entre Brasil e Argentina e, na sequência, abordar a colonização das áreas onde estão localizados ambos os municípios. Além da bibliografia, analisaremos, no caso de *Andresito*, o *Plán de Colonización*

³² “Fronteiras Culturais” foi o tema do 1º Encontro Fronteiras Culturais (Brasil – Uruguai – Argentina), que resultou no livro organizado por Maria Helena Martins, que nada mais é do que um compilado das conferências realizadas no evento. O termo faz referência à cultura do “gaúcho”, à língua e aos costumes dos três países. ³³ José de Souza Martins (2016) utiliza o termo *Outro*, com letra maiúscula em sua obra.

Andresito, que tinha por objetivo povoar o território com famílias vindas de diversas regiões da Argentina.

No segundo capítulo, intitulado “*Eu queria construir uma pinguela*’: A travessia sob a perspectiva dos moradores de Capanema e Andresito” busca-se realizar uma reflexão que

envolve as narrativas de moradores sobre a época em que a travessia entre as duas cidades era realizada por meio de pequenos barcos e sobre a construção da ponte sobre o Rio Santo Antônio. Veremos de que forma a dinâmica que travessia no Rio Santo Antônio era estabelecida.

No terceiro capítulo, intitulado “*Nós temos que pensar em questionar a integração cultural e humana: fronteira como local de relações comerciais e interpessoais*” temos a intenção de analisar a constituição da fronteira como algo dinâmico, fruto das relações econômicas e sociais; não como um limite estático, mas como um local de expansão, local de encontro das diferenças. Neste espaço, objetiva-se discutir como os sujeitos se constituem na fronteira e como as relações estabelecidas por esses sujeitos são historicamente constituídas.

1 PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A DISPUTA DE TERRAS

1.1 CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA: DO TRATADO DE TORDESILHAS À QUESTÃO DE PALMAS

A definição da fronteira entre Portugal e Espanha (atualmente Brasil e Argentina), foi um processo lento, que durou em torno de 400 anos. O Tratado de Tordesilhas foi o primeiro tratado entre Portugal e Espanha no ano de 1494, e a Questão de Palmas ou Misiones foi o arbitramento final, em 1895. A disputa deste território teve início com a Coroa Espanhola, que detinha poder sobre o território, que atualmente é a Argentina, e a Portuguesa sobre o território que atualmente é o Brasil.

A primeira divisão oficial que se tem registro dessa área é o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, pela Coroa Espanhola e pelo rei de Portugal. Segundo Heinsfeld (2007, p. 11),

Durante o período colonial, Portugal e Espanha firmaram vários acordos e tratados de limites, tentando definir as fronteiras territoriais entre suas colônias. A linha do Tratado de Tordesilhas havia sido rompida, definitivamente, principalmente pelos portugueses. Em virtude disso, as negociações diplomáticas foram intensas e conflituosas, para tentar estabelecer uma linha divisória entre as áreas ocupadas pelos súditos das duas potências ibéricas.

O Rio da Prata³³ era um importante marco entre as colônias luso-hispânicas, e os portugueses reivindicavam que este fosse a divisa entre o território, o que não foi aceito pelos espanhóis. Ambas as Coroas sabiam da necessidade de chegar a um consenso entre o limite de seus territórios. Representando as relações exteriores da Espanha, estava D. José Carvajal y Lancaster. “Para negociar com o representante espanhol, Carvajal y Lancaster, Portugal foi representado pelo embaixador Tomás da Silva Teles, visconde de Vila Nova Ceveira” (HEINSFELD, 2007, p. 38). Entretanto, o secretário do rei português D. João V, Alexandre de Gusmão, foi de suma importância para as negociações do território do lado português, pois

³³ O Rio da Prata divide a Argentina do Uruguai, formando um estuário, onde os rios Paraná e Uruguai desaguam, encontrando o Oceano Atlântico.

defendia o princípio do *Uti Possidetis*³⁴ e foi reconhecido pela Escola Superior de Guerra do Brasil como um dos precursores da geopolítica no país devido à maneira como conduziu as negociações do Tratado de Madrid (HEINSFELD, 2007, p. 48).

Segundo Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão levava vantagem sobre Carvajal no que se referia ao consenso da linha de fronteira, pois tinha conhecimento geopolítico do território. Dessa forma, a Colônia de Santíssimo Sacramento foi estrategicamente fundada às margens do Rio da Prata (HEINSFELD, 2007, p. 32-36).

Após um longo período de negociações, em 13 de junho de 1750 foi assinado por ambas as cortes o Tratado de Madrid, entre Carvajal y Lancaster e Tomás da Silva Teles. Conforme aponta Heinsfeld (2007, p. 47), “o tratado fora realizado sob o mais rigoroso sigilo, para impedir a interface da Inglaterra e da França, contrárias aos interesses das Coroas peninsulares”.

Com o Tratado de Madrid, o Brasil conquistava o território que atualmente é o Rio Grande do Sul, parte de Santa Catarina e do Paraná; em contrapartida, entregava a colônia de Sacramento. Mas “a troca da Colônia de Sacramento pelos Sete Povos das Missões, provocou a revolta dos índios guaranis, aldeados pelos jesuítas espanhóis desde o século XVII” (HEINSFELD, 2007, p. 54).

Mesmo o Tratado de Madrid não sendo a solução definitiva para as questões fronteiriças ibero-americanas, segundo o Barão de Cotegipe, o Tratado trouxe resultados positivos. Entretanto, foi anulado em 1761. Segundo Adelar Heinsfeld,

[...] da América surgiram protestos contrários às estipulações do Tratado de Madrid, por parte de governantes e de autoridades religiosas. [...] Por outro lado, negociantes tanto portugueses como espanhóis, que atuavam com contrabando proporcionado pela Colônia de Sacramento, também se indignaram, pois lhe era fechada a porta para seus negócios de alta rentabilidade. [...] Na Europa, o Tratado de Madrid também encontrou opositores, e acabou sendo repudiado tanto em Portugal, como na Espanha. (HEINSFELD, 2007, p. 57)

Mesmo a anulação do Tratado de Madrid deixando os dois lados satisfeitos, tornava-se necessário um novo acordo e, após negociações, passou a vigorar o Tratado de El Pardo,

³⁴ Ver mais informações em Wachowicz (1985).

assinado em 12 de fevereiro de 1761, na cidade de El Pardo, no entanto, esse acordo não durou dois anos (HEINSFELD, 2007, p. 59).

O clima de insegurança quanto aos limites das fronteiras ainda permeava e a “fronteira platina continuava sendo o ponto nevrálgico de toda a questão de limites ou de conflito de soberania” (HEINSFELD, 2007, p. 62). Em 1 de Outubro de 1777, foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, para estabelecer os limites coloniais, e o *Uti possidetis*, que permeava o Tratado de Madri voltava a prevalecer (HEINSFELD, 2007, p. 65). O Tratado de Santo Ildefonso foi mais vantajoso para a Espanha do que o Tratado de Madri, como resultado da habilidade e diplomacia espanhola (HEINSFELD, 2007, p. 67). Segundo Varnhagen (2007, p. 67), “os artigos do tratado foram ditados pela Espanha, quase que com armas na mão, e os pactos não podiam deixar de parecer-se aos do leão com a ovelha timorata”.

Muitos foram os desentendimentos entre espanhóis e portugueses no que se refere à demarcação das fronteiras, e até o final do século XVIII não havia um consenso. O Tratado apaziguou a relação entre as nações, entretanto, “a fronteira entre os territórios portugueses e espanhóis continuava a mercê do mais ousado” (REIS, 1976, p. 67). Na Figura 3, há um panorama de como eram as demarcações segundo os Tratados de Tordesilhas, Madrid e Santo Ildefonso.



FIGURA 4. Tratado de Tordesilhas, Madrid e Santo Ildefonso

Fonte: <<http://penta2.ufrgs.br/rgs/historia/tratadoMadri.htm>>

Todas essas questões relacionadas à disputa de território e demarcação das fronteiras entre espanhóis e portugueses durante o período colonial ficaram pendentes, fazendo com que governos retomassem as negociações, e “o estabelecimento das fronteiras tornou-se um dos problemas presentes nas relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, bem como na reformulação da geopolítica dos dois países” (HEINSFELD, 2007, p. 77).

Com a emancipação das colônias ibéricas na América, o que determinou as fronteiras foi o princípio do *uti possidetis*, ou seja, quem ocupasse de fato uma região, seria seu dono por direito. Tendo como base o que fora determinado pelos tratados coloniais, em que pese a sua anulação, o território que a Argentina reivindicou como sendo seu, era compreendido entre os rios Peperi-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim, pertencia ao Brasil (HEINSFELD, 2007, p. 78).

No mapa do Território de Palmas apresentado na Figura 4, podemos observar o território de Palmas (cor cinza), que atualmente pertence ao Brasil e abrange todo o Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Também é possível observar os rios que foram de extrema importância para a demarcação da fronteira entre Brasil e Argentina, tratando-se dos rios: Santo Antônio e Peperi-Guaçu. Caso o território de Palmas, que estava em litígio, fosse conquistado pelos argentinos, o município de Capanema pertenceria para a Argentina.



FIGURA 5. Território de Palmas

Fonte: <http://site.mast.br/territorio_ciencia_e_nacao/index.php?n=front_bra_arg>

Sendo assim, o Brasil e a Argentina precisavam resolver esta pendência geopolítica. Mesmo que o foco desta pesquisa não seja a disputa do território em si, mas as relações ali estabelecidas, é necessário abordar a Questão de Palmas, como é chamada pelos brasileiros, ou *Misiones* para os Argentinos, para que assim seja possível compreender como foi estabelecida a fronteira entre Capanema e *Andresito* e de que maneira esse território foi constituído e colonizado.

A fronteira entre Brasil e Argentina compreende desde o Sul do Rio Grande do Sul até o Oeste do Paraná, entretanto, o foco na Questão de Palmas se dará no que tange o Sudoeste do Paraná, região na qual está inserido o município de Capanema, objeto desta pesquisa. Tal

conflito se desencadeou na segunda metade do século XIX (1857 a 1895), após as mais variadas tentativas de acordo para a demarcação do território entre os espanhóis e portugueses, como apontado nos parágrafos anteriores. Conforme o tempo passava, tornava-se mais urgente a definição das fronteiras, na qual a área disputada se aproximava dos 34 mil km², terras que hoje pertencem ao Brasil.

Conforme aponta a geógrafa Maristela Ferrari,

A contenda de Palmas ou *Misiones* foi a primeira grande questão de limites a ser negociada pelo Brasil independente com um dos seus vizinhos, e podemos dizer que, politicamente foi tão importante ao país que posteriormente serviria de exemplo para tratar de outros litígios fronteiriços. (FERRARI, 2011, p. 98)

A área que estava em litígio estava sob posse do Brasil e onde estava localizado um dos mais recentes municípios criados até aquele momento. “A área litigiosa apareceu nos primeiros mapas confeccionados pelos jesuítas com a designação de Ibiturunas, sendo posteriormente nomeada Campos de Palmas” (MORAES, 2017)³⁵. Com o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, a Argentina voltou a pressionar o Brasil para uma decisão e tentaram levar a divisa entre os países mais para Leste, consequentemente aumentando o território argentino. O governo argentino argumentou que o rio Peperi-Guaçu era o Chapecó, e o Santo Antônio seria o Jangada, como pode ser observado na Figura 5. Os geógrafos Andrés de Oyarvide e Francisco de Chagas Santos, enviados pela Coroa Espanhola em 1791, foram os responsáveis por tal demarcação, que sustentaria o referido argumento.

³⁵ Cristina de Moraes, « O Mapa do Território Nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil », *Confins* [En ligne], 30 | 2017, mis en ligne le 19 mai 2017, consulté le 30 avril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/confins/11774> ; DOI : 10.4000/confins.11774



FIGURA 6. Posição dos Rios Santo Antônio, Peperi Guaçu, Jangada e Chapecó

Fonte: <<http://www.jornaldebetrão.com.br/noticia/210871/ha-120-anos--eua-dava-vitoria-ao-brasil-sobre-a-argentina>>, adaptado pela autora.

Tendo em vista que a Argentina reivindicava como limite do seu território os rios Chapecó e Chopim e mais tarde o rio Jangada e o Brasil reivindicava como seu limite territorial o rio Peperi-Guaçu e Santo Antônio e ambos não conseguiam chegar a um consenso, foi necessário um novo Tratado. Sendo assim, Brasil e Argentina firmaram o Tratado de 1857, que foi uma das primeiras tentativas de estabelecer o limite entre os países e ficou conhecido como Tratado de Limites e Extradicação de Criminosos, firmado em 14 de dezembro de 1857, por José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde de Rio Branco, juntamente com Barnabé Lopez, que representara a Argentina (HEINSFELD, 2007). Nesse sentido, o referido tratado determinava, em seu Anexo IV,

[...] no artigo 1º, que a fronteira entre os dois países era através dos rios Peperi Guaçu e Santo Antônio; o artigo 2º estipulava claramente que “os rios Peperi Guaçu e Santo Antônio de que fala o dito artigo são os que foram reconhecidos em 1759 pelos marcadores do Tratado de 13 de Janeiro de 1750, celebrado entre Portugal e Espanha” (RELATÓRIO DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, 1857 apud HEINSFELD, 2007, p. 80-81).

Acontece que a Argentina aprovou o Tratado como uma versão diferente da aprovada pelo Brasil, que mudava a localização dos rios mais para Leste. Seria, então, necessário que se

ratificasse o Tratado, mas, como naquele momento havia um atrito entre a Confederação e a Província de Buenos Aires³⁶, a ratificação não ocorreu (HEINSFELD, 2007)³⁸.

O decreto imperial n° 2.502, de 16 de novembro de 1859³⁷, criou no território brasileiro a província do Paraná, em 1881, o governo brasileiro estabelece duas colônias junto aos rios Chopim e Chapecó, e tinham como objetivo defender a faixa de fronteira (BARROS, 1980, p. 69). Os argentinos viam a implantação dessas colônias como uma bandeira de “paz” no local. O que fez com que Bartolomeu Mitre, ex-presidente argentino, acreditasse que os conflitos entre brasileiros e argentinos haviam sido superados. Entretanto, o General Júlio Roca afirmava que uma guerra entre os países seria inevitável. A única questão que causava conflito naquele momento era a questão fronteiriça do então território de Palmas (HEINSFELD, 2007, p.103 - 106).

No relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 1884, o ministro Francisco de Carvalho Soares Brandão afirmava que a Assembleia Geral teria conhecimento de toda documentação relativa ao litígio do território.

No entanto, no ano seguinte, seu sucessor no Ministério, João Lustosa da Cunha Paranaguá, comunicava que a promessa não tinha sido cumprida, embora toda documentação tivesse sido reunida, porque o governo argentino havia manifestado o desejo de que não publicasse a correspondência diplomática relativa à questão, uma vez que não estava concluída a negociação. Dizia ainda que, provavelmente, seria organizada uma comissão mista para examinar o território litigioso (HEINSFELD, 2007, p. 107).

Sendo assim, em 1885, foi estabelecida uma comissão mista, com número igual de membros de cada país para que pudessem estudar as fronteiras entre os rios Uruguai e Iguazu. Porém antes que a comissão apresentasse resultado dos seus estudos a Argentina considerava o rio Santo Antônio, como sendo o Jangada. Desta forma a Argentina aumentaria seu território. (BARROS, 1980, p. 64).

³⁶ “Entre 1852 e 1859, a atual Argentina se encontrava politicamente dividida entre Buenos Aires e a Confederação, que congregava as demais Províncias. Nesse período, diferentes grupos étnicos dos pampas, dos Andes e da Patagônia se organizaram em confederações indígenas com o objetivo de enfrentar os avanços territoriais, defender suas autonomias e a participação em lucrativas redes de comércio” (PASSETI, 2009, p. 107).

³⁸ Sobre a “Guerra da Confederação Argentina e Buenos Aires e seus incidentes”, consultar o Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1859, Anexo B. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1859.pdf>.

³⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2502-16-novembro-1859557770-publicacaooriginal-78434-pe.html>>.

Conforme disposto no relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 1886, no momento em que a comissão mista deu seus trabalhos por encerrado, Henrique Moreno, então ministro argentino, propôs que o território entre os quatro rios fosse dividido por meio de média geométrica. O governo brasileiro não aceitou a proposta. Como se fazia necessária uma solução para encerrar a questão, em 07 de setembro do mesmo ano foi assinado um tratado que estipulava 90 dias para que fosse determinada a faixa divisória e, caso não houvesse consenso entre as partes, a questão seria levada ao presidente dos Estados Unidos da América. Em 1889, acontece no Brasil a Proclamação da República, mesmo sem ter seus limites territoriais definidos com a Argentina (HEINSFELD, 2007, p.108-109).

Estanislao Zeballos alertava quanto aos diversos problemas que o Brasil poderia encontrar ao Proclamar sua república e em carta ao ministro plenipotenciário, Enrique Moreno, afirmava que o Brasil precisava da Argentina para evitar um desmembramento.

Três meses após a proclamação da República brasileira, foi assinado na capital uruguaia, em 25 de janeiro de 1890, o Tratado de Montevidéu entre o Brasil e a Argentina, em que o ministro das Relações Exteriores brasileiro e argentino, Quintino Bocaiuva e Estanislao Severo Zeballos, negociaram a demarcação do território em litígio, o qual seria dividido por uma linha que ligasse a foz do rio Chapecó a foz do rio Chopim (FERRARI, 2010, p. 65).

No mapa da Figura 6, é possível observar a linha tracejada que demarca o território conforme o Tratado de Montevidéu, ligando a foz do Rio Chapecó à Foz do Rio Chopim.



FIGURA 7. Tratado de Montevidéu

Fonte: <http://site.mast.br/territorio_ciencia_e_nacao/index.php?n=front_bra_arg>

Conforme o que era divulgado pela imprensa brasileira, o Tratado de Montevidéu sofreu resistência por parte da população brasileira, que não concordava com a maneira como estava sendo dividido o território entre Brasil e Argentina, uma vez que a área disputada sempre pertenceu ao Brasil. Dessa forma, os jornalistas brasileiros, principalmente do jornal *O Comércio*, de grande circulação se posicionavam contrariamente ao tratado e utilizavam suas posições para tecer críticas nos jornais, já que o Tratado vinha sendo mantido em sigilo e suas cláusulas não haviam sido divulgadas. No Brasil, a divulgação das cláusulas do tratado se deu praticamente um mês depois da sua assinatura, enquanto os argentinos tinham conhecimento das cláusulas antes mesmo da sua assinatura (HEINSFELD, 2007, p. 111-112).

As questões referentes ao Tratado de Montevidéu foram discutidas por vários membros do Governo Provisório, dentre eles Quintino Bocayuva e Demétrio Ribeiro. O então presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, juntamente com o Conselho de Ministros, autorizou que Quintino Bocayuva assinasse o Tratado em 02 de Janeiro de 1890 (ABRANCHES, 1907 apud HEINSFELD, 2007, p. 113).

De acordo com o *Jornal do Comércio*, o imperador D. Pedro II solicitou à comissão demarcatória, que ia rumo àquela região, que solucionassem o quanto antes aquela questão e afirmou que não se fazia necessária uma terceira pessoa para a solução do território em litígio. Na visão do coronel Dionísio Cerqueira, o imperador estava sendo conivente com a divisão do território (HEINSFELD, 2007, p. 116).

Conforme aponta o *Jornal do Comércio*

De acordo com aquele comissário, à solução da questão entre Brasil e Argentina, apresentava cinco possibilidades: a) reconhecimento por parte da República Argentina do direito do Brasil; b) reconhecimento por parte do Brasil do direito alegado pela Argentina; c) guerra; d) arbitramento; e) divisão de território (JORNAL DO COMÉRCIO, 1891 apud HEINSFELD, 2007, p. 116),

Como nenhum dos dois países arriscaria perder seu renome, as duas primeiras hipóteses se tornaram inadmissíveis. A terceira, por questões de ordem, deveria ser descartada. Como D. Pedro II já havia se posicionado contra o arbitramento, restava apenas a possibilidade de divisão do território. Para Dionísio Cerqueira, o imperador cederia o território para a

Argentina. Entretanto, o Barão de Capanema teve outra interpretação das palavras do Imperador, que “estava tão compenetrado do nosso direito que nem reputava necessário o arbitramento” (HEINSFELD, 2007, p. 116-117).

Em meio a toda essa situação da delimitação das fronteiras que não se resolvia, havia um agravante, que era a possibilidade do estado do Rio Grande do Sul se desmembrar do território brasileiro; provavelmente a Argentina apoiaria esse desmembramento (HEINSFELD, 2007, p. 116-117).

Os noticiários da época afluavam ainda mais as discussões sobre o território em litígio, dando a entender que o Brasil deixaria as terras para a Argentina e assim perderia a soberania na América do Sul, O *Jornal do Commercio* não hesitava em divulgar ataques ao Tratado de Montevideu. Em uma de suas publicações, aponta:

O estremecimento da alma brasileira pela perda possível de nosso território a leste do Santo Antônio e do Pepery-Guazu vem de um grande erro que foi quase um crime de lesa-pátria; vem da transação precipitada sem atenuante sequer de emergências políticas inevitáveis, feita pelo Governo Provisório da República no ano, por tantas desgraças – nefasto de 1890, com a República Argentina, talhando no Brasil esse mima a sua vizinha (JORNAL DO COMMERCIO, 1895 apud HEINSFELD, 2007, p. 120).

Sendo assim, os jornais anunciavam que a população brasileira achava inadmissível que os vizinhos argentinos tivessem posse desse território; alegavam que naquelas terras não haviam argentinos morando, apenas fazendeiros brasileiros. Segundo Heinsfeld (2007, p.

123), “a imprensa brasileira, em sua maioria esmagadora, fazia apelo para que o Tratado de Montevideu fosse rejeitado”. Conforme o *Jornal do Commercio*, o Tratado foi rejeitado por 142 votos contra 5, em sessão no dia 10 de agosto de 1891.

Com a rejeição e invalidação do Tratado de Montevideu e a dificuldade de ambos os países em estabelecer um consenso, a solução seria o arbitramento por parte do presidente dos Estados Unidos. Para representar o lado brasileiro, foi designado o Barão de Aguiar de Andrade e a Argentina escolheu, como seu defensor, Nicolas Calvo. Entretanto, nenhum dos dois viveu para ver a solução dessa questão. Como substituto, o Brasil nomeou José Maria da Silva Paranhos Júnior, conhecido como Barão do Rio Branco e a Argentina nomeou o exministro das relações exteriores, Estanislao Severo Zaballo, que estava totalmente inteirado com as questões

do litígio, uma vez que havia feito parte das negociações do Tratado de Montevidéu (FERRARI, 2010, p.70).

Segundo Maristela Ferrari,

Barão do Rio Branco não se apoiou apenas no princípio do *Uti Possidetis*, mas também foi buscar, na história e na geografia da Europa, documentos³⁸ que até então não haviam sido apresentados por nenhuma das partes litigantes. [...] Esses documentos foram a essência da defesa brasileira (FERRARI, 2010, p. 70).

Já o defensor da Argentina, Estanislao Zeballos, não se preocupou em apresentar muitos documentos, apenas um mapa feito pelo Chile, pois tinha certeza de que o arbitramento seria em favor de seu país.

Sendo assim, em 1889, foi escolhido como o árbitro dessa questão o então presidente dos Estados Unidos, Stephen Grover Cleveland, que ficou responsável em dar o arbitramento para um dos países, conforme o seu entendimento. Sua tarefa consistia basicamente em apontar quais rios serviriam como linha de fronteira entre os países.

Começava assim longo litígio entre os dois países, que se prolongaria por trinta e oito anos, período no qual em vários momentos os dois países tentaram chegar a um acordo por meio de novos tratados, mas por divergirem sobre a verdadeira localização dos rios, as negociações não alcançariam êxito e o litígio só findaria em 1895, quando os dois países em comum acordo encaminham a questão ao arbitramento dos Estados Unidos, cujo árbitro escolhido foi o então Presidente *Grover Cleveland*, que pôs fim ao litígio dando parecer favorável ao Brasil (FERRARI, 2011, p. 100).

No dia 6 de fevereiro de 1895, foi emitido o Laudo do presidente dos Estados Unidos da América, em virtude do tratado de arbitramento concluído em 7 de setembro de 1889, entre o Brasil e a República Argentina, que dá ganho de causa ao Brasil.

Terminava assim, em 05 de fevereiro de 1895 a disputa territorial entre Brasil e Argentina, denominada de Questão de Palmas ou Misiones. No ano de 1898, Dionisio E. de Castro Cerqueira, representando o Brasil e Epiphanyo Portela, representando a Argentina assinaram o Tratado dos Limites (6 de outubro de 1898). A demarcação da fronteira Brasil – Argentina ocorreu de 1901 até 1903 (MYSKIW, 2016).

³⁸ Refere-se ao Mapa das Cortes, de 1749.

Nos próximos dois tópicos, será abordada a colonização das áreas onde hoje estão os municípios de *Andresito*, a partir do *Plán de Colonizacion Andresito*, e a colonização de Capanema a partir da chegada das Colonizadoras ao Sudoeste do Paraná, como a Colônia Militar Chopim que iniciou suas atividades no ano de 1882, até a Revolta dos Posseiros de 1957, que foi fundamental para a constituição de todo o Sudoeste paranaense. Tendo em vista o panorama histórico apresentado com relação à disputa pelo território de Palmas entre argentinos e brasileiros, o resultado desse litígio são as duas localidades fronteiriças, que são o foco desta pesquisa.

1.2 COLONIZAÇÃO DO SUDOESTE E A REVOLTA DOS POSSEIROS

A ocupação do Sudoeste do Paraná aconteceu basicamente em três fases. A primeira foi a ocupação dos campos de Palmas, no século XIX, em que o Estado³⁹ teve importante papel na implantação das fazendas de criação e contou com a participação dos índios Kaingang, liderados pelos caciques Viri e Vitorino Condá (POLI, 2009, p.77). Antes da chegada dos colonos, jagunços e posseiros, algumas etnias já habitavam esta região.

Dentre os povos indígenas que viviam no Sudoeste paranaense, os guaranis são os mais conhecidos em termos arqueológicos, históricos, antropológicos e linguísticos. Estudos demonstram que eles vieram das bacias dos rios Madeira e Guaporé e, a partir daí habitaram toda a região abrangente entre os Rios Paraguai e Paraná, até alcançar Buenos Aires. (CASTANHA e MANCHINI, 2013, p.5)

Ou seja, alguns séculos antes já havia o registro dos indígenas nessa região. Alguns registros foram feitos pelo espanhol Cabeza de Vaca, que descreve sua passagem pelo Sudoeste paranaense, saindo da ilha de Santa Catarina até o Paraguai em 24 de junho de 1541, sempre contando com os guaranis como guias. (CASTANHA e MANCHINI, 2013). Em seu relato *Naufrágios & Comentários* (1999), Cabeza de Vaca⁴⁰ discorre sobre os momentos e a

³⁹ Refere-se a localidade que hoje é o Estado do Paraná. No século XIX era Província de São Paulo.

⁴⁰ Os relatos de Cabeza de Vaca estão disponíveis no Domínio Público para download. Ver: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=1077

antropofagia dos povos indígenas, principalmente dos guaranis, mas também relata que eram povos dóceis e que ajudavam a desbravar as terras da América.

A segunda fase foi marcada pela presença da Colônia Militar Chopim e Colônia Militar Chapecó⁴¹, que eram responsáveis por repassar os terrenos aos colonos, que recebiam a documentação das terras assim que quitassem a dívida referente às terras. Segundos os objetivos do Decreto nº 2.502 de 16 de novembro 1859, as colônias do Chopim e do Chapecó

*“são destinadas a defesa da fronteira, a protecção dos habitantes dos Campos de Palmas, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a incursão de Índios, e a chamar os ditos Índios, com auxílio da chatechese á civilização”*⁴² (BRASIL apud BARROS, 1980, p. 73).

Conforme Barros (1980), a população que ali vivia não sofreu nenhum ataque dos povos indígenas, ou seja, *“os silvícolas que viviam na região não provocaram problemas de convivência ou de relacionamento com a população branca”* (BARROS, 1980, p. 74). Considerando que esses povos indígenas já habitavam esta região, quem provavelmente provocava problemas eram as grileiros que vinham de outras regiões em busca das terras produtivas do sudoeste do paranaense.

Tendo em vista que as duas primeiras iniciativas não obtiveram sucesso, uma terceira foi aplicada, que foi a criação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), em 1943, que impulsionou a colonização do território (POLI, 2009).

O conflito agrário no Sudoeste do Paraná ocorreu durante a década de 1950 e o conflito que ficou conhecido como Revolta dos Posseiros ocorreu no ano de 1957.

A região Sudoeste do Paraná, também conhecida como região Contestada⁴³ abrigava na década de 1920 cerca de 6 mil habitantes, entre eles: índios, caboclos, argentinos, refugiados da

⁴¹ Em 1859, visando proteger o território fronteiriço contra possíveis invasões ou atividades exploratórias pelos argentinos, o Governo Imperial criou as colônias militares de Chopim e Chapecó, nos campos de Palmas, junto aos rios Chopim e Chapecó. As colônias militares, para além da função de defesa do território, também serviriam como ponto inicial de povoamento dos sertões junto aos limites territoriais do Brasil, mediante o recrutamento de colonos nacionais e estrangeiros (MYSKIW, 2016, p. 66). Disponível em: <file:///C:/Users/pc/Downloads/Hist%C3%B3ria%20da%20Fronteira%20Sul.pdf>

⁴² BRASIL. Decreto nº 2.502. 1859. v.20. p.578.

⁴³ “Resolvido o problema com a Argentina, continuou a pendência entre os estados do Paraná e Santa Catarina, a respeito da região em estudo. [...] Depois da Guerra do Contestado, os dois estados assinaram o acordo de fronteira no dia 20 de outubro de 1916. [...] Maior parte das terras em litígio passou para Santa Catarina” (LAZIER, 1986, p.36).

justiça do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e da Argentina, maragatos, desempregados e sem terras, todos em busca de sobrevivência (LAZIER, 1986), que

Trouxeram pra cá e deixaram de herança, aos filhos e netos, a determinação e coragem que, certamente, esteve presente na Revolta dos posseiros em 1957 e está presente até hoje. A resistência contra as companhias colonizadoras, nos anos 50, vem dessa gente valente e corajosa, herança de um passado de muito sofrimento, luta e resistência. Essa força, quase que anônima, mas viva e presente, arrastou consigo os colonos que por aqui chegaram a partir de 1920 e que, em massa, aderiram à luta armada em Outubro de 1957 (DAMBROS, 1997, p. 16-17).

Vanderlei Dambros se refere aos habitantes dessa região como determinados, corajosos e valentes, e que suas ações são resultados de muita luta e resistência. Relata a Revolta dos Posseiros de 1957 como um ato heroico, como herança dos antepassados. Como o fim da Revolução Federalista, que ocorreu no Rio Grande do Sul, em 1893, muitos maragatos⁴⁴ foram em busca de terras contestadas (ORBEN, 2014, p. 74).

Todo o conflito desencadeado no Sudoeste do Paraná foi impulsionado em razão das disputas das terras da Gleba Missões e Gleba Chopim (Figura 9). Foi uma verdadeira disputa entre os posseiros, o poder público e as companhias colonizadoras.

Entre os anos 1913 e 1920, as glebas Missões (425.731 hectares) e Chopim (71.528 hectares), ambas ocupando quase a totalidade do sudoeste paranaense, foram tituladas pelo Estado do Paraná em favor da Companhia de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul (CEFSPRS), subsidiária da *Brazil Railway Co.*, como pagamento pela construção da estrada de ferro Itararé – Uruguai, com duas ramificações: Guarapuava – Foz do Iguaçu e Jaguariaíva – Ourinhos. O acordo não levou em consideração o fato de que já havia alguns moradores na região, tendo sido um dos fatores que levou à Guerra do Contestado (PEGORARO, 2007, p. 50).

⁴⁴ Os maragatos, representavam os federalistas na Revolução Federalista de 1893. ORBEN, Tiago Arcaño. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. Dissertação de Mestrado – PUC/Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.



FIGURA 8: Área em disputa no Sudoeste paranaense. Gleba Missões e Chopim

Fonte: Caderno Cultural de Francisco Beltrão – Secretaria de Cultura.

Vários estudos já foram produzidos referentes ao Sudoeste do Paraná, como dissertações, teses e livros, publicados principalmente nas áreas de História e Geografia, cada uma com um foco e com uma leitura específica dos acontecimentos, “mas todas, ao seu modo, contribuem para manter viva a memória sobre o conflito, evidenciando a participação de alguns envolvidos” (PEGORARO, 2007, p. 28).

No início do século XIX, a região que atualmente é o Sudoeste do Paraná era composta por apenas dois municípios, localizados mais a Leste, Palmas e Clevelândia, que possuíam como principal atividade a criação de animais.

No início da década de 1920, a população do município de Palmas alcançava 10.270 pessoas. Dessas, apenas 2.175 estavam na área urbana. Palmas era tipicamente região de criatório, com predominância absoluta da população rural, voltada para a criação de gado bovino. A população não proprietária vivia encostada nas fazendas como domadores, peões, agregados, boiadeiros etc. (WACHOWICZ, 1985, p. 55).

A colonização do Sudoeste teve um agravante, que era o artigo 165 da Constituição Federal de 1936, que criava a faixa de fronteira, ou seja, os 150 quilômetros de faixa de fronteira só poderiam ser colonizados mediante autorização do Conselho Superior de Segurança Nacional. Segundo Wachowicz (1987), o Ministério da Agricultura seria o responsável por coordenar os processos de colonização nessas áreas, uma vez que a terra só poderia ser entregue

a brasileiros natos ou estrangeiros casados com brasileiras. Essa estratégia se assemelha à do *Plán de Colonización Andresito*, em que os lotes eram distribuídos apenas para argentinos natos.

Até a chegada dos colonos, vindos principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, viviam nesta região muitos caboclos, que chegaram ao Sudoeste em busca da sobrevivência. “A partir de 1940, as condições da economia cabocla se modificaram com a chegada do colono” (ABRAMOVAY, 2007, p. 47). Com a mudança na forma de produção e na economia, muitos caboclos optaram por vender suas terras para as colonos recémchegados. Um dos motivos da venda das terras era o medo de serem tomadas, uma vez que eles não possuíam documentação; além do mais, o “dinheiro obtido com a venda das terras funcionava, na visão do caboclo, como algo a mais que a região colocava em suas mãos, assim como a caça, a pesca e a coleta” (PEGORARO, 2007, p. 28). Nesse contexto, havia também os argentinos, que, “depois da solução do conflito de limites entre a Argentina e o Brasil e entre o Paraná e Santa Catarina, continuavam a atuar na região da fronteira, especialmente na exploração da erva-mate” (POLI, 2009, p.).

A exploração da erva-mate pelos argentinos teve continuidade porque os agentes da exploração do produto aparentemente não estavam muito preocupados com as fronteiras. Estavam mais preocupados em conseguir ganhos econômicos a partir de um produto abundante e de boa qualidade na região (POLI, 2009, p. 94).

Toda essa questão da disputa das terras do Sudoeste do Paraná começa com José Rupp, que possuía liberação para o plantio de erva-mate e extração de madeira em Santa Catarina e no Paraná. Entretanto, a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo-Rio Grande – CEFSPRG ajuizou “uma ação sumária de manutenção da posse de José Rupp e outros na área explorada pelo mesmo com embargo e apreensão de depósito de erva-mate extraída. Em 1920 foi feita a apreensão” (LAZIER, 1986, p. 40). Inconformado com a situação, José Rupp ajuizou uma ação contra a CEFSPRG pelos prejuízos causados. A “referida companhia foi condenada a pagar a José Rupp a importância de Cr\$ 4.720.000,00 e mais os juros de mora e custos calculados desde janeiro de 1938” (LAZIER, 1986, p. 40). Mesmo ganhando a ação, José Rupp teve dificuldades para receber o valor da indenização e cedeu seu crédito à CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial), em 26 de julho de 1950.

O pedido que ele havia feito em 1º de Julho de 1950, para que a indenização fosse paga através da gleba Missões, o qual havia sido negado, acabou sendo acertado em 17 de novembro do mesmo ano. Porém dessa vez para a CITLA, que recebeu não apenas a Gleba Missões, mas parte da Gleba chopim também (ABRAMOVAY, 2007, p. 47).

Na época, a população se questionava por que o Governo Federal havia beneficiado a CITLA daquela maneira com uma vasta quantidade de terras. O então governador do Paraná, em 1950, era Moisés Lupion, também sócio da CITLA. O partido político ao qual ele pertencia era o PSD, que, além de governar o Paraná, governava o Brasil. Esse escândalo ficou conhecido como “A maior bandalheira da República” (LAZIER, 1986, p. 42). Além da CITLA, outras duas colonizadoras se instalaram em seguida, a Companhia Comercial e Agrícola do Paraná Ltda. e a Imobiliária Apucarana⁴⁵.

Em meio a toda essa questão das terras não resolvidas, que conseqüentemente gerava insegurança nos moradores, as irregularidades e os escândalos nas transações da CITLA, havia a Colônia Agrícola General Osório (CANGO), que ficava localizada na Gleba Missões e foi criada por Getúlio Vargas no ano de 1943, sendo que a proposta inicial foi fundar uma colônia na fronteira para os militares da reserva. A CANGO pode ser considerada o “ponto de partida da colonização efetiva do Sudoeste Paranaense” (PEGORARO, 2007, p. 57), uma vez que ela dava assistência aos colonos, como acesso a tratamentos de saúde e materiais de construção, além de subsídio para lidarem com a terra.

Saliente-se que a CANGO não sabia se seu território abrangia ou não toda a gleba Missões. O decreto de sua criação dizia que sua superfície não poderia ser inferior a 300 mil hectares, mas não estabelecia o limite máximo. Era mais uma ingerência do governo federal. O objetivo prático da criação da CANGO foi atrair o excedente de mão de obra agrícola do Rio Grande do Sul para o sudoeste do Paraná, a fim de dar início à colonização do Território Federal do Iguaçu, criado ainda no mesmo ano de 1943. Em 1952, a sede da CANGO era conhecida pelo nome de Marrecas. A localidade, que mais tarde seria chamada Francisco Beltrão (WACHOWICZ, 1985, p. 145).

⁴⁵ Para saber mais ler: LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**, Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – Bib. Pública do Paraná, 1986.

Com essas condições ofertadas pela CANGO⁴⁶ aos colonos, logo a produção começou a ser voltada à comercialização, havendo então um impulso nas relações mercantis; conseqüentemente, houve uma dissolução da produção e da economia cabocla produzida até então.

Na Tabela 1, é possível verificar a evolução da população assentada pela CANGO, sendo que a população geral passou de 2.529 habitantes, em 1946, para 15.284, em 1956.

Tabela 1. Quantidade de habitantes do Sudoeste

Ano	Número famílias cadastradas	População geral - pessoas
1946	-	2.529
1947	476	-
1948	887	-
1949	1.068	6.045
1950	1.440	7.147
1956	2.725	15.284

Fonte: Wachowicz (1987 apud POLI, 2009, p.101).

O aumento da população na região sudoeste do Paraná e a vinda de famílias do Rio Grande do Sul chamou atenção de empresas que tinham interesses nas terras. Com a instalação dessas empresas na região um clima violento se estabeleceu, de acordo com Ruy Christovam Wachowicz,

Quando poderosos interesses do capital se instalaram no sudoeste paranaense, a violência tornou-se inevitável. Eram milhares de colonos posseiros de um lado e os interesses do capital do outro. Observou-se que o início do apelo para a violência não partiu dos colonos. Foram os próprios grupos econômicos que apelaram para a violência (WACHOWICZ, 1985, p.209).

Nesse panorama, a CITLA conseguiu terras de uma maneira ilegal e que tinha como atividade principal um modelo de colonização pautado na venda das terras e praticava uma política pautada no capitalismo, o que ia totalmente contra a política de colonização do território

⁴⁶ “A CANGO foi criada pelo Governo Federal com a missão de promover o desenvolvimento econômico e a ocupação do território do Sudoeste. Foi a iniciativa que mais influenciou para a migração das famílias de colonos para a região. No entanto, as concessões de terra que fazia não podiam ser tituladas como propriedade porque faziam parte da área em litígio” (POLI, 2015, p. 100).

proposta pela CANGO, e tinha por objetivo instituir uma indústria de celulose na região (LAZIER,1986). Tendo em vista que as duas tinham visões diferentes sobre a colonização e atuavam de maneiras diferentes, começaram os desentendimentos, uma vez que a primeira vendia as terras e a segunda doava. Mas esse não foi o grande motivo que desencadeou a revolta na região.

O que pesou para que os colonos se levantassem contra essa companhia e suas subsidiárias foi a ação arbitrária e violenta com que agiam, não tendo legalmente o domínio das terras. [...] A CANGO, embora não tivesse sua área de atuação delimitada pelo Decreto de sua Criação, impedia efetivamente a implantação do projeto da CITLA de especulação imobiliária e de exploração de madeira (GOMES, 2005, p. 44).

Segundo Lazier (1986), foi como grileira⁴⁷ que a CITLA chegou ao Sudoeste e tumultuou o trabalho de colonização que a CANGO vinha realizando na região. Conforme os principais pesquisadores do assunto, foi a chegada da CITLA, em 1950, que desencadeou todo o conflito agrário no Sudoeste. Sobre a atuação da CITLA, o pioneiro do município de Capanema, Levino Frizzo, relata:

Era de graça, era só marcar as áreas, era de graça. Aí ficamos aí 4 anos, chegamos em 1952... 56... 57... 5 anos, mais ou menos uns 5 anos. Ai entrou a companhia, a companhia entrou antes, viu que tava aquela colonada tudo colocada, tudo querendo trabalhar mesmo, e daí formaram a companhia CITLA, administrada pelo governador.... o.... Lupion. Ai como eles viram que o negocio tava bom se comunicaram de certo com o governador ou o que, ‘vamos tirar toda essa gente daí e vamos vender as terras para eles ai’, foi o que eles pensaram. Aonde eles começaram ai fazer o banditismo, jagunçada, montaram o escritório lá no Lajeado Grande, outro escritório em Capanema.⁴⁸

Na fala do entrevistado, a CITLA é indicada como a empresa que desencadeou os problemas ao ameaçar o direito de posse e propriedade daquela “colonada” que estava “colocada”. Mas não se tratava somente dessa companhia. De acordo com Pegoraro, outras “companhias imobiliárias eram classificadas de grileiras devido às irregularidades dos títulos de propriedade que emitiam, já que seu direito de posse foi negado pela justiça” (PEGORARO, 2007, p. 63).

⁴⁷ Grilo é a legalização da posse das terras por meio de documentos falsos. Grileiro é o indivíduo que *grila* a terra.

⁴⁸ Entrevista concedida por vídeo, no Campus Capanema do IFPR, no dia 09 de maio de 2018. Levino Frizzo é natural de Campo Novo, Rio Grande do Sul. Serviu ao exército em Tenente Portela e, quando decidiu tentar uma nova vida em Capanema, trabalhava como caminhoneiro.

Elas [as companhias] forçavam os posseiros a comprar as terras onde moravam, exigindo uma entrada para oficializar a transação e a assinatura de promissórias. Como os representantes das empresas sabiam que o que faziam era ilegal, tinham pressa em “acertar” a situação, arrecadando o máximo de dinheiro no menor tempo possível (PEGORARO, 2007, p. 64).

Tendo em vista que o Governo do Estado não se pronunciava, pois aguardava a decisão judicial sobre de quem realmente era a posse das terras, as companhias se aproveitavam da situação e agiam livremente na região, muitas vezes com violência. Surge então o “jagunço”, que era contratado pelas companhias para manter a “ordem”, atuar na cobrança de dívidas, expulsar posseiros das terras e na maioria das vezes agiam com violência.

A violência começou a ser frequente entre os jagunços contratados pelas companhias para atemorizar e os colonos que não sabiam o que fazer para garantir suas propriedades. Expulsões, espancamentos, estupros, assassinatos aconteciam (PEGORARO, 2007, p. 64-65).

A maioria dos casos não chegava ao conhecimento das autoridades. Cansados das ações violentas dos jagunços e das companhias, em 1951, ocorreu a primeira manifestação da população em defesa da posse das terras em que viviam. No dia 03 de setembro de 1951, foi constituída uma comissão permanente que tinha por objetivo garantir o progresso na região. Essa comissão era composta por 251 pessoas, entre elas, ocupantes de terras, industriais, comerciantes e profissionais liberais. Sendo assim, as autoridades começaram a se posicionar a respeito do assunto (LAZIER, 1986, p. 69). A CITLA tumultuava a vida da região desde 1953, “inicialmente era um conflito entre a CITLA e a CANGO. Mais tarde foi entre os posseiros e a CITLA e culminou com a revolta de 1957”. (LAZIER, 1986, p. 71)

Tendo em vista que a polícia era conivente com a ação dos jagunços e o governador era sócio da CITLA, ao invés da punição pelas atrocidades cair sobre os jagunços, a situação era inversa: os posseiros é que acabavam sendo punidos. E as tentativas de reclamação ao poder judiciário eram sem sucesso (STOCKMANN, PIRES, SCHMITZ, 2007).

Exaustos com toda essa situação e sensação de impotência, os posseiros resolveram se organizar e resolver a situação da sua maneira e mobilizaram todo o Sudoeste. Conforme aponta Lazier,

Cansados de serem roubados, cansados de serem massacrados, cansados das injustiças, os posseiros, o povo do Sudoeste do Paraná resolveu colocar um paradeiro naquele estado de coisas, fazendo justiça com as próprias mãos. Todo Sudoeste foi convulsionado. Pode-se dizer que toda a reação organizada dos posseiros teve início em agosto de 1957, em Capanema. O primeiro choque violento ocorreu no dia 06/09/1957 (LAZIER, 1986, p. 76).

Além de toda a violência praticada pelos jagunços, a situação da grilagem das terras, a indiferença da polícia e das autoridades, outros fatos foram determinantes para a revolta de 1957. “Entre esses fatos, há o assassinato do vereador Pedrinho Barbeiro, a emboscada do município de Capanema e o espancamento de três crianças no Verê”⁴⁹. Entretanto, o que fez com que os colonos da região se rebelassem contra as companhias,

foi o ocorrido com um colono que era fugitivo da polícia do Rio Grande do Sul, um *farrapo*, portanto. Por vingança, foi amarrado, castrado, seviciaram a sua esposa e mataram duas filhas, de 9 e 11 anos, com atos de estupro. A polícia nem inquérito abriu. Era comum os jagunços colocarem farpas de madeira debaixo das unhas das crianças para contarem onde os pais estavam escondidos (WACHOWICZ, 1987, p. 174).

Os posseiros se juntaram e invadiram o escritório das companhias e também diversas cidades. O jornal *Estado do Paraná* assim noticiou esse acontecimento:

A despeito dos fortes contingentes de tropas da força pública que o Governador Moisés Lupion vem enviando para o Oeste do Paraná, encarniçadas batalhas continuam sendo travadas entre colonos e jagunços das Companhias territoriais. Jagunços das colonizadoras, principalmente da ‘Clevelândia Industrial Territorial Ltda’- CITLA, cometeram tantas e tais atrocidades que humildes lavradores se revoltaram e pegaram as armas, reagindo violentamente contra seus opressores. Isto depois de tentarem justiça por parte das autoridades públicas e de comprovarem que os bandidos estão agindo sob proteção direta das autoridades policiais de toda a região. Após os primeiros choques armados, quando cerca de 200 colonos fizeram justiça pelas próprias mãos fuzilando, todos os moradores do Oeste do Paraná pegaram em armas para defender suas terras e suas famílias. Várias cidades foram tomadas pelos colonos enfurecidos, os quais fecharam os campos de pouso de aviões com enormes troncos de árvores e derrubaram pontes, deixando essa parte do país completamente isolada do resto do Brasil. (Jornal Estado do Paraná, 1957 apud LAZIER, 1986, p. 77),

⁴⁹ O vereador foi assassinado em sua casa por jagunços. Ele iria ao Rio de Janeiro dar ciência aos governantes a respeito dos problemas da região. As crianças, dois meninos e uma menina de 10 anos, foram espancadas por não revelarem o paradeiro dos pais, gerando revolta na população (PEGORARO, 2007, p. 67).

Um dos fatos marcantes da Revolta dos Posseiros foi a tocaia do KM 17⁵⁰, organizada pelos colonos entre os municípios de Capanema e Santo Antônio do Sudoeste. No dia 14 de setembro de 1957, foi registrado o mais sangrento episódio da luta entre as partes, quando um automóvel que transitava entre Capanema e Santo Antônio do Sudoeste foi alvejado por tiros e sete pessoas vieram a óbito, dentre elas duas funcionárias da CITLA. Os colonos achavam que todos os ocupantes do automóvel eram funcionários da companhia, porém, estavam enganados, eram colonos que haviam pegado carona na beira da estrada. “Um dos mortos, inclusive, era pai de um dos posseiros da tocaia. O episódio ficou conhecido como ‘Tocaia de Capanema’” (PEGORARO, 2007, p. 68) (Figura 10).

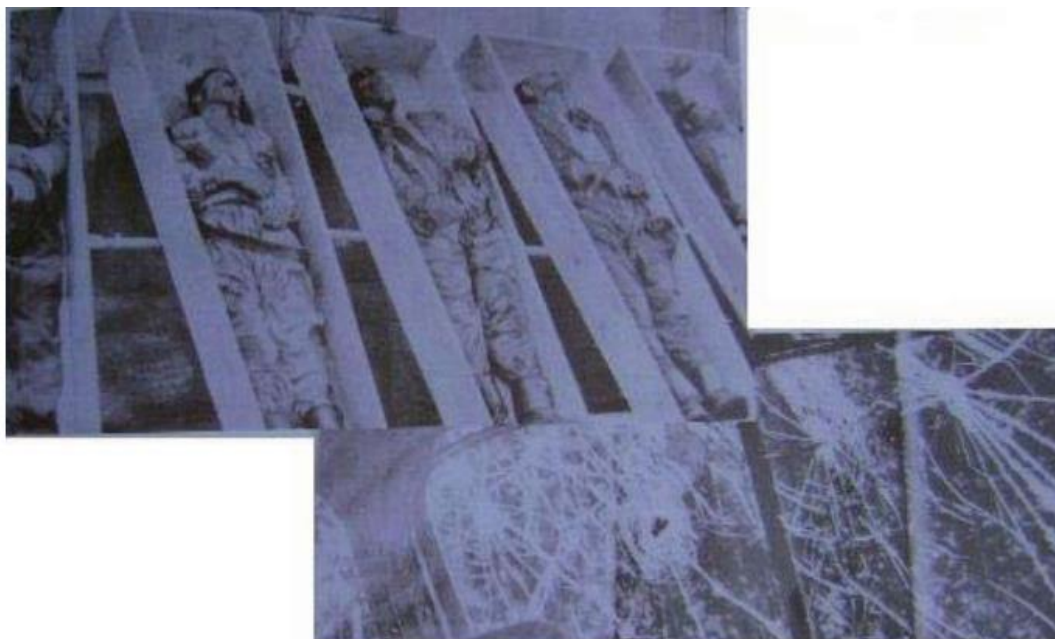


FIGURA 9: Mortos na “Tocaia de Capanema”

Fonte: Paraná, 2007, p. 13.

Depois desse episódio, Capanema e Santo Antônio foram tomados pela população. Segundo relata Moraes,

O município de Capanema foi invadido por mais de dois mil homens armados que se apossaram da cidade. A estrada que liga Santo Antônio a Capanema foi tomada pelos revoltosos, que impediram todo o tráfego pela mesma. Incendiaram o escritório da Companhia Colonizadora em Lajeado Grande, obrigando seus ocupantes a fugir para o mato. Os empregados das

⁵⁰ Há uma divergência em relação ao quilômetro 17, uma vez que alguns pioneiros relatam como quilômetro 14.

companhias recuaram e ficaram em Santo Antonio, aguardando os acontecimentos, armados e à espera de um ataque dos posseiros (MORAES, 2007, p. 68).

Conforme aponta Poli (2009), a atuação do Estado foi de suma importância devido ao modo como conduziu o conflito agrário no Sudoeste, uma vez que suas ações tiveram um papel importante na constituição do sistema agrário praticado pela Colônia Militar do Chopim, que tinha por objetivo de proteger o território e ocupar as fronteiras. Mesmo a distribuição de terras aos colonos não tendo ido além dos limites das suas áreas, tiveram influência na colonização da região (POLI, 2009).

Após todo esse conflito, os grileiros e jagunços foram expulsos da região, mas havia uma questão a ser resolvida, que era a posse das terras, uma vez que era necessário transformar os posseiros em proprietários. Como uma alternativa para resolver a questão da posse das terras, o presidente João Goulart criou, em 19 de março de 1962, por meio do Decreto nº 51.431, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, o GETSOP.

Esse grupo era subordinado ao Gabinete Militar da Presidência da República⁵¹.

O GETSOP atuou no Sudoeste até princípios de 1974. Ele foi extinto quando terminou sua missão, ou seja, efetivar a desapropriação, titulando a terra aos seus verdadeiros donos, os posseiros. Sua atuação foi uma verdadeira medida de reforma agrária, no sentido não só de distribuir terras, mas também dar assistência ao colono e à região. O GETSOP programou e executou tais medidas (LAZIER, 1986, p. 87).

A seguir, pode-se conferir o resultado do trabalho realizado pelo GETSOP, na expedição dos títulos das propriedades. Durante seu tempo de atuação, o grupo emitiu um total de 43.383 títulos de terra, dividido nos diversos municípios dos Sudoeste do Paraná, conforme pode ser visualizado na Tabela 2:

⁵¹ O GETSOP era constituído pelo Conselho de Segurança Nacional, Procuradoria Geral da República, Comissão da Faixa de Fronteira e Serviço do Patrimônio da União. “Criado através do Decreto 51.431, o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná – GETSOP. Este órgão foi exclusivamente criado para legalizar as terras do sudoeste do Paraná, tanto é que, depois de legalizadas, o órgão encerrou suas atividades. Consta ainda que uma das premissas foi o cumprimento legal de suas atividades, sem cobrança de qualquer taxa, nem mesmo doações poderiam ser aceitas pelos funcionários da GETSOP”. ORBEN, Tiago Arcanjo. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. Dissertação de Mestrado – PUC/Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

Tabela 2. Títulos de propriedades expedidos pelo GETSOP

NÚMERO DE ORDEM	MUNICÍPIO	URBANOS E SUBURBANOS	RURAIIS	
1	Ampére	979	1.431	
2	Barracão	-	223	
3	Capanema	50	2.439	
4	Dois Vizinhos	2.408	4.084	
5	Enéas Marques	384	1.911	
6	Francisco Beltrão	4.305	3.245	
7	Itapejara do Oeste	56	138	
8	Pérola do Oeste	99	2.163	
9	Planalto	117	2.258	
10	Realeza	1.003	1.890	
11	Salgado Filho	-	1.073	
12	Salto do Lontra	1.077	3.823	
13	Santa Izabel do Oeste	1.060	1.821	
14	Santo Antônio do Sudoeste	495	2.770	
15	Verê	352	1.651	
	TOTAL	12.385	30.920	
	Vias Públicas	28	-	
	Títulos do Estado, Ratificados	-	50	
	TOTAL	12.413	30970	43.383

Fonte: Lazier (1986, p. 89).

Segundo Poli (2009, p. 122), “a atuação do GETSOP também se caracterizou pelo incentivo à modernização da atividade agrícola e pecuária a partir de incentivos como o crédito,

o acesso às tecnologias e às infraestruturas necessárias para isso”. Ou seja, além de atuar na legalização das terras, o grupo atuava dando suporte aos colonos.

Em meio a toda essa disputa de terras, temos o município de Capanema, emancipado em 14 de novembro de 1951, pelo decreto-lei estadual n.º 790, passando diretamente a município. Até então, a sede administrativa localizava-se em Clevelândia, a cerca de 200 quilômetros.

A quantidade restrita de livros, obras e produções acadêmicas sobre o município de Capanema dificultaram alguns pontos da pesquisa. Em alguns momentos, foi necessária uma reconstrução histórica do processo de colonização do município por meio de documentos, notícias de jornais e documentos da câmara de vereadores e da associação comercial, bem como entrevistas com moradores que residem neste território desde a fundação do município.

O município de Capanema tem sua origem relacionada à fixação de migrantes de diversas regiões do estado e do país, mas principalmente por descendentes de alemães que vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em busca de oportunidades de emprego e de terras férteis para produção agrícola e agropecuária, com intenção de estabelecerem moradia na faixa de fronteira (MONDARDO, 2011). Como a maioria dos imigrantes veio em busca de terras, e tendo em vista todo o processo de disputa do território, atualmente o município é composto por pequenas propriedades rurais. As principais atividades praticadas por essas propriedades são a agricultura e a pecuária, gerando cerca de 70% da economia do município.⁵²

Um dos primeiros moradores do município, o Senhor Levino Frizzo (88 anos), chegou ao município em 1952, afirma que teve conhecimento sobre o município de Capanema através dos jornais, ainda quando morava no Rio Grande do Sul, e se sentiu atraído pelo Sudoeste, pois havia uma promessa de terras gratuitas. Ele narra que:

eu morava em Tenente Portela, de lá lendo os jornais eu descobri que, lá eu era caminhoneiro naquela época, descobri que existia esse lugar chamado Capanema no Paraná, que era tudo grátis, terra boa e tudo grátis e quem queria podia vir pro Paraná, aí copiei mais ou menos, não tinha estrada, copiei mais ou menos pelo mapa pra vir, e daí fiz uma rotação, fiz uma rotação lá, vim com 26 homens, mas tudo equipado pra trabalho e todos homens trabalhadores⁵³.

⁵² Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/capanema/pesquisa/38/46996>

⁵³ Entrevista com Levino Frizzo, em 09 de maio de 2018, realizada por Jaci Poli.

O senhor Levino se deslocou até Capanema e levou com ele 26 homens na carroceria o seu caminhão. Ele procurou deixar claro em seu discurso que eram todos homens trabalhadores, que estavam dispostos a trabalhar nas terras produtivas que a região sudoeste possuía. Em sua fala, o entrevistado relata por diversas vezes as dificuldades encontradas para chegar até o município, como a situação precária das estradas, os diversos quilômetros em que não havia estrada e os perigosos trechos de serras que tinham muita neblina e muitas curvas.

Assim como ele, muitas outras famílias chegaram e se estabeleceram na região, como a família da Dona Terezinha Catani, nascida no município de Tubarão, em Santa Catarina. A família dela chegou a Capanema em 20 de outubro de 1954 e se estabeleceu no distrito de Santa Luzia, que na época pertencia a Capanema.

A entrevistada conta que a família se deslocava com frequência a Capanema e, quando chegou de mudança à região, juntamente com sua família, disse a seus irmãos que queria conhecer Capanema, uma vez que sempre ouvia falar, mas não tinha tido a oportunidade de conhecer. Assim, em um domingo, um dos irmãos da Dona Terezinha a levou até Capanema.

O trajeto da residência da família até o centro era por picada. Segundo Terezinha,

Quando chegou um domingo de manhã ele falou pro meu pai, diz hoje eu vou pegar os animais vou encilhar e vou levar a Terezinha em Capanema, pra conhecer Capanema. Ai viemo estrada, picada a fora, e aquilo era longe, longe, parecia que não chegava mais, ai de repente chegou, a gente chegou num desmatadinho onde tinha um hotel que dizia, um tal de Hotel Palmito que era do seu Leopold. E tinha o Luiz Dariva que tinha o ranchinho. Ai eu perguntei assim: É longe até nós chegar em Capanema? Ai meu irmão respondeu é aqui mesmo. Ai eu me desesperei de ver dois ou três ranchinhos ali e tinha o hotel que era fechado de ripa de que chamavam hotel Palmito, e era... era... muito assim.... assustador de vir de tão longe pra vim no meio do sertão tão grande, no meio da mata. Ai meu Deus do céu, isso não era muito fácil...⁵⁴

Pode-se perceber, na fala da Dona Terezinha, que ela tinha uma concepção idealizada de como era o município de Capanema. Ela imaginava uma cidade estruturada e, quando chega, depara-se com um pequeno vilarejo. Entretanto, a cidade começou a crescer e a se estruturar até a construção da primeira prefeitura. Dona Terezinha lembra com alegria quando participou da matinê de inauguração:

⁵⁴ Entrevista em vídeo realizada com Terezinha Catani, nas dependências do IFPR Campus Capanema, em 14 de setembro de 2017.

mas depois mais tarde quando saiu a primeira prefeitura de Capanema.. Então em Santa Luzia nós morávamos... meu pai eles eram entre 7 irmãos e todos com família numerosa, e daí entre vizinhos e primos que tinha era entre 15 e 20 moças e rapazes. Quando foi construída a primeira prefeitura de Capanema a gente veio de Santa Luzia pra vim nesse matinê na prefeitura de Capanema. Era 8 km que diziam que na época tinha que ir por picada a fora, mas então a gente almoçou cedo e veio porque não podia esperar escurecer, porque na picada no escuro era muito perigoso, podia ter cobra, animais ferozes né, então não podia ser a noite, mas assim a gente foi vivendo foi conhecendo Capanema, e foi indo né e Capanema cresceu é o que hoje.⁵⁵

A fala da interlocutora deixa transparecer como ela se sente honrada em ter participado do evento ofertado pela primeira sede da prefeitura de Capanema. Mesmo o deslocamento não tendo sido fácil, como relata Dona Terezinha, a família numerosa a qual pertencia se organizou para poder participar da festividade, tendo em vista que eram 8 quilômetros feitos a pé por meio de picadas na mata, de Santa Luzia até o local da matinê.

E, como relata Dona Terezinha, Capanema cresceu e se desenvolveu socialmente e economicamente, impulsionada pela construção da Usina do Baixo Iguaçu iniciada em 2014; recebeu diversos polos de Educação à Distância e a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Atualmente, conforme o censo de 2018, conta com uma população estimada de 19.099 pessoas.

1.3 PLÁN DE COLONIZACIÓN ANDRESITO

A região onde está localizado o município de *Comandante Andresito* tem uma história bastante recente, pois a sua fundação ocorreu no final do século XX. Antes da colonização oficial de *Andresito* ocorrer, ou até mesmo de brasileiros começarem a ocupar aquelas terras, há registro da passagem de povos indígenas por aquela localidade. Não se tem muitas informações sobre quem habitava as terras no nordeste de Misiones, que hoje se localiza o município de *Andresito*. No entanto, segundo alguns registros arqueológicos da região e

⁵⁵ Entrevista em vídeo realizada com Terezinha Catani, em 14 de setembro de 2017.

descobertas recentes nas margens do rio Iguaçu, pode-se dizer que os antigos moradores da região pertenciam às etnias Tupí Guarani, como os *Caínguas*. (CÂMARA, 2017, p. 3)⁵⁶

Um dos primeiros espanhóis que relatou a existência de povos que viviam nessas terras foi Alvar Núñez Cabeza de Vaca⁵⁷. Segundo ele,

todos los cuales les salían a recibir a los caminos con muchos bastimentos, mostrando grande placer contentamiento con su venida, y a los indios principales señores de los pueblos les daba muchos rescates, y hasta las mujeres viejas y niños salían a ellos los recibir, cargados de maíz y batatas, y asimismo de los otros pueblos de la tierra, que estaban a una jornada y a dos unos de otros, todos vinieron de la misma forma a traer bastimentos; y antes de llegar con gran trecho a los pueblos por do habían de pasar, alimpiaban y desmontaban los caminos, y bailaban y hacían grandes regocijos de verlos (CABEZA DE VACA, p. 19)⁶⁰

Os brasileiros começaram a ocupar o território por volta de 1950 e essa ocupação se intensificou em 1970. No ano de 1980, os colonos argentinos, escolhidos pelo Estado começaram a ser inseridos na região após receberem a documentação que legalizava a ocupação das terras (FERRARI, 2011, p. 327).

Nesse processo de colonização do território argentino, dois documentos são de extrema importância para compreensão da constituição do território e que tipo de colonização os governantes argentinos vislumbravam para aquela região da *Província de Misiones*. O primeiro documento é o *Plán de Colonización Andresito*, assinado pelo governador da *Província de Misiones*, o senhor Ruben Norberto Paccagnini, em 22 de fevereiro de 1979, em Posadas. O segundo é a Lei n° 1839, de 28 de julho de 1983, que é a Lei de Criação do Município, assinada por Juan Manuel Bayon, General de Brigada e Governador de *Misiones* naquele ano.

Na visão dos militares argentinos, para que aquela região não se desnacionalizasse, somente um plano de ocupação agrícola com elementos sociais argentinos poderia enfrentar à migração ilegal brasileira e assegurar a soberania nacional argentina na região. Para pôr em prática tal plano, o Estado nacional argentino passou a expulsar os brasileiros ilegais e começou a selecionar colonos argentinos para ocupar aquele espaço. Uma seleção criteriosa fundamentada em pré-requisitos bem definidos, levando inclusive a um processo de exclusão entre os próprios colonos argentinos, pois nem todos

⁵⁶ CÂMARA, Hugo. Síntesis de la historia cultural y natural del Municipio de Comandante Andresito y la región. 2017. Não publicado.

⁵⁷ Nascido na Espanha por volta de 1488, foi um explorador que ficou conhecido como o primeiro europeu a registrar as Cataratas do Iguaçu e explorar o rio Paraguai. Disponível em: <http://www.cabezadevaca.com.br/> ⁶⁰ Disponível em: <http://www.biblioteca-antologica.org/es/wp-content/uploads/2017/05/CABEZA-DE-VACAComentarios.pdf>

conseguiam preencher os critérios estipulados pelo Estado (FERRARI, 2011, p. 326).

Um dos focos do plano de colonização era conter a entrada e fixação de imigrantes brasileiros no extremo Nordeste da Argentina, principalmente porque aquela era uma região de muitos recursos naturais e ao mesmo tempo de terras que até então eram consideradas improdutivas e que segundo o governo deveriam ser exploradas (FERRARI, 2011). O governo nacional também tinha por objetivo fazer de *Andresito* uma cidade modelo para o país. Os valores nacionais”, principalmente nas áreas de fronteira, estavam presentes como um dos objetivos da Lei nº 1074/79.

Esses discursos do *Plan de Colonizacion Andresito* visam criar a divisão entre brasileiros e argentinos, sendo que os últimos seriam os legítimos ocupantes do referido território. Há, aqui, a construção de uma classificação que envolve a posse da terra. Nesse sentido, torna-se pertinente lembrar as seguintes afirmações de Bourdieu sobre a construção de identidades étnicas ou regionais:

as lutas em torno da identidade étnica ou regional, quer dizer, em torno de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas a *origem* através do *lugar* de origem, bem como das demais marcas que lhes são correlatas, como, por exemplo, o sotaque, constituem um caso particular das lutas entre classificações, lutas pelo monopólio do poder de fazer ver e fazer crer, de fazer conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por essa via, *de fazer e desfazer os grupos* (BOURDIEU, 2008, p. 108).

Nesse sentido, o *Plán de Colonización Andresito* foi construído pensando em um ser argentino idealizado, com raízes e costumes do povo argentino. O plano composto por 18 artigos que estipulam desde a área de abrangência do plano até questões morais e cristãs dos futuros ocupantes daquelas terras, deixando explícitos seus objetivos e como esses objetivos seriam cumpridos. O Ministério dos Assuntos Agrários era um dos grandes responsáveis pela organização e fiscalização na distribuição das terras.

Conforme o artigo 2º, a área total de abrangência do plano era de aproximadamente 55.000 ha. Ao Norte, fazia divisa com a Seção VII da Colônia de Manuel Belgrano; a Leste, com o Rio Santo Antônio e com o município de Capanema e Planalto; ao Sul, ia até o limite das Seções IV e VI da Colônia de *Manuel Belgrano*; e a Oeste com as Seções II e III da Colônia de

Manuel Belgrano. Em seguida, o artigo 3º prevê a criação do *Plano de Colonização Andresito*, como dependência centralizada do ministério de assuntos agrários, no qual dependerá diretamente do proprietário da referida carteira e todas as despesas decorrentes da implantação do plano são de responsabilidade de uma conta denominada “Jurisdição VII – II – 2 – 6 – 05 – 06 – 07 – 10 – Código 25 – BZA – 001 – *Plán de Colonización Andresito*”.

O 4º Artigo trata de algumas responsabilidades do Ministério de Assuntos Agrários, voltadas para questões administrativas e para a organização do plano, como a indicação do cargo de Coordenador Executivo, e disponibiliza o início imediato das atividades do plano.

A política de colonização desta região do território de *Misiones* tinha por objetivo ocupar o território com colonos argentinos, expulsando assim os brasileiros que ali estavam. Porém, os objetivos do plano vão além de uma simples ocupação. Havia, como afirmamos anteriormente, um desejo por parte do governo argentino de construir uma cidade fronteiriça idealizada, de acordo com alguns padrões que o governo julgava ideais. Conforme aponta Hugo Câmara, “*En lo que hace a su historia más moderna, Misiones tuvo al menos tres etapas de desarrollo bien marcadas: la extracción yerbatera, los obrajes forestales y la colonización agrícola*”⁵⁸.

Para entender tal processo é preciso esclarecer que o plano estava dividido em duas etapas: a primeira, chamada *Plán de Colonización Andresito*, consistia em inserir unicamente colonos argentinos selecionados pelo Estado nacional; já a segunda etapa, denominada *Plán de Soberanía*, visava a nacionalizar aquela zona fronteiriça exaltando os valores nacionais argentinos frente aos brasileiros. Mas, antes da expulsão dos brasileiros, o Estado nacional sob o governo militar iniciou intensa campanha publicitária oferecendo terras em *Andresito* aos colonos argentinos. Embora tal campanha fosse estendida para todo o território nacional argentino, havia preferência aos colonos de *Misiones* (FERRARI, 2011, p. 328).

A intenção de retirar os brasileiros do território argentino e fazer com que eles não participassem do *Plano de Colonização Andresito* pode ser verificada através das notícias divulgadas nos jornais de circulação, como em *El Territorio* (1979, p. 11), que noticia:

Se observa entre los interesados um elevado porcentaje de extranjeros de países limítrofes, que em muchos casos no tenían regularizada su situación, y

⁵⁸ CÂMARA, Hugo. *Síntesis (borrador) de la historia cultural y natural del Municipio de Comandante Andresito y la región*. Artigo não publicado.

menos aún eran poseedores de la carta de ciudadanía, por lo cual no reunían las más mínimas condiciones para poder acogerse a los beneficios del Plan y aspirar a una parcela.

Além de brasileiros, havia também paraguaios e indígenas nessa região, que na grande maioria não tinha sua situação regularizada no país e ao menos possuíam cidadania argentina, ou seja, o governo considerava que esses estrangeiros não possuíam menor condição de serem beneficiados com um lote de terras. Mesmo em meio a essa situação de irregularidade em que se encontravam, o governo entregou a eles uma folha com as condições para a participação na próxima “pré-seleção” de distribuição de lotes, para que assim pudessem ter a oportunidade de, em uma seleção posterior, serem beneficiados com um terreno (EL TERRITORIO, 1979).

Para que ficasse documentado o tipo de população que o governo gostaria de que ocupasse aquela região, foi estabelecido, através do Artigo 5º, os três principais objetivos do *Plán de Colonización Andresito*. O primeiro objetivo da lei era: “a) *Afinicar pobladores en la zona determinada por los Artículos 1º y 2º de la presente Ley*. Ou seja, pretendia contemplar os colonos com lotes, dentro da localidade estabelecida nos artigos 1º e 2º, que é a área ao nordeste de *Misiones*. No ano de 1979, deram início à entrega dos lotes, conforme o relato do morador de *Andresito*, senhor Hugo Câmara:

El 2 de mayo de 1979 se dio inicio a la entrega de los pliegos de las condiciones para que los colonos puedan acceder a los lotes del plan. Durante el primer día de entrega de los pliegos asistieron a las oficinas del Ministerio de Asuntos Agrarios de Misiones, unas 100 personas interesadas. Este pliego, además de establecer las condiciones para acceder a la tenencia de los lotes, establecía un precio de 63 mil pesos por hectáreas. Los colonos tendrían tiempo hasta el 6 de agosto de ese año para presentar las solicitudes. El 8 de agosto se abrieron las solicitudes, para la primera etapa del plan se recibieron 248 pedidos. En el mes de mayo se llamó también a licitación para la apertura de caminos y desmontes.⁵⁹

A distribuição das terras seguia uma série de regras. Não bastava que as famílias demonstrassem interesse pelos lotes, era necessário que cumprissem alguns pré-requisitos, ou seja,

Para conseguir aquelas terras os colonos deveriam reunir certas condições, como não ter antecedentes criminais, ter família com filhos e certo número de

⁵⁹ Relato citado... Hugo Câmara.

ferramentas para trabalho agrícola, como trator, arado, enxada, foice, machado, motosserra, automóveis etc., além, é claro, de entender de agricultura. Na primeira etapa do plano, os colonos que reuniam todos os pré-requisitos determinados pelo Estado nacional ganhavam até 150 hectares de terras. Cada pré-requisito equivalia a determinada pontuação, o que definia a quantidade de terras que cada família receberia. Por exemplo: uma família com cinco filhos ganhava mais terras do que uma família que tivesse apenas dois filhos, pois cada filho representava um número na determinada pontuação; o mesmo ocorria com o número de ferramentas de trabalho (FERRARI, 2011, p. 328).

Em 12 de Março de 1980, o jornal “*El Territorio*” anuncia a entrega dos lotes do Plano de Colonização, afirmando que, de forma bastante satisfatória, os primeiros 17 mil hectares que foram entregues.

La oficina del Plan de Colonización Andresito, informó que se cumplió en forma satisfactoria con la entrega de las primeras 17.000 hectáreas a 107 colonos, que tomaron posesión física de igual número de lotes rurales y poseen ya sus respectivos contratos de adjudicación suscriptos por el ministro de Asuntos Agrarios, Hugo Ener Sand, en representación del Poder Ejecutivo provincial (EL TERRITORIO, 1980).

Dessa maneira, os brasileiros começariam a se retirar do território, juntamente com os indígenas e paraguaios que viviam na região, e *Andresito* começava a ser colonizada por colonos argentinos. Conforme aponta Ferrari (2011, p. 338), “tentaram fazer lá o branqueamento da população, pois as terras foram entregues fundamentalmente aos argentinos descendentes de europeus, como poloneses, suíços, alemães, belgas e, em menor número, a russos e ucranianos”. Na Figura 7, pode-se observar alguns dos futuros colonos

escolhendo seus lotes.



FIGURA 10. Futuros colonos contemplados pelo *Plán de Colonización* escolhendo seus lotes

Fonte: Arquivo pessoal de Hugo Câmara (morador de Andresito).

O segundo objetivo apresentado no artigo 5º do Plano de colonização previa “b) *Incorporar al proceso productivo, en un nivel de máxima eficiencia y racional explotación, as las tierras fiscales destinadas al Plan*”. Essa exploração das terras seguia um protocolo estabelecido pelo governo. Além dos requisitos apresentados anteriormente por Ferrari (2011), outro requisito importante para que os colonos tomassem posse das terras era apresentar um plano de trabalho que detalhasse de que forma eles utilizariam as terras durante os cinco anos seguintes, pois havia uma grande preocupação por parte do Estado com as áreas de preservação.

Os colonos, de posse das terras, eram proibidos de cultivar erva-mate, entretanto, em “1981 uma mudança na lei provincial passou a permitir que os colonos cultivassem a ervamate em Andresito, porém sob um rigoroso controle dos militares e restrito a apenas 20 hectares de terras” (FERRARI, 2011, p. 329). Até que essa liberação acontecesse, a atividade principal era o comércio de madeira que não tinha grande valor no mercado econômico argentino, mas, em 1982, a situação mudou, quando a madeira teve seu valor triplicado no mercado nacional e os colonos, que pretendiam deixar as terras, optaram por permanecer na região (FERRARI, 2011, p. 330).

O terceiro e último objetivo do Artigo 5º buscava: “c) *Afianzar en la zona la vigencia de los valores de la moral cristiana, de la cultura y tradición nacional y del ser argentino*”. Segundo Bourdieu (2008), a busca por uma definição da identidade regional ou étnica constitui objeto de representações sociais e dessa maneira pode ser usada de forma estratégica em função de interesses materiais, como de interesse de seu portador. Através desse discurso, pode-se verificar qual população o governo pretendia estabelecer naquela região. Nesse sentido, a ação dos militares argentinos na criação e implantação do *Plán de Colonización Andresito* permeia a ideia de nação e nacionalismo, deixando evidente o anseio do governo em colonizar a região com uma população que valorizasse a tradição do ser argentino⁶⁰.

A partir do contato com os objetivos estabelecidos no artigo 5º, surge uma questão: Que “nação” ou “nacionalidade” o Plano de Colonização Andresito pretendia constituir naquela região?⁶⁴ Segundo Anderson (1991, p. 22), “Nação, nacionalidade e nacionalismo revelam-se claramente difíceis de definir, e ainda mais de analisar” e menciona Seton-Watson (apud ANDERSON, 1991, p. 22), que relata: “sou assim forçado a concluir que não é possível encontrar nenhuma definição científica na nação, todavia, o fenômeno existiu e existe”. Delineia-se, então, um desafio em tentar compreender a nação idealizada pelo *Plán de Colonización Andresito*.

Para que essa pergunta possa ser respondida, é necessário que se tenha clareza de que a “região” (localidade) a que se refere está localizada a Nordeste da Argentina, em uma área de grande preservação ambiental, longe dos grandes centros do país e que ao mesmo tempo faz fronteira com outro país, o Brasil. Nesse sentido, o professor e pesquisador Jorge N. Pyke (2006), em um de seus artigos, faz uma reflexão sobre o conceito de “nação” e “nacionalismo”, e quais problemas sociais esses termos acarretam para a colonização deste território. Pyke (2006, p. 76) aponta o *Plán de Colonización “como herramienta del gobierno autoritario para ocupar espacios con población escogida según criterios estrictos que incluyen educación, capitalización y fundamentalmente nacionalidad argentina*”. Ou seja,

⁶⁰ A “tradição do ser argentino” é a estabelecida no Artigo 5º, alínea C do *Plán de Colonización Andresito*, que diz: c) “*Afianzar en la zona la vigencia de los valores de la moral cristiana, de la cultura y tradición nacional y del ser argentino*”. ⁶⁴ Segundo Bourdieu, “A etimologia da palavra “região” (régio), tal como a descreve Émile Benveniste, encaminha ao principio da di-visão, ato mágico, ou seja, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por *decreto* uma descontinuidade decisória em meio à descontinuidade natural”. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

O poder sobre o grupo a que se pretende dar existência enquanto grupo é, ao mesmo tempo, um poder de fazer o grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, e, portanto, uma visão única de sua identidade e uma visão idêntica de sua unidade (BOURDIEU, 2008, p. 111).

Ainda segundo Pyke (2006, p. 83), o nacionalismo na Argentina ocupa um espaço considerável na literatura, porém, mais para denunciar aspectos políticos ideológicos “*y su persistência como uma aberración, que para revelarnos como se convirtieron em politica identitaria, em pequenas agrupaciones doctrinarias*” no âmbito do estado e em diversos setores da sociedade.

Cabe registrar que essa visão de um grupo único, conforme os moldes e objetivos pré-estabelecidos por um plano de colonização, era a imagem que se pretendia divulgar para o resto do país. O governo e os militares argentinos detinham poder sobre os colonos (grupo), pois estes dependiam do plano para obter suas terras, e sobre eles impunham valores que deveriam fazer parte do “ser argentino”.

Do artigo 6º ao 18º, o *Plán de Colonización Andresito* trata de questões administrativas e logísticas para o funcionamento do plano, como os critérios de pontuação para cada família, estabelece as funções do Poder Executivo e estabelece alguns requisitos mínimos para a região, como a preservação das matas, solicita estradas e meios de comunicação adequados, criação de um centro urbano e designa o Ministério dos Assuntos Agrários como gestor do plano, uma vez que foi disponibilizado o montante de \$150.000.000 (cento e cinquenta milhões de pesos) para o gerenciamento do plano.

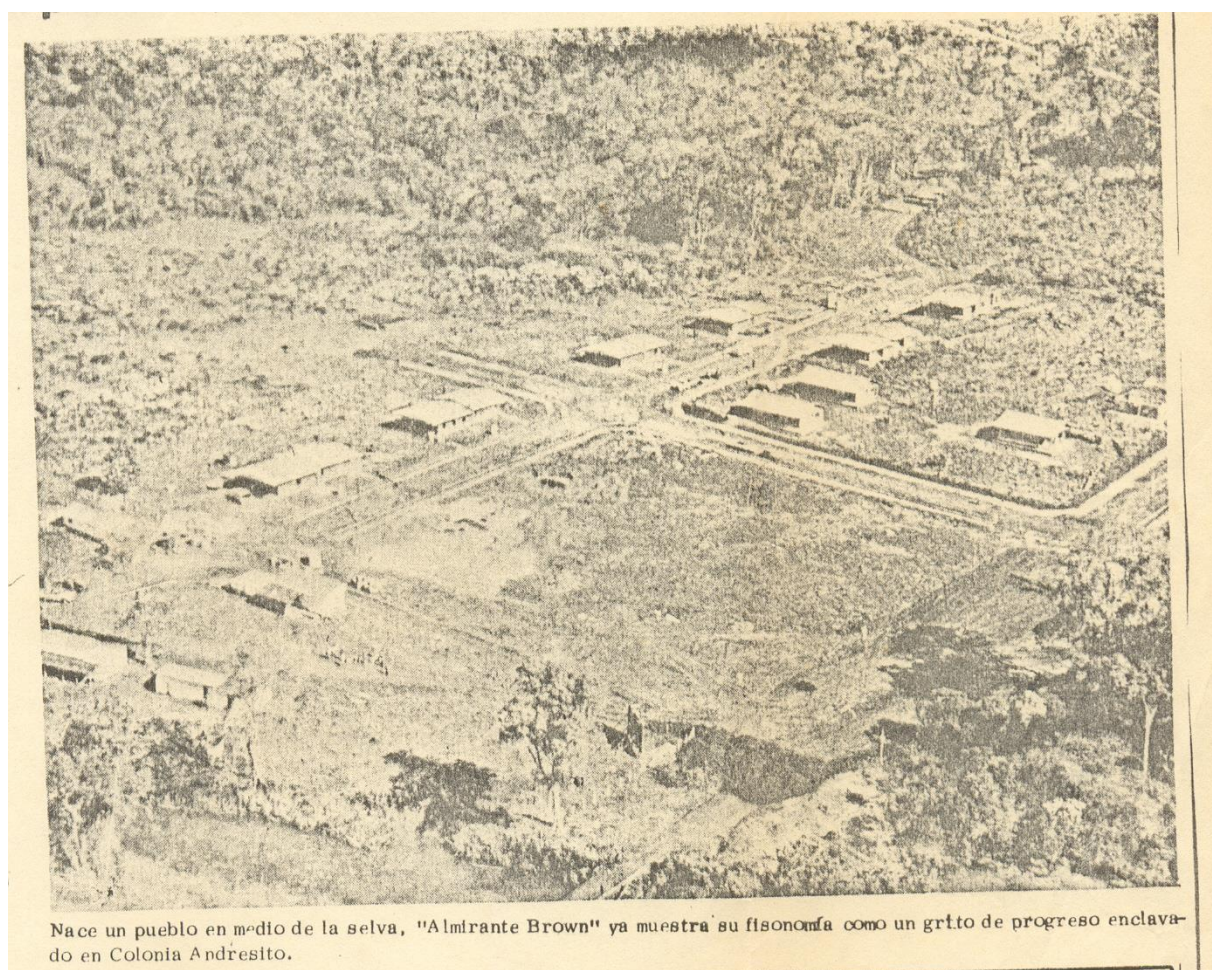


FIGURA 11: Vista aérea da cidade de *Andresito*

Fonte: Foto cedida por Hugo Câmara – Recorte de jornal.

Outro documento importante para a constituição do Município de *Andresito* é a Lei Nº1.839, de 1983, sancionada e promulgada com força de Lei pelo General de Brigada e Governador de Misiones, Juan Manuel Bayon, que estabelece a criação do Município de *Comandante Andrés Guacurarí*, no departamento de General Manuel Belgrano. A lei estabelece os limites do novo município, estipula 180 dias para que o município se organize administrativamente. A presente lei elenca os setenta e cinco municípios da Província de Misiones e aponta quais municípios pertencem a que Departamentos. O Departamento General Manuel Belgrano compreende os municípios de *General Belgrano*, *Bernardo de Irigoyen* e *Comandante Andrés Guacurarí*.

En el año 2004, el nombre fue modificado por medio de una ley por el de "Comandante Andresito". Con la creación del nuevo municipio, este

*territorio se separó del de San Antonio, y se abrió una etapa importante de su historia, puesto que la administración quedaba en manos de sus pobladores. Que deberían elegir por primera vez sus autoridades en octubre de 1983. Desde ese año y hasta el 2003, el Presidente del Concejo Deliberante hacía las funciones de intendente.*⁶¹

E assim, em meio ao contexto de colonização exposto, nasce um município chamado popularmente de *Comandante Andresito*, que era anunciado com entusiasmo pelos jornais da época, mas que não atingiu todos os objetivos propostos com seu plano de colonização, principalmente no que se refere a constituir um município ecologicamente correto⁶², que focasse na preservação ambiental, ou seja,

diferentemente do que previa o plano inicial, com a democracia os colonos passaram a destinar grandes áreas de terras ao plantio de erva-mate, tornando-a uma cultura agrícola que é ainda hoje a base econômica de *Andresito* e faz daquele município o maior produtor de erva-mate de *Misiones*, o município produz hoje uma média de 100 milhões de quilogramas de folhas verdes por ano (FERRARI, 2011, p. 336).

Para que possamos compreender melhor as constantes travessias de um município ao outro, e como os moradores dessa região fronteiriça (re)significam as experiências nesse espaço transfronteiriço, aprofundaremos no próximo capítulo a análise de algumas entrevistas. Tais entrevistas nos permitem observar que algumas travessias não eram feitas apenas por simples opção, mas por necessidade, em contrapartida outras eram feitas por lazer. Por meio dos relatos buscaremos compreender a dinâmica exercida na fronteira entre Capanema e *Andresito*.

2 “EU QUERIA CONSTRUIR UMA PINGUELA”: A TRAVESSIA SOB A PERSPECTIVA DOS MORADORES DE CAPANEMA E ANDRESITO

2.1 HISTÓRIAS DE TRAVESSIAS ANTES DA PONTE

⁶¹ Relato Citado... Hugo Câmara.

⁶² “Pode-se dizer que outro objetivo que fracassou no *Plán de Colonización Andresito* foi aquele de criar lá uma cidade ecologicamente correta e um município com cultura agrícola planejada, respeitando as matas nativas e o meio ambiente. Na verdade, a exemplo do que ocorreu no lado brasileiro, a história parece haver-se repetido em *Andresito*, pois os colonos não respeitaram as diretrizes do plano militar de colonização, e por consequência as matas nativas foram rapidamente devastadas, dando lugar às monoculturas da erva-mate e madeira” (FERRARI, 2011, p. 335).

Para compreender a dinâmica envolvendo os deslocamentos de pessoas entre as duas cidades antes da construção da ponte sobre o rio Santo Antônio, realizamos algumas entrevistas orais com moradores da cidade de Capanema no Sudoeste do Paraná e de *Comandante Andresito*⁶³, na *Província de Misiones*, na Argentina. As entrevistas foram realizadas por meio de perguntas, e têm por objetivo problematizar as experiências vividas e as relações estabelecidas na fronteira antes e a partir da construção da ponte entre o Brasil e a Argentina. Foram realizadas um total de 14 entrevistas, sendo 7 com moradores de Capanema e 7 com moradores de *Andresito*. A escolha das fontes orais se deu a partir de alguns nomes que apareciam nos documentos encontrados na ACEC. Nas conversas com os entrevistados iam surgindo outros nomes que poderiam colaborar com esta pesquisa.

A metodologia da História Oral⁶⁴ permite que o historiador estabeleça uma dimensão “viva” do fato histórico, rememorando os acontecimentos vividos, ou seja, a memória nada mais é do que a reconstrução de vivências passadas. Desse modo, conforme aponta Alberti,

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p. 4).

Para compreender a dinâmica das travessias ocorridas no período anterior ao da construção da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio, foi necessário dialogar com moradores de ambos os municípios que vivenciaram aquele período na tentativa de compreender a dinâmica ocorrida nesta fronteira. No decorrer das entrevistas e na análise das fontes, podemos observar que a travessia dos habitantes de *Comandante Andresito* para Capanema acontecia em maior volume do que o oposto, uma vez que em Capanema havia uma maior oferta de variedades de bens e serviços.

⁶³ Cidade localizada na *Província de Misiones*, no Nordeste da Argentina. Tem como principal atividade o cultivo de erva-mate e a pecuária. Possui atualmente cerca de 15 mil habitantes e faz divisa com o município de Capanema, no Sudoeste do Paraná e devido a proximidade consideradas cidades gêmeas.

⁶⁴ A História Oral foi utilizada como metodologia para a problematização dos relatos de experiências. Portelli (2000) ressalta a importância do diálogo e do papel da história oral na busca pela sua preservação.

Ao explorarmos as memórias dos sujeitos, bem como de um grupo, buscamos entender como elas são (re)vividas no momento das entrevistas. Os depoimentos nos permitem compreender o espaço fronteiro e de que maneira ele foi ocupado pela população. Nesse sentido, Halbwachs (2003, p. 166) afirma que “não basta pensar que há pessoas reunidas em um mesmo lugar e guardar na memória a imagem desse lugar para descobrir e recordar a que sociedade elas estão ligadas”.

Durante o percurso desta pesquisa conheci a senhora Sandiez Mirian Rosand (46 anos), professora do ensino primário e moradora de *Andresito* desde 1985, que concedeu uma entrevista no dia 31 de outubro de 2017, na escola onde leciona, no mesmo município. Em entrevista, a interlocutora, que chegou ao município no período em que o mesmo estava se formando, relembra o cotidiano vivido quando que se deslocava até Capanema para adquirir produtos (as compras eram motivadas pela variedade e pelo câmbio) e em busca da variedade de serviços oferecidos. Esse momento foi assim relatado:

sim, íamos igual agora. Mas, íamos de lancha. Aqui nós íamos até a prefeitura e aí cruzávamos em uma lancha e trazíamos moveis, geladeira, cama, tudo era trazido em uma “lanchinha”, íamos igual agora. Íamos em uma lancha e em Porto Lupion vinha um coletivo e nos trazia até aqui (centro da cidade). Sempre fomos...⁶⁵

Na fala da entrevistada podemos verificar como os moradores constituem o espaço de fronteira e nos permite ver a fronteira sendo praticada e (re)lembrada. A interlocutora relata como a ponte agilizou o deslocamento entre os municípios:

com a ponte... Antes por exemplo para irmos fazer compras levávamos todo o dia, porque havia dois coletivos que iam e depois tínhamos que esperar o que voltava, então se nós íamos pela manhã tínhamos que esperar todo o dia e voltar a tarde e agora não, vamos a hora que queremos de carro. É muito melhor e trazemos as coisas.⁶⁶

No decorrer da entrevista podemos perceber que os deslocamentos eram feitos em sua maioria por necessidade, especialmente para realizar compras no comércio de Capanema, e não para lazer. Quando questionada se a travessia também acontecia por motivos de atividades artísticas ou culturais, *Sandiez* responde que “*Sim, festa do Melado, depois em outra festa, que*

⁶⁵ Entrevista concedida em 31 de Outubro de 2017, nas dependências da escola onde a entrevistada atua, no município de Andresito/AR. Traduzida.

⁶⁶ *Sandiez Mirian Rosand*.... relato citado.

tem doma e cavalo e toda coisa de... ”. A Feira do Melado, que acontece a cada dois anos em Capanema, é uma das principais atividades que atrai os moradores de *Andresito*. No momento da entrevista não se recordou do nome da outra festa que participara. Provavelmente estava se referindo as tradicionais festas dos CTG`s, de Capanema e Planalto, que sempre contam com a participação do CTG de *Andresito*.

Nesse sentido, a situação precária em que a travessia era realizada não caracterizava um impedimento na busca de bens e serviços do outro lado da fronteira. Conforme Maristela Ferrari:

Assim, desde a fundação de *Andresito* em 1980, até por volta de 2003, os moradores daquele município dependiam quase totalmente do comércio brasileiro, primeiro porque muitos produtos e mercadorias de consumo correntes não eram encontrados lá; e segundo pela diferença cambial que favorecia comprar em lado brasileiro (FERRARI, 2011, p. 332).

Seguiremos com a entrevista de Ivanir Ferronato (75 anos), realizada no dia 08 de maio de 2017, em sua residência. A entrevista durou 28 minutos. Ivanir é proveniente de Concórdia – Santa Catarina, e chegou em Capanema quando adolescente. O entrevistado narra como era o contato que eles tinham com os argentinos e como era feita a travessia entre as cidades no período anterior a construção da ponte:

E daí naquela época agente tinha um barquinho pra passar ali e tal e ai vinha muita gente de lá pra cá, pra comprar naquela época também [...] Sim naquele tempo, tinha um barquinho que eles atravessavam ali... só que o barco era muita gente e aqueles barco pequeno, era uns barquinho que cabiam 7, 5, 6 pessoas e vinham com carga, porque a turma levava, e daí a turma começava a levar móveis daqui né, porque naquele tempo a Argentina não tinha nada ali, então ficou perigoso né, e então a gente ia lá né a cada 15 dias jogar bola com eles lá... tinha um campo lá trás, daí eles vinham pra cá⁶⁷.

Em sua narrativa, o senhor Ivanir relata sobre as situações precárias que os moradores de ambos os municípios enfrentavam para realizar a travessia, principalmente devido ao tipo de embarcação utilizada, que era muito precária. Quando ele relata “*naquela época*”, esta se referindo ao período anterior a construção da ponte, em torno de 1985 a 1993. Mesmo assim, os moradores de *Andresito* tinham necessidade de fazer a travessia “*porque naquele tempo a Argentina não tinha nada ali*”, tendo em vista que o município era novo e distante das demais

⁶⁷ Entrevista do senhor Ivanir Ferronato, 75 anos, concedida em 08 de Maio de 2017, na residência do entrevistado.

idades da *Provincia de Misiones* e as opções de comércio eram poucas. Sendo assim, os moradores se deslocavam até Capanema para adquirir diversos bens, desde roupas, alimentos, produtos de limpeza até eletrodomésticos e móveis, o que acontece até os dias de hoje. Inclusive, algumas lojas do município de Capanema realizam promoções, principalmente aos sábados, exclusivamente aos moradores do país vizinho, que compram com pesos argentinos. A travessia também era feita para os momentos de lazer, como os jogos de futebol.

Verificando toda essa situação em que a travessia era feita em pequenos barcos, com diversas pessoas e com a intenção de facilitar o trânsito entre um país e outro, principalmente daqueles que levavam grandes objetos, como móveis, em meados de 1985, o senhor Ivanir, na posição de vereador⁶⁸ na época, propôs a construção de uma *pinguela*:

E eu por amizade que a gente tinha com os argentinos e coisas com nós aqui, inclusive eu fiz um pedido na câmara dos vereadores pra nós construir uma pinguela até, pra passar na pinguela porque no começo, mais daí conversamos com um com outro fomos na Argentina, começamos fazer reunião daí surgiu a ponte, vamos fazer uma ponte.⁶⁹

Ao compartilhar suas experiências do tempo em que era vereador no município de Capanema, o interlocutor relata a tomada de decisão do governador do Estado do Paraná na época, Roberto Requião⁷⁰, em construir a ponte para ligar o Brasil à Argentina. Tal tomada de decisão do então governador foi motivada pelo fechamento da Estrada do Colono⁷⁵, no ano de 1986:

Não me recorde mais se foi assim no primeiro mandato meu de vereador, ou no segundo que foi lá em 96, que daí o Requião era o governador e daí o Requião reunião nós ai... “Vamos fazer uma ponte”, daí fizemos reuniões com a turma da Argentina, eles ficaram assim meio em dúvida, que a Argentina pra eles aqui, a Argentina aqui é o nordeste nosso né, a região deles aqui né, então a reunião naquela época era bem sabe?... tinha poucas gente que tinha, maioria era gente de Capanema que foi pra lá...e trabalhava então mas Requião disse assim: “Eu vou fazer essa ponte”... e daí naquela época nós já tinha pedido o asfalto, daqui pra passar na, na, na... infelizmente né.⁷¹

⁶⁸ Mandato de Vereador de 1983 a 1988. Na época, os mandatos de vereadores eram de 6 anos.

⁶⁹ Entrevista do senhor Ivanir Ferronato..., relato citado.

⁷⁰ Roberto Requião de Mello e Silva, governador eleito no estado do Paraná. Primeiro mandato de 1991 a 1994. ⁷⁵ Estrada pertencente ao governo do Paraná, que passava no interior do Parque Nacional do Iguaçu e ligava a cidade de Serranópolis do Iguaçu e a cidade de Capanema. Tem cerca de 17,6 km e foi transformada em estrada por volta de 1950. Devido ao grande número de desmatamento no interior do Paraná, a extração ilegal de palmito, a caça de animais silvestres, a criação de diversas cidades e a construção de rodovias, grupos ambientalistas pressionaram o governo do estado para o fechamento da Estrada, por ser uma área de preservação ambiental permanente (CORNELLI; CASTANHA, s. d.).

⁷¹ Entrevista do senhor Ivanir Ferronato, 75 anos, concedida em 08 de maio de 2017.

Quando o entrevistado narra que “Argentina pra eles aqui, a Argentina aqui é o nordeste nosso né, a região deles aqui né, então a reunião naquela época era bem sabe?... tinha poucas gente que tinha, maioria era gente de Capanema que foi pra lá”, faz menção a um distanciamento da cidade de *Andresito* das demais cidades/regiões do país argentino⁷², enfatiza a pobreza dessa parte da Argentina, comparando-a com o Nordeste brasileiro, representado como lugar distante dos centros econômicos e carente de infraestrutura.

Albuquerque Junior (2011, p. 22) pensa “o Nordeste [brasileiro] como uma identidade espacial, construída em um preciso momento histórico como produto do entrecruzamento de práticas e discursos ‘regionalistas’”. Assim como o Nordeste brasileiro, o Nordeste da Argentina também é produto histórico de práticas regionalistas. O argumento que constitui o Nordeste argentino como espaço geográfico com baixa densidade demográfica também visava legitimar a execução do *Plán de Colonización Andresito*⁷³, que foi uma política geopolítica de ocupação agrícola do governo nacional argentino, tentando controlar a migração ilegal brasileira (FERRARI, 2011, p. 326).

Segundo a narrativa, os argentinos “ficaram assim meio em dúvida”, mas o governo do Estado do Paraná optou por realizar a construção da ponte, como uma importante ligação ao Oeste paranaense e também à cidade de *Puerto Iguazu*. Diversas reuniões foram feitas entre os municípios fronteiriços, por pessoas que desejavam o fortalecimento das relações na fronteira, sendo possível verificar, por meio de algumas atas⁷⁴, que, desde 1991, o Brasil tinha o anseio de concluir, juntamente com a Argentina, um acordo para a criação de um Grupo Permanente de Cooperação Fronteiriça, coordenado pelos respectivos Ministérios das Relações Exteriores, que favorecessem a análise e possíveis soluções sob o enfoque técnico, de temas e fatos destinados a facilitar o trânsito na fronteira, bem como promover soluções práticas para superar possíveis dificuldades conjunturais (BRASIL, 1991). A respeito disso, o senhor Ivanir recordou:

⁷² A cidade mais próxima é *San Antonio*, a 65 km, também localizada na *Província de Misiones*, que faz *fronteira seca* com Santo Antônio do Sudoeste, no estado do Paraná. Mais ao centro da Argentina, a cidade mais próxima é Wanda, que fica a 78 km de distância de *Andresito*.

⁷³ “Na visão dos militares argentinos, para que aquela região não se desnacionalizasse, somente um plano de ocupação agrícola como elementos sociais argentinos poderia enfrentar a migração ilegal brasileira e assegurar a soberania nacional argentina na região” (FERRARI, 2011, p. 326).

⁷⁴ As atas estão disponíveis na associação comercial de Capanema e na Câmara de Vereadores de Capanema. ⁸⁰ Relato do senhor Ivanir Ferronato..., relato citado.

E o Requião naquela época ele disse assim... “já que não sai a estrada eu vou fazer a ponte pra Argentina, pra nós fazer a saída daqui, pra Foz do Iguaçu aqui pela Argentina né”, só que a Argentina não se interessou muito, eles se interessaram depois, mais tarde eles se interessaram mais que nós, eles já puseram a “alfandiga” deles lá e tudo, só que daí surgiu muita coisa... desse, sobre essa ponte aí.⁸⁰

Questionado sobre a data de início da construção da ponte, se foi no ano de 1993 e a data de sua inauguração em 1994, o senhor Ivanir diz não lembrar muito bem:

É eu acho que foi inaugurada, é eu eu não tenho assim... que eu num... que naquele tempo eu esqueci aquilo lá... todo mundo ninguém... inclusive na época que inauguraram o Requião veio aí e tal e falou “ó foi um pedido do [inaudível]” daí tal, mas não ficou registrado nada....⁷⁵

Por diversos momentos, durante a entrevista, o entrevistado teve dificuldade em lembrar algumas datas específicas, como a data de seus mandatos de vereador, o ano específico da tomada de decisão da construção da ponte, bem como sua construção e inauguração.

Para compreender alguns elementos das relações sociais constituídas a partir da construção da ponte, questionou-se o senhor Ivanir sobre em que medida a ponte fez com que melhorasse essa interação entre os brasileiros e argentinos. Segundo o entrevistado:

Olha infelizmente melhorou um pouco sim, não tem nem dúvida, mas não chegou a, não chegou a, a ... porque o comércio em si, é só aquele comércio... sabe passava um carro dali da Argentina ali, vinha aqui e tal, então não tinha assim aquele, aquele acerto entre os munícipes de lá e daqui. Que daí eles não deixavam vir de outras regiões aí, passar aqui e tal então ficou... daí a nossa polícia e a alfandega do Brasil vinha um ou dois de Barracão, Dionísio, vinham aqui mas não melhorou muita coisas não, não melhorou, infelizmente, não é que não melhorou, não teve interesse né, do Brasil, não sei que que houve, os... os... lembro que foi tentado naquela época tinha o Caito que era deputado tinha o Borges da Silveira é daí veio o Nelson Meurer, esses daí eles tentaram... mas chegava lá infelizmente não chegou aaaa.. aa... ter um apoio lá de cima lá, esse que foi o problema, fico só nós aqui tentando conversar e tal e não teve muito jeito, infelizmente, foi uma pena né porque isso aí quantos anos né, e hoje, hoje se fosse, inclusive agora a Argentina, não se tu ta a par, a Argentina já tem a alfândega deles lá.... A argentina.⁷⁶

O senhor Ivanir cita diversas pessoas que trabalharam em prol de um alfandegamento da aduana brasileira para a passagem de cargas: “esses daí eles tentaram... mas chegava lá

⁷⁵ Relato do senhor Ivanir Ferronato..., relato citado.

⁷⁶ Relato do senhor Ivanir Ferronato..., relato citado.

infelizmente não chegou aaaa.. aa... ter um apoio lá de cima lá”. Ele está se referindo a Brasília e acaba se lamentando por não haver um esforço do governo nacional em viabilizar um crescimento econômico para essa região. As iniciativas ficaram sempre a cargo de lideranças locais. Nesse sentido, Ferrari (2011, p. 373) afirma que, “desde o advento do Mercosul verificasse que prefeitos e *intendentes* buscam estratégias conjuntas no sentido de habilitar alguns pontos de passagem para o comércio internacional sob várias justificativas”.

Na interpretação do entrevistado, observa-se que a paisagem social da fronteira e das cidades gêmeas⁷⁷ se modificou com a presença dos moradores dos respectivos países. Para Martins (2016, p. 10), “no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”.

A experiência do interlocutor mostrou outras dimensões da realidade, como por exemplo, as relações de amizade, as conversas informais, que ainda permaneciam na invisibilidade e que não puderam ser encontradas em documentos.

Podemos observar que o que a travessia dos entrevistados acontecia por motivações diferentes. Embora a senhora *Sandiez* tenha relatado que participara de algumas festividades no município brasileiro, o principal motivo destacado por ela era a busca por produtos e serviços, que difere da narrativa do Senhor Ivanir Ferronato, que relata os momentos de descontração proporcionados pelos jogos de futebol.

Nesse primeiro momento, vários foram os esforços de políticos e autoridades, tanto locais quanto estaduais, para facilitar a ligação entre municípios de Capanema e *Andresito*, sejam eles numa perspectiva menor, local, ou em maior amplitude, procurando compreender as relações que se estabeleceram nessa dinâmica da fronteira.

2.2 CONSTRUÇÃO DA PONTE E A EXPECTATIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO.

⁷⁷ Termo oficializado pelo Ministério da Integração Nacional (MI), com publicação no DOU em 2014. As cidades gêmeas se caracterizam pela integração com o país vizinho. Conforme aponta Machado (2005, p. 260261), “as cidades gêmeas apresentam grande potencial de integração econômica e cultural assim como manifestações localizadas dos problemas característicos da fronteira. Aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Por esses motivos é que as cidades gêmeas devem constituir-se em um dos alvos prioritários das políticas públicas para a zona de fronteira”.

Até 1993, os municípios separados pelo rio Santo Antônio não contavam com um suporte rodoviário para a realização da travessia entre os países. Os estudos para a construção da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio iniciaram a partir do fechamento da Estrada do Colono. Tal situação desencadeou uma necessidade proeminente de um acesso a Argentina que pudesse ser feito através de veículos e que fosse um caminho mais próximo ao oeste do Paraná, mais precisamente a região turística de Foz do Iguaçu/BR com a estrada do colono, que foi fechada.

Foi nesse contexto que se deu a iniciativa para a construção da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio pelo Governador do Estado do Paraná Roberto Requião. Segundo Ferrari (2011), grupos de empresários na década de 90 iniciaram a construção de diversas pontes, algumas não tinham apoio financeiro da união e eram consideradas ilegais, pois não possuíam autorização do governo Brasileiro, nem do governo Argentino para sua construção.

No dia 27 de Abril de 1993 a Diretoria de Engenharia do DNER aprovou o projeto da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio, em Capanema, na divisa Brasil – Argentina. O projeto da ponte foi analisado e acompanhado pelo Serviço de Estruturas da Divisão de Estudos e Projetos. A empresa responsável pela construção foi a Técnica Granville e a fiscalização sob a responsabilidade do DER do Estado do Paraná. A ponte possui 124,15 (cento e vinte e quatro metros e quinze centímetros) de extensão e 13 (treze) metros de largura, com passarela para pedestre em ambos os lados. Do lado brasileiro foi construído um prédio para abrigar o posto de fiscalização ou posto aduaneiro (figura 11).⁷⁸

⁷⁸ Ministério dos transportes. Secretária executiva. Banco de Informações dos Transportes. Apud. VASCONCELOS, Augusto Carlos de. *Pontes brasileiras: Viadutos e passarelas notáveis*. 2 ed. São Paulo: Pini, 2012.



Figura 12: Aduana brasileira. Posto de fiscalização da Polícia e Receita Federal

Fonte: <http://www.jagostinho.com.br/2011/03/12/31824/>

Embora o governo Argentino não tenha contribuído financeiramente para a construção da ponte, os jornais anunciavam com entusiasmo as negociações para início das obras. O jornal *El Territorio* anunciou a ida do prefeito de *Andresito* Jorge Antonio Weiss até a capital do Estado do Paraná, Curitiba, para a escolha da empresa responsável pela obra. A licitação contou com 11 empresas concorrendo, sendo o custo da obra em torno de 800 (oitocentos) mil dólares, conforme figura 12.⁷⁹ Ficou sob responsabilidade do Governo Argentino a pavimentação asfáltica do Município de *Andresito* até a Aduana, para que pudesse garantir acesso as diversas regiões do país.

O jornal *El Territorio* costumava anunciar a maioria dos trâmites referentes à construção da ponte, principalmente as reuniões e encontro bilaterais. Em 13 de março de 1993, anunciou a reunião entre os prefeitos para decidirem a localização da implantação dos canteiros de obras nas cabeceiras da ponte.⁸⁰

⁷⁹ El Territorio. 18/01/1993

⁸⁰ El Territorio. 18/01/1993



Figura 13: Reportagem no jornal “El Territorio” – Andresito.

Fonte: El Territorio, 18/01/1993.

As diversas reportagens publicadas pelo principal jornal de *Andresito* – *El Territorio* - anunciavam a construção da Ponte como uma esperança de crescimento para a colônia de *Andresito* (figura 13). Uma das benfeitorias ansiadas pela população com a construção da ponte era o acesso ao litoral paranaense e ao Porto de Paranaguá. Havia uma esperança principalmente por parte das autoridades e das lideranças de um alfandegamento deste ponto de fronteira que o tornaria automaticamente local de escoamento para o Porto de Paranaguá, desviando a cidade de Foz de Iguaçu.⁸¹

A reportagem publicada em 04 de abril de 1993 (figura 13) relata a ida do Governador de *Misiones* até Curitiba para pleitear junto ao governo do Paraná um espaço para *Misiones* no Porto de Paranaguá. Para os empresários missioneiros este espaço representa grandes vantagens pois diminuiria a distância até o porto.

⁸¹ *El Territorio*. O Estado do Paraná. Grupo de Trabalho Pró-alfandegamento. 04/04/1993.

Domingo 4 de abril de 1993

Puente sobre el San Antonio puede traer mutuos beneficios

El lunes último -a seis meses de haber visitado Curitiba, capital del estado brasileño de Paraná- el gobernador Federico Ramón Puerta obtuvo dos respuestas concretas a los que entonces había conversado con su colega de dicho estado brasileño: la construcción del puente sobre el río San Antonio y, asimismo, la habilitación de un espacio físico para Misiones en el puerto de Paranaguá, sobre el océano Atlántico.

Ese día, en efecto, el mandatario misionero volvió a pisar tierra de dicho Estado (uno de los más ricos del Brasil), esta vez en Capanema, frontera a Colonia Andresito. Junto al gobernador Roberto Requiau, suscribió el acta de construcción del puente internacional que unirá ambas poblaciones y cuya terminación está prevista para dentro de ocho meses, a un costo de 3 millones de dólares.

El estado de Paraná financiará esta obra, en tanto la provincia de Misiones hará lo propio con el asfaltado de la prolongación del ruta provincial 19, hasta alcanzar la cabecera del Puente del lado argentino.

Además, y previa la superación de requisitos ambientales

El atractivo para los misioneros del espacio físico cedido en Paranaguá acaso se vea acotado porque, al decir de empresarios, en ese puerto es habitual que se privilegie lo que interesa al Brasil.

Estado, el retener más tiempo a los turistas.

Espacio en Paranaguá
Obviamente, el Puente servirá además para la entrada y salida de productos de ambos pueblos. Y en lo que se refiere a Misiones, no hay dudas de que el espacio físico cedido por Paraná en el puerto de Paranaguá, representa una valiosa oportunidad para los empresarios misioneros, dadas las ventajas que son capaces de obtenerse a partir de la menor distancia para alcanzar el mar y salida a los mercados mundiales.

No obstante, esa salida directa e inmediata, puede verse acotada por algo que -según dijeron algunos empresarios- forma parte de la característica operativa de Paranaguá: tienen prioridad allí, los productos que interesan a los brasileños, ya fueren lo que ellos exportan o lo que importan.

El gobierno de Misiones debería gestionar trato equitativo en ese puerto. Porque aquella característica puede acarrear pérdida de tiempo, y de dinero, para los empresarios de la provincia, con el consiguiente desaliento de los exportadores locales que, por fuerza, optarán por otras vías más dinámicas.



Gobernador del estado de Paraná (Brasil), Roberto Requiau.

camino -como lo anticipó EL TERRITORIO en su edición del 31/93- le significará a los brasileños un sustancial ahorro de dis- ejemplo, también favorecerá a quienes se desplazan desde zonas ubicadas al norte de Foz.

Figura 14. *Puente sobre el Santo Antonio puede traer mútuos beneficios.*

Fonte: *El Territorio*.

A mesma reportagem define o Estado do Paraná como “*um dos mais ricos do Brasil*” e anuncia a assinatura da ata de construção da ponte internacional. O periódico também noticia o custo para construção da ponte de 3 milhões de dólares, diferente do que havia sido noticiado anteriormente.⁸² Segundo o jornal paranaense Estado do Paraná:

Toda a produção de erva-mate, celulose e madeira da *Província de Misiones* poderá entrar no Brasil por Capanema, para encontrar a Ferroeste, em Cascavel, e seguir para Paranaguá. A distância de *Misiones* até o Porto de Buenos Aires é de 1.200 quilômetros, enquanto até Paranaguá é de 700 quilômetros.⁸³

O ano de 1993 ocorreram ações dos governos brasileiro e argentino visando aumentar as relações entre os dois países, principalmente na região sudoeste do Paraná e nordeste de

⁸² El Territorio, 04/04/1993

⁸³ Estado do Paraná, 22/12/1996

Misiones. Uma delas foi o Acordo de Cooperação Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina, através da troca de Notas,⁸⁴ firmado entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Sr. Luiz Felipe Lampreia e o Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Sr. Guido di Tella.

Em 26 de maio de 1993 o Governo Federal, por meio do Ministro Luiz Felipe Lampreia, enviou a primeira nota ao ministro argentino propondo o acordo entre os países. Assim expressa:

2. O Governo da República Federativa do Brasil entende que essa iniciativa contribui para o processo de integração entre os dois países e não vê impedimento à sua consecução, nas condições acima mencionadas, a qual será implementada pelo Estado do Paraná e pela *Província de Misiones*, mediante contratos pertinentes regidos pelo Direito Administrativo e, se for o caso, pelo Direito Internacional Privado, e desde que o projeto de construção seja adequado às normas técnicas brasileiras e argentinas. A construção da ponte não gerará compromissos nem responsabilidade legal ou financeira para os Estados Nacionais.
3. Para tanto, ambos os Governos procederão, por via diplomática, às consultas pertinentes sobre o projeto de engenharia e o estabelecimento de controle aduaneiro e de imigração.
4. Se o Governo da República Argentina concordar com o acima exposto, esta Nota e a Nota de idêntico teor e mesma data de Vossa Excelência constituirão Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, a entrar em vigor na data de hoje, por tempo indefinido.⁸⁵

Assim sendo, no mesmo dia o ministro argentino Guido di Tella, por meio de nota se reporta ao ministro brasileiro:

El Gobierno de la República Argentina entiente que esa iniciativa contribuye al proceso de integración entre los os países y no ve impedimento para su consecución en las condiciones supramencionadas, la que se implementará por la *Província de Misiones* y el Estado do Paraná mediante los contratos correspondientes regidos por el derecho administrativo y, en su caso, por el derecho internacional privado, siempre que el proyecto de construcción de la obra se adecúe a las normas técnicas argentinas y brasilenãs y sin que la construcción genere ningún compromiso o responsabilidad legal o financeira, para los Estados nacionales.⁹²

⁸⁴ Acordo de Cooperação Fronteiriça entre Brasil e Argentina. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3941?s=capanema&tipoPesquisa=1>

⁸⁵ Ministério das Relações Exteriores. Secretaria – Geral, Departamento Consular e Jurídico – Divisão de Atos Internacionais. Publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, Nº 108 em 09 de Junho de 1993.

O governo argentino recebe com entusiasmo a nota do ministro brasileiro, e se posiciona de maneira favorável ao acordo, desde que a implantação da ponte fosse feita de acordo com leis administrativas internacionais e que as demandas financeiras fossem de responsabilidade dos dois países envolvidos.

Sendo assim, ambos os governos sucederam de forma diplomática as consultas a respeito dos projetos de execução e sobre o controle aduaneiro. O governo brasileiro aceitando o que foi exposto em nota pelo governo argentino, estabeleceu então um acordo entre os governos que passou a vigorar a partir da sua publicação, em 26 de Maio de 1993 e valerá por tempo indeterminado.⁹³ O acordo assinado entre os países é composto por 15 cláusulas que tem por objetivo regulamentar as ações de ambos os países no que tange a cooperação fronteiriça motivada pela construção da ponte. O documento foi redigido pelo ministro argentino que iniciou o termo sugerindo que os países incorporassem em seus consulados funcionários do país aliado, com o objetivo de melhorar a integração e tornar os serviços consulares mais eficientes. Seriam denominados país anfitrião e país hóspede⁹⁴, conforme determina o artigo segundo do termo.⁹⁵

Os consulados entraram em um consenso para execução dos termos. Os artigos do termo versam sobre as responsabilidades de cada um dos consulados no que se refere às questões administrativas e de pessoal (pagamento e atividades realizadas).

⁹² TELLA, Guido di. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, por Troca de Notas, sobre a Construção da Ponte Internacional que ligará Capanema e Comandante Andrés no Estado do Paraná e da Província de Misiones. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3941?s=capanema&tipoPesquisa=1> ⁹³
Idem.

⁹⁴ País anfitrião: aquele que recebe em seu consulado o funcionário do outro país. País hóspede: aquele no qual pertence o funcionário.

⁹⁵ Acordo de Cooperação Fronteiriça entre Brasil e Argentina. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3941?s=capanema&tipoPesquisa=1>

A construção da ponte trouxe esperança de crescimento econômico e populacional tanto para brasileiros quanto para argentinos, que viam neste elo uma possibilidade de crescimento para os municípios. Entretanto, a dinâmica de funcionamento da ponte não ocorreu conforme as expectativas da população. Após finalizada e entregue, a mesma ficou fechada até o ano de 1996 para o tráfego de veículos.

Roberto Requião em um de seus pronunciamentos, como Senador pelo Estado do Paraná, em maio de 1996 comenta sobre a abertura da ponte anunciada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso⁸⁶, na Argentina. Na oportunidade reafirma que construiu a ponte com recursos próprios do Estado do Paraná.

Na Argentina, o Senhor Presidente da República anuncia, com garbo e circunstância, junto com o Presidente Menem, a abertura da ponte entre o Paraná e o Estado de Misiones, entre o Brasil e a Argentina. Uma ponte tratada por Sua Excelência e pelo Presidente Menem há três anos; uma ponte importante para o Paraná, para o Porto de Paranaguá. Tão importante que, depois de ter sido acordada entre o Brasil e a Argentina, para evitar mais delongas, como Governador do Paraná, eu a construí, sem recursos da Argentina ou do Brasil, com a autorização legislativa e com os recursos do Estado do Paraná.⁸⁷

Na mesma circunstância Requião cobra do governo federal a implantação de um posto aduaneiro, que era um dos principais fatores para abertura da ponte, o governador reivindica um posicionamento para a liberação do tráfego.

Há dois anos o Governo Federal a ignora. A ponte está fechada porque não se criou ainda uma unidade aduaneira. Mas o Senhor Presidente, naqueles entusiasmos a que é dado no exterior, garantiu à imprensa argentina que a ponte teria sido aberta no dia 20 do mês passado. Os argentinos ainda acreditam no Presidente da República. Os seus homens ocuparam a gendarmaria e a aduana, o que é comum, esperando que o Brasil fizesse o mesmo. Mas o Senhor Presidente da República, até agora, não assinou o decreto criando a aduana e não designou os funcionários da Receita Federal que ali deveriam operar. E a ponte, hoje, é objeto de protestos, de passeatas e a causa da indignação de brasileiros e argentinos da fronteira. Mas Sua Excelência ainda não arranhou tempo para cumprir a promessa que fez no território argentino. A abertura da ponte ainda é uma incógnita.⁸⁸

Durante os dois anos em que o tráfego na Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio ficou suspenso, diversos foram os esforços por parte da população, dos empresários e

⁸⁶ Presidente do Brasil por dois mandatos consecutivos. De 1º de Janeiro de 1995 até 1º de Janeiro de 2003, pelo PSDB -Partido da Social Democracia Brasileira.

⁸⁷ Pronunciamento do Senador, pelo Estado do Paraná, Roberto Requião (PMDB – Movimento Democrático Brasileiro/PR), realizado no dia 03/05/1996 no Senado Federal. Em 1994 foi eleito Senador pelo Estado do Paraná mandato de 1º de fevereiro de 1995 até 31 de dezembro de 2002.

Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/186200>

⁸⁸ Pronunciamento do Governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB – Movimento Democrático Brasileiro/PR), realizado no dia 03/05/1996 no Senado Federal.

Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/186200>

das lideranças políticas para viabilizar o seu funcionamento. Nesse sentido, foi protocolado junto a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pelo deputado estadual Caito Quintana⁸⁹ o Ofício n° 023/95 – imc., que solicitava ao Governador Jaime Lerner esforços em “*viabilizar o processo de operacionalização da ponte internacional, ligando os municípios o que certamente redundará em benefício regional, estadual e internacional*”⁹⁰.

Depois de dois anos fechada, no dia 20 de dezembro de 1996 aconteceu a cerimônia oficial que liberou o tráfego pela ponte internacional, na ocasião estavam presentes autoridades de ambos os países. A liberação foi noticiada pelo jornal O Estado do Paraná (figura 14). Segundo a publicação a “*ativação da aduana [...] deve significar o fim do processo de empobrecimento da região*”.⁹¹ Tal afirmação de caracteriza pelo fato que o município de Capanema, na época em que a Estrada do Colono estava ativa possuía uma população aproximada de 35 mil habitantes, que com o fechamento da estrada foram deixando o município.

A Unidade Aduaneira de Capanema foi criada através da PORTARIA N° 262, de 25 de novembro de 1996, do Ministério da Fazenda e conforme o Art. 3º, alínea “c”, a unidade fica jurisdicionada pela DRF de Cascavel.⁹²

⁸⁹ Deputado Estadual do Paraná nos mandatos de: 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010 pelo PMDB. Foi chefe da Casa Civil em dois governos de Roberto Requião (1991/94 e 2002/06). Faleceu em 2019.

⁹⁰ QUINTANA, Caito. Ofício n° 023/95 – imc. Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba, 23 de Março de 1995.

⁹¹ O Estado do Paraná, 22 /12/1996.

⁹² Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=25774>



Figura 15: Iniciado tráfego da ponte Brasil-Argentina em Capanema

Fonte: Acervo da Associação Comercial de Capanema.

Tais informações são importantes para que possamos compreender a dimensão da mobilização em torno da construção da ponte e dos esforços para a liberação do tráfego internacional. Mesmo após a inauguração, a ponte internacional funcionava de forma restrita, delimitando dias e horários para o trânsito de veículos, restringia também a passagem de ônibus de turismo.

Diversas reuniões bilaterais foram realizadas no intuito de otimizar o funcionamento da Aduana. As reuniões aconteciam em *Andresito* e em Capanema e contavam com a presença de autoridades, políticos e empresários dos dois municípios e da região.

O senhor Milton Kafer, que esteve à frente da prefeitura de Capanema no período de 2005 a 2012, enviou diversos ofícios a autoridades estaduais e nacionais na tentativa de solucionar as questões pendentes relacionadas ao trânsito na ponte internacional. A maioria dos ofícios enviados é entre 2005 e 2007. Em 2005 foi enviado um ofício ao Delegado Chefe da Delegacia da Polícia Federal, na ocasião Sr. José Aberto Freiras Iegas,

Assim solicitamos que seja dado prosseguimento em todos os tramites internos da Polícia Federal no sentido de viabilizar o trânsito de pessoas, em especial o turismo, que cremos ter demanda para isso. Ainda, que esta ligação consiga

no menor tempo possível de contar com todos os demais serviços necessários para o pleno funcionamento do lado brasileiro.⁹³

Dentre esses documentos destacamos o ofício⁹⁴ enviado ao Chefe da Divisão de Fronteira do Ministério das Relações Exteriores, o Senhor João Marcelo de Aguiar Teixeira, em que o prefeito propõe a criação de um grupo de trabalho que englobasse outros Ministérios e atuasse juntamente com o Governo brasileiro e argentino na tentativa de regularizar o comércio e transporte de carga pela Ponte Internacional. O mesmo ofício¹⁰⁵ foi encaminhado ao Chefe da Divisão da América Memorial do Ministério das Relações Exteriores, o Sr. João Luiz Pereira Pinto. Segundo Milton Kafer *“uma vez regularizada [aduana], trará um maior contingente de turistas e geração de riquezas para a nossa região e ao nosso país”*.

Após diversas ações realizadas pela administração Municipal, em 2007, a Agência Nacional de Transportes por meio da Resolução N° 1948 de 11 de Abril⁹⁵ habilitou para o tráfego internacional, o ponto de fronteira localizado no município de Capanema, alegando que a aduana brasileira possuía infraestrutura e potencial de fluxo de veículos satisfatórios.

Mesmo após a liberação do tráfego internacional algumas demandas ainda estavam na pauta das reivindicações dos municípios de *Andresito* e Capanema. Na tentativa de solucionar as questões pendentes sobre o tráfego na Ponte Internacional, o prefeito Milton Kafer instituiu a comissão Pró-alfandegamento da Ponte Brasil-Argentina no mês de junho de 2010. A comissão era composta por Aldenir Cesar Colussi, Edson Luiz Compagnolo, Eldo Blume, Vilmar Berft, Moisés Cruz, Carlos Carboni, além do próprio prefeito.⁹⁶

O objetivo principal da comissão pró-alfandegamento era a habilitação da Aduana para a passagem de cargas, de ônibus de turismo e o transito vicinal. A comissão pleiteava junto ao Comitê Técnico de Assuntos Aduaneiros do Mercosul soluções concretas de urgência para algumas reivindicações, dentre elas: o alfandegamento; aumento de infraestrutura; aumento do efetivo da Receita Federal; funcionamento 24 horas; Reinstalação da Polícia Federal e Instalação do Posto Fito-Sanitário do Ministério da Agricultura.

⁹³ Ofício N° 007/2005.

⁹⁴ Ofício N° 20/2007. ¹⁰⁵ Ofício N° 42/2007.

⁹⁵ Publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de Abril de 2007.

⁹⁶ Comissão instituída pelo Decreto N° 4649/2010, de 22 de junho de 2010.

Em 2010, a comissão enviou um Ofício⁹⁷ ao Comitê Técnico de Assuntos Aduaneiros - Comissão de Comércio do Mercosul expondo a necessidade de ampliação do funcionamento da Unidade Aduaneira de Capanema. A comissão alega que

Com a abertura da Alfândega o acesso aos países do MERCOSUL fica mais próximo. [...] Com a aduana em funcionamento teríamos mais controle sobre produtos que entram ou saem do país com postos de fiscalização e barreiras Fito-sanitárias; esta rota contribuirá imensamente para os países do MERCOSUL, aproximando-os e possibilitando um intercâmbio cada vez maior entre os mesmos.⁹⁸

Neste mesmo ofício, a comissão ressalta que os municípios são grandes produtores de grãos, de produtos provenientes da agricultura familiar, pecuária e frango, além do potencial turístico. A comissão destaca que a liberação colaboraria para a liberação de outros pontos de fronteira, bem como serviria de rota complementar para atividades econômicas e sociais.

O ano de 2015 foi determinante para a fronteira Capanema-Andresito, depois de 12 anos de funcionamento a ponte foi liberada para a passagem do primeiro ônibus de turismo. O jornal Novo Tempo, publica a seguinte chamada em seu site:

Capanema e Andresito vivem momento histórico com a passagem do primeiro ônibus de turismo de forma oficial na Ponte Internacional. A sexta-feira, 19 de junho, ficará marcada na história dos municípios de Capanema e Andresito como a data em que ocorreu a primeira passagem de um ônibus de turismo, de forma oficial e legalizada, pela ponte internacional que liga o Brasil e Argentina através dos dois municípios desde a sua construção em 1993.⁹⁹

O grupo era composto por 30 artesãs de Capanema que iriam até Foz do Iguaçu. Segundo a prefeita Lindamir Denardin¹⁰⁰,

Estamos vivendo aqui um momento histórico para o nosso município, são mais de 20 anos que esta ponte foi construída, muitas reuniões foram realizadas e hoje conseguimos ter a primeira passagem de um ônibus de turismo, este é mais um passo na nossa luta pela ampliação do horário de funcionamento para

⁹⁷ Ofício 01/2010. Capanema/PR – Andresito/Misiones. 29 de Junho de 2010.

⁹⁸ Comissão pró-alfandegamento. Ofício 01/2010. Capanema/PR – Andresito/Misiones. 29 de Junho de 2010.

⁹⁹ Jornal Novo Tempo - Jonikaites & Jonikaites LTDA ME. Disponível em: http://www.jornalnovotempo.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=17117:capanema-e-andresitovivem-momento-historico-com-a-passagem-do-primeiro-onibus-de-turismo-de-forma-oficial-na-ponteinternacional&Itemid=130

¹⁰⁰ Lindamir de Lara Denardin. Prefeita de Capanema entre os anos 2013 – 2016.

24h e o alfandegamento completo, possibilitando além do transito de turistas a passagem de cargas.¹⁰¹

O prefeito de *Comandante Andresito* também se pronunciou sobre a importante conquista para os municípios:

Estamos muito felizes com este momento, mas precisamos buscar a ampliação do horário de passagem e da liberação de cargas isso vai impulsionar o desenvolvimento dos nossos municípios, mas além disso, irá possibilitar uma maior integração cultura e social entre os dois povos, pois como sempre falo a ponte deve servir para nos unir e não para nos separar.¹⁰²

A construção da ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio foi um momento importante para a integração dos municípios. Entretanto alguns impedimentos ainda não foram resolvidos, como o horário de funcionamento. Tanto o prefeito de *Andresito*, quanto a prefeita de Capanema pontuam em suas falas a questão do horário de funcionamento da Aduana, que atualmente funciona das 7:00 da manhã às 19:00 da noite.

Durante as entrevistas os interlocutores acabam comentando sobre o horário de funcionamento da ponte e atrelam a restrição há várias situações diferentes. Daiana Marisol Halerstadt (28 anos), professora de Língua e Literatura em *Andresito*, chegou ao município quando tinha 09 anos por razões do trabalho de seu pai. Durante nossa conversa Daiana relata sobre o funcionamento da ponte,

A ponte poderia ser utilizada com mais proveito, porque o edifício está lá, os profissionais necessários para os cargos também estão lá. Acredito também que com a habilitação de imigração se deu um grande paço, já que antigamente somente por *Irigoyen* podíamos ingressar e permanecer vários dias em seu país. Porém faltam projetos de maior movimento de nossos governantes para melhorar a utilização desta via de comunicação.¹⁰³

¹⁰¹ Lindamir Lara Denardin. Entrevista concedida ao Jornal Novo Tempo. Disponível em:

http://www.jornalnovotempo.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=17117:capanema-e-andresitovivem-momento-historico-com-a-passagem-do-primeiro-onibus-de-turismo-de-forma-oficial-na-ponteinternacional&Itemid=130

¹⁰² Bruno Beck. Entrevista concedida ao Jornal Novo Tempo. Disponível em: http://www.jornalnovotempo.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=17117:capanema-e-andresitovivem-momento-historico-com-a-passagem-do-primeiro-onibus-de-turismo-de-forma-oficial-na-ponteinternacional&Itemid=130

¹⁰³ Daiana Marisol Halberstad, entrevista realizada em 30/09/2018, em *Andresito*.

O ir e vir na fronteira é algo que está ligado ao cotidiano do fronteiro, no caso de *Andresito* e Capanema em menor frequência do que Barracão e *Bernardo de Irigoyen*, ou Santo Antônio do Sudoeste e *San Antonio* por exemplo, que são cidades conurbadas e tem maior movimento. Esse se torna um argumento dos órgãos de controle para manter restrito o horário de funcionamento da Aduana, alegando que a região não tem demanda para um funcionamento 24h. Será que realmente não há demanda ou não há interesse por parte dos órgãos de controle em transformar a Aduana em um lugar de trânsito contínuo? Em momento nenhum a aduana funcionou 24h para que se pudesse constatar tal afirmação. As alegações são diversas, como falta de pessoal, estrutura além da demanda.

Em 2016, o Ministério da Integração Nacional por meio Gabinete do Ministro, publicou a PORTARIA Nº 213, de 19 de julho, que estabelece o conceito de "cidades-gêmeas" nacionais, bem como estabelece os critérios adotados para essa definição e apresenta uma relação das cidades brasileiras por estado que se enquadram nesta condição (Tabela 3). Podemos averiguar que Capanema não aparece nesta lista, entretanto em diversas bibliografias pesquisadas e trabalhos publicados, diversos autores se referem às cidades de Capanema e *Andresito* como cidades-gêmeas, pois segundo a portaria são considerados equiparados.¹⁰⁴

Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações "condensadas" dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

Art. 2º Não serão consideradas cidades-gêmeas aquelas que apresentem, individualmente, população inferior a 2.000 (dois mil) habitantes.

Art. 3º A lista de cidades-gêmeas nacionais encontra-se no anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Os municípios designados como localidades fronteiriças vinculadas em acordos internacionais celebrados pela República Federativa do Brasil e ratificados pelo Congresso Nacional, que não constam na lista do anexo I desta portaria, serão considerados equiparados às cidades-gêmeas.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Ver trabalhos citados na página 15 e 16.

¹⁰⁵ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 20/07/2016 | Edição: 138 | Seção: 1 | Página: 12. Órgão: Ministério da Integração Nacional/GABINETE DO MINISTRO. PORTARIA Nº 213, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Tabela 3. Lista das Cidades Gêmeas/2016

Municípios	Estado	População 2010	Código IBGE
Assis Brasil	AC	6.072	1200054
Brasileia	AC	21.398	1200104
Epitaciolândia	AC	15.100	1200252
Santa Rosa do Purus	AC	4.691	1200435
Tabatinga	AM	52.272	1304062
Oiapoque	AP	20.509	1600501
Bela Vista	MS	23.181	5002100
Coronel Sapucaia	MS	14.064	5003157
Corumbá	MS	103.703	5003207
Mundo Novo	MS	17.043	5005681
Paranhos	MS	12.350	5006358
Ponta Porã	MS	77.872	5006606
Porto Murtinho	MS	15.372	5006903
Barracão	PR	9.735	4102604
Foz do Iguaçu	PR	256.088	4108304
Guaira	PR	30.704	4108809
Santo Antônio do Sudoeste	PR	18.893	4124400
Guajará-Mirim	RO	41.656	1100106
Bonfim	RR	10.943	1400159
Pacaraima	RR	10.433	1400456
Aceguá	RS	4.394	4300034
Barra do Quaraí	RS	4.012	4301875
Chuí	RS	5.917	4305439
Itaqui	RS	38.159	4310603
Jaguarão	RS	27.931	4311007
Porto Mauá	RS	2.557	4315057
Porto Xavier	RS	10.558	4315107
Quaraí	RS	23.021	4315313
Santana do Livramento	RS	82.464	4317103
São Borja	RS	61.671	4318002
Uruguaiana	RS	125.435	4322400
Dionísio Cerqueira	SC	14.811	4205001

Fonte: Diário Oficial da União. N° 138 de 20 de Julho de 2016. (Seção 1. p. 12)

Segundo Grupo Retis (2005), as cidades-gêmeas apresentam um grande potencial de integração, tanto econômica quanto cultural que influenciam diretamente o desenvolvimento regional, por isso devem ser prioridades nas políticas públicas voltas para as zonas de fronteira.¹⁰⁶

Diferente das outras três cidades paranaenses que fazem fronteira com a Argentina - Barracão, Foz do Iguaçu e Santo Antônio do Sudoeste - Capanema não se caracteriza como uma fronteira conurbada. Segundo Ferrari (2011) os quatro pares de cidades gêmeas que compõem

Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21772550/do12016-07-20-portaria-n-213-de-19-de-julho-de-2016-21772471

¹⁰⁶ RETIS. *Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira*. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

o segmento fronteiro entre o sudoeste do Paraná e a *Provincia de Misiones*, apresentam interações fronteiriças diferentes, tanto na tipologia quanto na frequência.

A Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira estabelece 5 modelos diferentes para caracterizar as integrações transfronteiriças, são elas: margem, zona-tampão, frentes, capilar e sinapse.¹⁰⁷ A fronteira Capanema-Andresito se encaixa na tipologia *Capilar*, ou seja,

As interações podem se dar somente no nível local, como no caso das feiras, exemplo concreto de interação e integração fronteiriça espontânea. Pode se dar através de trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com limitadas redes de comunicação, ou resultam de zonas de integração espontânea, o Estado intervindo pouco, principalmente não patrocinando a construção de infraestrutura de articulação transfronteiriça. A primazia é o local, antes de ser nacional ou bilateral como no modelo sináptico.¹⁰⁸

Sabemos que pensar as políticas públicas para as zonas de fronteiras envolvem diversas questões, legais, econômicas, políticas, culturais, pois deve-se respeitar os sujeitos que vivem a fronteira diariamente, e ao mesmo tempo, deve-se respeitar a legislação dos dois países que compõem a fronteira.

Nesse sentido, no próximo capítulo discutiremos como são tecidas as relações sociais e de que maneira as políticas públicas interferem nas relações dos sujeitos que vivem na fronteira.

¹⁰⁷ Idem, p. 145.

¹⁰⁸ Idem, p. 147.

3 “NÓS TEMOS QUE PENSAR EM QUESTIONAR A INTEGRAÇÃO CULTURAL E HUMANA”: FRONTEIRA COMO LOCAL DE RELAÇÕES COMERCIAIS E INTERPESSOAIS

Neste capítulo discutiremos a fronteira como algo dinâmico, fruto das relações sociais; observando-a como um local de expansão e de encontro das diferenças. Neste espaço, objetiva-se discutir como os sujeitos se constituem na fronteira e como as relações estabelecidas por esses sujeitos são historicamente constituídas. Estamos falando de duas identidades nacionais, argentinos e brasileiros e buscaremos compreender como os moradores da fronteira percebem a integração entre os municípios. Mesmo que utilizando características para nos definir, a nacionalidade sempre está presente no discurso de identificação, segundo Hall (2015), no mundo moderno, uma das principais fontes da identidade cultural são as culturas nacionais nas quais nascemos. Ou seja, nos definimos de acordo com nossa nacionalidade.¹⁰⁹

Procederemos a discussão em três momentos. Primeiramente abordaremos a visão do Estado¹¹⁰ por meio de uma ação política, que é o anseio do alfandegamento da Aduana Capanema/*Andresito*. Utilizaremos como fonte para essa problematização documentos oficiais, da prefeitura, do Estado e Atas oficiais. Em seguida, discutiremos as relações que acontecem com finalidades comerciais, ou seja, de que maneira empresários e lojistas enxergam os moradores do outro lado da fronteira, e como as atividades comerciais permeiam as relações transfronteiriças. Em um terceiro momento abordaremos as relações interpessoais, que vão além do comércio, da política e da busca por bens e serviços, e a questão do preconceito, que por vezes aparece intrínseco no discurso da população.

Na abertura do 1º Encontro Fronteiras Culturais (Brasil – Argentina – Uruguai), que aconteceu em Porto Alegre, na Casa de Cultura Mário Quintana, em 2000, o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Olivio Dutra, proferiu em seu discurso que a integração das fronteiras acontecia principalmente de forma capitalista, voltada às relações de comércio, de troca entre países, com ênfase no econômico, e colocava as pessoas em situações de

¹⁰⁹ Ver: HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

¹¹⁰ Utilizaremos a terminologia “Estado” para nos referir aos Municípios, Estados e Nação.

mercadorias, mas que se fazia necessário uma integração de valores culturais, democráticos e solidários (DUTRA, 2000).

Assim como o Governador do Rio Grande do Sul, Olivio Dutra, o Governador do Paraná, Roberto Requião por meio das ações do seu governo direcionou sua visão para a fronteira. Além da construção da Ponte Internacional buscou articular o estado do Paraná ao Mercosul. Por meio do Decreto nº 1702, de 09 de novembro de 1992, instituiu o Núcleo de Articulação do Mercosul, vinculado ao Secretário Especial da Indústria e Comércio. Segundo o governador:

O Núcleo tem por objetivos integrar as ações do Governo relativas ao Mercosul, estabelecer canais de discussão e de encaminhamento de questões de interesse do empresariado paranaense, bem como daqueles provenientes dos países membros do Mercosul com interesse no Estado do Paraná, relacionados ao processo de integração, e de constituir-se em elo de articulação entre as instâncias do Governo Federal voltadas para a problemática desse processo e os diversos segmentos da sociedade paranaense. (REQUIÃO, 1994, p. 56)

Ao lermos os objetivos expostos no decreto podemos perceber que a população, bem como a integração fronteiriça ou até mesmos os sujeitos não são o foco deste decreto. A que articulação o Decreto está se referindo? Qual seu foco? Quem seria beneficiado? Como bem exposto nos objetivos o “empresariado paranaense”, com este núcleo o governador abre as portas do Estado para diversas empresas do eixo.

Nesse sentido, podemos observar que os moradores de Capanema e *Andresito* interagem uns com os outros no dia-a-dia motivados principalmente por interesses econômicos, políticos e culturais, ou seja, atravessam a fronteira em busca de serviços de saúde, comércio e reuniões bilaterais ou de grupos de trabalho. Essa dinâmica de compra e venda em área de fronteira internacional requer por parte do Estado uma política pública específica, que seja voltada para a realidade de cada fronteira e atenda às necessidades da população. Sendo assim, “fica perceptível que há falhas por parte dos Estados nacionais no trato de problemas sociais, das políticas públicas e infraestruturais direcionados à população das cidades fronteiriças” (FERRARI, 2011, p. 16), uma vez que não levam em conta as especificidades dessa localidade.

Maristela Ferrari destaca em sua tese¹¹¹ (2011) a necessidade de políticas públicas para a zona fronteira, uma vez que essas áreas têm sido pouco consideradas pelos Estados nacionais. Conforme a autora,

notadamente entre Brasil e Argentina, os fronteiros, principalmente das cidades gêmeas, têm percebido que os Estados nacionais chegam com forças renovadas impondo um controle muito mais rigoroso, a ponto de desconsiderar totalmente a história local e a vida de relações ali existentes. Isso se explica, em parte, as constantes barreiras sanitárias que vem sendo impostas pelos países com quem o Mercosul negocia. Em razão disso, alguns controles têm sido fortalecidos e acabam repercutindo sobre as interações transfronteiriças materiais e imateriais, notadamente das cidades gêmeas, o que gera conflitos entre a escala nacional e a local (FERRARI, 2011, p. 375).

Torna-se difícil para os fronteiros aceitarem os controles aduaneiros, principalmente das cidades gêmeas, tendo em vista que para eles o trânsito entre as fronteiras é algo corriqueiro. Em uma das entrevistas realizadas em *Andresito*, a senhora Sandiez Mirian Rosand questionou sobre o Mercosul, afirmando que na teoria é muito bom, mas que na prática não funciona, uma vez que as leis não permitem a livre circulação entre os países que o compõem.

A fronteira é uma instituição. Essa instituição é responsável por criar uma ordem que distingue os que estão dentro daqueles que não estão inclusos na fronteira. Além disso, com a institucionalização da territorialidade por meio do Estado nacional, emergem instituições específicas para lidar com a realidade fronteira no intuito de fiscalizar e controlar a entrada e saída do território, para além de toda uma legislação que regula a diferença e os fluxos no país. (COSTA, 2017, p. 56)

Cabe lembrar que um dos objetivos do Mercosul é a livre circulação de bens, e é nesse objetivo que maior parte da população se atém. Portanto, o próprio bloco reconhece que para que o Mercado Comum previsto no Tratado de Assunção seja consolidado são necessários muitos avanços, como a livre circulação de bens, serviços e de pessoas; uma política comercial comum, macroeconômica e setorial e que a legislação dos Estados Partes seja convergente.¹¹² Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o Brasil e a Argentina são importantes aliados políticos e econômicos e representam aproximadamente dois terços da população e o do PIB da América do Sul.¹¹³

¹¹¹ FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:** o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX). 2011. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

¹¹² Ver: <http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>

¹¹³ Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Argentina. Disponível em:

Com o objetivo de reestruturar o programa de políticas da faixa de fronteira do território brasileiro e compilar alguns estudos e projetos fragmentados, o Ministério da Integração Nacional, no governo Lula, lançou a “Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira”, que foi elaborado por um grupo de pesquisadores da UFRJ e liderado pela professora Lia Osório Machado¹¹⁴. Conforme o então Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, este plano tinha uma perspectiva de:

oferecer às diversas instâncias governamentais e à sociedade brasileira uma base conceitual e uma agenda concreta de intervenção que permita superar a visão da fronteira como “espaço-problema” em favor de uma concepção que privilegia a região como um espaço pleno de oportunidades de desenvolvimento, de união com os nossos vizinhos e de valorização da cidadania. Afinal, é na fronteira que começa o Brasil.¹¹⁵

Apesar de a proposta ser de 2005, as políticas públicas para as áreas de fronteira andam a passos lentos na visão dos fronteiriços, uma vez que os políticos, muitas vezes sem conhecer a realidade dessas regiões, tomam atitudes que desagradam os moradores da fronteira. A população compreende a importância da presença de fiscalização na aduana, uma vez que a linha entre o legal e o ilegal é muito tênue, mas acreditam que a proposta de livre comércio proposta pelos países do Mercosul possa um dia entrar em vigor.

A fiscalização no *Paso Interncaionale* de *Andresito* fica sob responsabilidade da *Gendarmeria Nacional Argentina* e da *Administracion federal de ingresos públicos – AFIP* (Aduana Argentina), no lado brasileiro a fiscalização é realizada pela Polícia Federal e pela Receita Federal. Lembrando que a Argentina faz o controle de toda pessoa que adentra seu território, diferente do Brasil, que tem livre acesso e a fiscalização ocorre por amostragem ou denúncia.

http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4785&Itemid=478&cod_pais=ARG&tipo=ficha_pais

¹¹⁴ Doutora em Geografia pela *Universidad de Barcelona* (1989). Professora e pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979-2010) e, atualmente, professora aposentada e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora 1-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Em 1994, implantou e assumiu a coordenação do Grupo RETIS na UFRJ, do qual participam doutores, mestres, mestrandos e bolsistas de iniciação científica com pesquisas nos temas: Amazônia sul-americana; Limites e Fronteiras na América do Sul; Geografia das Drogas Ilícitas e Sistema Financeiro Internacional; Pensamento Geográfico.

¹¹⁵ Ciro Gomes, Ministro da Integração Nacional, quando publicada a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira.

O comércio de mercadorias entre um país e outro é limitado, ou seja, há uma série de recomendações e de produtos que são proibidos de entrar na Argentina. Quem realiza esse controle é o SENASA (Serviço Nacional de Segurança e Qualidade dos Alimentos), que é o órgão responsável pela vigilância, regulamentação e prevenção dos produtos de origem animal e vegetal e do controle de doenças.¹¹⁶ A *Resolución 295/1999/SENASA*¹¹⁷, estabelece regras para entrada de produtos na Argentina, com o objetivo de prevenir a proliferação de pragas e doenças. Na lista dos produtos que não tem permissão para entrada no país encontram-se produtos de consumo diário que os moradores de *Andresito* buscam com frequência no comércio de Capanema, como frutas, hortaliças, vegetais, raízes, carnes e seus derivados, embutidos, derivados de leite, mel, ovos, mudas de plantas, dentre outros produtos. É nesse sentido que os moradores da fronteira questionam a atuação do Mercosul.

3.1 ALFANDEGAMENTO (VISÃO OFICIAL DO ESTADO)

As lideranças políticas e empresariais locais, sempre explicitaram o desejo de que aduana Capanema/*Andresito* pudesse realizar a passagem do transporte de cargas, como uma alternativa para desviar o fluxo de Foz do Iguaçu e que tornaria o sudoeste um dos maiores corredores de acesso entre Brasil e Argentina.

O ponto de fronteira em Capanema foi Alfandegado pelo Ministério da Fazenda, através do ATO DECLARATÓRIO N° 68, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1996, por meio da Superintendência Regional da Receita Federal na 9° Região Fiscal. Entretanto, apenas para “operações de comércio exterior em nível restrito ao previsto nas IN SRF n° 118/92 e IN SRF n° 104/84”¹¹⁸, ou seja, era permitida a passagem apenas de veículos de passeio com mercadorias previstas em lei.

Em 2007, Neuri Luiz Mantovani¹¹⁹ enviou um e-mail ao prefeito de Capanema relatando sobre um contato feito com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, informando sobre a retomada do diálogo em torno da aduana, onde diz:

¹¹⁶ Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/senasa>

¹¹⁷ Disponível em: <http://www.senasa.gob.ar/normativas/resolucion-295-1999-senasa-servicio-nacional-desanidad-y-calidad-agroalimentaria>

¹¹⁸ ATO DECLARATÓRIO N° 68, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1996. Publicado no Diário Oficial da União em 23 de Dezembro de 1996.

¹¹⁹ Atuou como Subchefe na Supar - subchefia de Assuntos Parlamentares que auxilia o ministro das Relações Institucionais. Gerente de Relações Governamentais da Abinee em Brasília na Abinee – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.

Senhor prefeito, voltei a contatar com o sr. João Marcelo, do Ministério das Relações Exteriores – MRE, e ele sugeriu que a Prefeitura envie um ofício solicitando que o Ministério tome as devidas providências, junto ao governo brasileiro e argentino, para regularizar o comércio e o transporte de cargas pela Ponte Internacional localizada no Município de Capanema. Segundo afirmações do João Marcelo, o MRE vai criar um grupo de trabalho, englobando os Ministérios envolvidos na questão, para encontrar uma solução para o caso. Após serem resolvidos os entraves burocráticos relacionados ao governo brasileiro (ministério da fazenda, agricultura, relações exteriores e indústria e comércio), o MRE abrirá então um canal com o governo argentino para concretizar o acordo internacional.¹²⁰

Não há registro deste Grupo de Trabalho citado por Neuri no e-mail, nem de suas possíveis ações. O que sempre acontecia eram as reuniões bilaterais, nas quais participavam lideranças políticas e empresários de Capanema e *Andresito*. Normalmente as reuniões resultavam em documentos que eram enviados aos Deputados e Ministros brasileiros em busca de apoio e solução nas questões pendentes da Ponte Internacional.

Em 2008, o Ato Declaratório Executivo N°5, de 12 de fevereiro de 2008 revoga o Ato Declaratório N° 68 de 1996. O superintendente da Receita Federal do Brasil da 9° Região, por meio do Ato Declaratório Executivo N°5, declara:

Art. 1° Alfandegado, a título permanente, em caráter precário, o ponto de fronteira existente entre Capanema/PR (Brasil) e Comandante Andresito (Argentina), ligado pela ponte internacional construída sobre o Rio Santo Antonio.

Art. 2° São autorizadas operações de entrada, saída ou trânsito de viajantes e veículos procedentes do exterior ou a ele destinados, bem como as operações características do Comércio de Subsistência em Fronteira.¹²¹

Luiz Bernarndi, superintendente da Receita Federal do Brasil da 9° Região, revogou o Ato Declaratório Executivo N°5, de 12 de fevereiro de 2008, e publicou o Ato Declaratório Executivo N°11, de 24 de Março de 2010¹²². O presente ato alterou o artigo 2°, em que sua redação passou a valer: “Art. 2° São autorizadas o Tráfego Vicinal Fronteiriço e as operações de características do Comércio de Subsistência em Fronteira”.

¹²⁰ Neuri Luiz Mantovani. Email enviado ao prefeito Milton Kafer. Documento arquivado na Associação Comercial de Capanema.

¹²¹ ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N°5, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2008. Publicado no Diário Oficial da União em 14 de fevereiro de 2008.

¹²² ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO N°11, DE 24 DE MARÇO DE 2010. Publicado no Diário Oficial da União em 26 de Março de 2010.

Em uma reportagem publicada pelo site do jornal, *El Territorio*, em outubro de 2011, o periódico indagou a falta de comprometimento das autarquias políticas em relação à aduana Capanema/*Andresito*. O periódico questiona por que a demora na liberação da aduana para o transporte de cargas e relembra as promessas feitas pelo então governador de *Misiones* Ramón Puerta, quando afirma que “*en 60 días iba estar terminada la playa para los camiones y que ya habían llegado unos 8 millones de dólares para realizar el centro unificado similar al de Santo Tomé para 400 camiones*”¹²³¹²⁴. Ou seja, muitos anos se passaram e a construção de um Centro de Aduana Unificado não aconteceu. Segundo o jornal, o ministro do Ministério do Interior alega que o ponto está apto para o transporte de cargas, entretanto não o realiza por falta de estrutura física. Segundo as autoridades a estrutura existente (figura 16), não são suficientes para atender as necessidades. Segundo o *El Territorio* “*en Andresito no pasan camiones y sólo está construido, y abandonado, el centro de frontera para camiones pero la playa nunca se llegó a concretar, por lo que en lo cotidiano sólo está habilitado para el tránsito vecinal fronterizo*”.¹²⁵

¹²³ Pronunciamento do Governador Ramón Puerta. Divulgada pelo jornal “*El Territorio*” Disponível em: [https://www.eltterritorio.com.ar/la-integracion-con-brasil-se-detiene-en-la-barrera-de-los-pasos-fronterizos-](https://www.eltterritorio.com.ar/la-integracion-con-brasil-se-detiene-en-la-barrera-de-los-pasos-fronterizos-et)

¹²⁴ [-et](#)

¹²⁵ “*El Territorio*” Disponível em: <https://www.eltterritorio.com.ar/la-integracion-con-brasil-se-detiene-en-labarrera-de-los-pasos-fronterizos-1162472089107639-et>



FIGURA 16. Posto aduaneiro em *Andresito*.

Fonte: <https://www.eltterritorio.com.ar/la-integracion-con-brasil-se-detiene-en-la-barrera-de-los-pasosfronterizos-1162472089107639-et>

A situação de impotência com relação à otimização do uso da aduana permeia as reuniões bilaterais, pois desde que a Ponte Internacional foi inaugurada há esperança de usufruir da Aduana em sua totalidade. Segundo Fernando Azula, comerciante e membro da comissão que trabalha em favor da habilitação da aduana, “Creo que se está perdiendo una gran oportunidad de pasar los productos al otro lado porque ellos están demandando maíz, son grandes productores de aves y tienen hasta un frigorífico que faena 200 mil pollos por día. Estamos perdiendo la oportunidad de pasar nuestras carnes al otro lado. También perdemos la posibilidad de traer elementos que necesitamos”.¹²⁶

Em depoimento ao *El Territorio*, o comerciante Fernando está se referindo ao grande frigorífico localizado em Capanema que abate cerca de 100 mil aves por dia. O frigorífico é um dos maiores empregadores do município e faz parte dos maiores exportadores de aves do Paraná.¹²⁷ Na entrevista, Fernando relata que o município está perdendo financeiramente por

¹²⁶ Fernando Azula para o jornal “*El Territorio*” Disponível em: <https://www.eltterritorio.com.ar/la-integracioncon-brasil-se-detiene-en-la-barrera-de-los-pasos-fronterizos-1162472089107639-et>

¹²⁷ Conforme informações do site da prefeitura de Capanema. Disponível em: <http://www.capanema.pr.gov.br/noticias/administracao/prefeitura-de-capanema-investe-quase-meio-milhaopara-manter-exportacoes-na-dip-frangos>

não poder passar as carnes para o outro lado da fronteira. Para que a exportação aconteça é necessário que a carga passe por Dionísio Cerqueira, ou seja, os produtos percorrem cerca de 70 quilômetros a mais para chegar ao município vizinho.

Em 2010, as discussões em torno do processo de alfandegamento da aduana em Capanema se tornaram mais ativas e frequentes. Com o intuito de retomar as discussões a respeito do funcionamento da Aduana e analisar suas potencialidades foi instituída a Comissão Pró-alfandega: Capanema – *Andresito*, que contava com a participação de empresários da indústria, do comércio e de outros segmentos, bem como entidades públicas e privadas.

Como resultado do seu trabalho, o grupo publicou em 2018 um material de 144 páginas contendo diversos gráficos e diversas tabelas com informações sobre importação e exportação da Região Sul do Paraná, Oeste de Santa Catarina, apresentaram os principais produtos exportados e importados pela Argentina, o histórico de importação e exportação do MERCOSUL e diversas informações financeiras. Entretanto o material produzido não nos traz uma discussão aprofundada dos reais impactos causados por uma possível liberação do Tráfego de Cargas para a região Sudoeste do Paraná e Nordeste de *Misiones*.

O material publicado pelo grupo nos traz alguns dados como os apresentados na tabela 4 e 5, nas quais podemos verificar que o número de Exportações e Importações na região sudoeste do Paraná é bastante significativo se comparado ao total de exportações realizadas pelo Estado de Santa Catarina. Esse dado é importante, pois se torna um dos indicadores favoráveis para a liberação da aduana para o tráfego de cargas.

Tabela 4. Volume total das exportações.

TOTAL EXPORTAÇÃO	2016	2017	2018	GERAL
PR	\$1.594.873.011	\$1.582.852.676	\$741.895.726	\$3.919.621.413
SC	\$521.007.631	\$626.107.297	\$124.104.511	\$1.271.219.439
TOTAL	\$2.115.880.642	\$2.208.959.973	\$866.000.237	\$5.190.840.852
OESTE CATARINENSE	\$521.007.631	\$626.107.297	\$124.104.511	\$1.271.219.439
OESTE PARANAENSE	\$1.120.706.105	\$1.654.867.173	\$529.543.742	\$3.305.117.020
SUDOESTE PARANAENSE	\$409.763.433	\$468.340.970	\$177.293.454	\$1.055.397.857
SUL PARANAENSE	\$64.403.473	\$85.751.830	\$35.058.530	\$185.213.833

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - www.mdic.gov.br/estatisticasdocomercioexterior

Fonte: Desenvolvimento territorial: Núcleo de Capanema. Sondagem Aduana 2018.

Tabela 5. Volume total de importações

TOTAL IMPORTAÇÃO	2016	2017	2018	GERAL
PR	\$1.510.588.365	\$606.261.650	\$234.518.323	\$2.351.368.338
SC	\$212.715.847	\$193.754.352	\$71.604.352	\$478.074.551
TOTAL	\$1.723.304.212	\$800.016.002	\$306.122.675	\$2.829.442.889
OESTE CATARINENSE	\$212.715.847	\$193.754.352	\$71.604.352	\$478.074.551
OESTE PARANAENSE	\$1.297.913.252	\$607.878.872	\$174.763.964	\$2.080.556.088
SUDOESTE PARANAENSE	\$206.433.522	\$184.469.588	\$58.437.892	\$449.341.002
SUL PARANAENSE	\$6.241.591	\$7.667.542	\$1.316.467	\$15.225.600

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - www.mdic.gov.br/estatisticasdocomercioexterior

Fonte: Desenvolvimento territorial: Núcleo de Capanema. Sondagem Aduana 2018.

Depois de todo o levantamento realizado, o Grupo de Trabalho que se dedicou a estudar o potencial do Comércio Exterior da Área Direta de Capanema concluiu que:

A legalização da aduana de Capanema e Andresito para trânsito de veículos de carga, bem como para o fluxo de turismo, é de relevância, viável e mostra-se altamente necessária para consolidar o município de Capanema como “corredor logístico do MERCOSUL”, juntamente com as demais Aduanas do Paraná, onde apresenta perspectivas de viabilidade técnica e econômica.¹²⁸

Uma das pautas mais presentes nas atas das reuniões bilaterais é o horário de funcionamento da aduana, que atualmente atende entre as 7:00 horas manhã e 19:00 horas da noite. Para que aduana possa ter a passagem de carga e executar o alfandegamento é imprescindível que a aduana funcione por 24 horas.

Na entrevista com Hugo Câmara, perguntei se segundo a visão e os estudos que ele desenvolvia sobre Capanema e *Andresito*, o alfandegamento de cargas traria crescimento para os municípios e para a região, ele respondeu que:

Depende, mas não sei, porque a carga não... a carga, o transporte de carga não influencia muito no desenvolvimento, os caminhões somente passam e mais nada. As frotas possuem caminhões novos que dificilmente estragam. Hoje os caminhões são modernos e necessitam de menos manutenção. Eu conheci outros lugares, outras centralidades, posso dizer que o projeto de [liberação] cargas não gera desenvolvimento se não houver um projeto de desenvolvimento para os municípios.¹³⁹

Para nosso entrevistado, o simples fato de liberar a passagem de cargas não irá proporcionar o crescimento e desenvolvimento para os municípios como é divulgado pelas

¹²⁸ Desenvolvimento Territorial: Núcleo de Capanema. Capanema, 2018. p. 144.

¹³⁹ Hugo Câmara... relato citado.

autoridades políticas e pelas lideranças do comércio. Hugo relata que o crescimento poderia vir relacionado aos serviços de manutenção das frotas, mas que atualmente os caminhões são modernos e pouco necessitariam da prestação de serviços.

Segundo Hugo Câmara permitir a passagem de cargas sem uma política pública de desenvolvimento “*só vai gerar lixo, contaminação, acidente e assim todas as coisas negativas se sobressaem*”. Segundo ele, os efeitos negativos de uma liberação de cargas sem um planejamento estratégico de crescimento e desenvolvimento por parte dos municípios trarão mais resultados negativos do que positivos, como o lixo gerado e diversas doenças.

Nesse sentido podemos verificar que o desejo de liberar a aduana Capanema/*Andresito* para o transporte de cargas é um discurso das lideranças políticas e empresariais e que não contempla o interesse da população. Porém, muitas vezes a população replica o discurso das autoridades e lideranças políticas sem ao menos ter a certeza de que tal decisão trará avanços positivos para o município.

3.2 RELAÇÕES DE COMÉRCIO

Dentro desse espaço fronteiriço as relações de comércio ocorrem de maneira mais intensa e com mais frequência devido à busca de produtos do outro lado da fronteira. Para que possamos compreender como essas relações comerciais são estabelecidas, algumas perguntas se tornam importantes. Como os comerciantes reconhecem os clientes estrangeiros por meio das relações comerciais? Como os consumidores, se reconhecem? Os consumidores (brasileiros e argentinos) estão em busca de quais produtos? Que seara de produtos os brasileiros buscam na Argentina e que tipos de produtos os argentinos buscam no Brasil?

As relações comerciais de um país para outro se diferem, principalmente pelo tipo de produto que é procurado pelo cliente. Para compreender essa relação do comerciante com o cliente estrangeiro, conversei com a Simone, vendedora há oito anos em uma loja de roupas e artigos para cama mesa e banho da cidade de Capanema. Perguntei a ela se a loja possuía clientes de *Andresito* e como era a procura pelos produtos, a entrevistada relatou que:

Tem assim um público ele não é tão grande, até porque eu acho assim que eles se acostumam muito em comprar em uma só loja, e eles tenham uma certa dificuldade talvez em migrar. Até assim, a gente fez há uns dois meses atrás uma promoção especial para eles, a gente trocava, pagava pra eles. Na verdade

eles compravam com 50% de desconto, nós pagávamos 30 no peso na troca. Então assim, até eles ficavam com uma certa desconfiança, porque nos outros comércios eles acabavam trocando a 18, 19. Mas daí a nossa era uma promoção especial para conquistar eles para virem até a loja né. Para eles conhecerem, talvez porque a loja tem menos tempo na cidade e eles não tinham tanto conhecimento, assim ajudou bastante né, o fluxo deles, só que assim eu vejo que tem épocas que eles vem mais e outras que vem menos.¹²⁹

A entrevistada relatou que a loja em que atua possui clientes de *Andresito*, porém não em grande quantidade, ela atribui o fato de não ter uma procura maior, ao fato dos moradores de *Andresito* estarem acostumados com outras lojas, que são maiores e possuem maior variedade de produtos. Na tentativa de atrair os clientes do outro lado da fronteira a loja realizou uma promoção exclusiva para os argentinos, que segundo a nossa interlocutora surtiu bastante efeito. Nesta promoção os clientes ganhavam muito no câmbio do peso para o real, que na data da entrevista estava em torno de 0,18 centavos e a loja realizava o câmbio por 0,30 centavos, valorizando assim a moeda argentina.

No momento que finalizávamos a entrevista podemos observar um casal de clientes de *Andresito* realizando compras na loja, ela é argentina e ele brasileiro. Conversei rapidamente com o casal, que optou em não conceder entrevista, mas que mencionaram ir com frequência para Capanema para realizar compras de roupas e produtos de supermercado.

Quando questionada como reconhece a relação entre os moradores de Capanema com os moradores de *Andresito* a vendedora Simone relata que:

eu acho assim que existe uma troca né, que nem tem o pessoal que vem pra cá, vejo assim que tem alguns mercados que eles vem. Mas também tem o pessoal que vai daqui pra lá né, e daí a gente acaba pegando uma afinidade, desde as pessoas que... geralmente no sábado tem um fluxo muito grande e você acaba criando uma amizade com eles né.¹⁴¹

Quando a entrevistada relata que “*geralmente no sábado tem um fluxo muito grande e você acaba criando uma amizade com eles né*”, ela associa a relação comercial com a relação interpessoal. É nesse ponto que surge um questionamento: Será que fora do ambiente comercial essa “amizade” relatada pela entrevistada permanece?

Certamente a resposta para esta pergunta seria: não! Pois a entrevistada não mantém uma relação fora do local comercial e a relação é apenas de compra e venda. Não é uma relação

¹²⁹ Simone Philipsen Schuck, 29 anos, vendedora, nascida em Capanema. Entrevista realizada em 31 de outubro de 2017 na loja em que trabalha no centro de Capanema. ¹⁴¹ Simone Philipsen Schuck... relato citado.

de amizade que extrapola os muros do comércio, em que um frequenta a casa do outro, ou que realizam atividades de lazer em conjunto. Isso acontece principalmente nas situações que há relação de parentesco.

Os produtos que são buscados do outro lado da fronteira diferem de um país para outro e o que influencia na questão da compra é o câmbio. Atualmente os brasileiros atravessam a fronteira em busca de produtos supérfluos, como vinhos, *alfajor*, bebidas alcoólicas em geral, que dependendo do produto e do câmbio se tornam até 70% mais barato que no Brasil. O produto alimentício de necessidade básica mais procurado por brasileiros na Argentina é farinha de trigo, por ter uma qualidade superior das farinhas produzidas no Brasil.

Os argentinos veem ao Brasil em busca de produtos de necessidade básica, como alimentos, frutas, verduras e produtos de higiene, que mesmo com o câmbio desfavorável a eles, ainda assim custam menos que na Argentina. Alguns mercados de Capanema atuam como atacadistas para os comerciantes de *Andresito*, que mesmo sabendo da proibição de travessia de alguns produtos preferem arriscar.

Podemos verificar na conversa com um de nossos interlocutores a busca pela prestação de serviços. Como o entrevistado preferiu não se identificar, utilizaremos o pseudônimo JR. JR tem 21 anos, é nascido em *Andresito* e trabalha em um mercado de pequeno porte no mesmo município, local em que a entrevista foi realizada. Quando questionado sobre a relação que estabelecia com o município vizinho e o motivo que fazia com que ele se deslocasse até Capanema, assim relatou:

“Normalmente vou a Capanema para ir ao dentista, mas também vamos para almoçar e ir ao médico, compras eu quase não faço lá. Eu não tenho amizades lá, vou mesmo para ir a minha dentista. A ponte tinha que funcionar 24h, aí sim ia ser muito melhor, eu mesmo vou... quando quero ir sábado a noite tem que ir lá em *Bernardo de Irigoyen*, fica longe pra ir até lá, poderia ir aqui. De repente tu tá ali [se referindo a Capanema]... e fechou a ponte, daí tu tem que ir por lá.. se não, não consegue. A abertura 24h seria um ponto importantíssimo.”¹³⁰

Nosso entrevistado relata que o motivo principal que o faz ir até Capanema é a consulta mensal a dentista, mas que aproveita o deslocamento para ir a restaurantes. Diferente de parte da população ele não se sente atraído às compras. O horário de funcionamento restrito é

¹³⁰ JR. Entrevista realizada em 31/10/2017 em *Andresito*.

apontado pelo entrevistado, que relata que aos sábados à noite gostaria de ir a Capanema para atividades culturais, mas o horário de funcionamento restringe o deslocamento.

Essa busca por tratamento odontológico, foi identificada por Maristela Ferrari, que relata que “desde 1980 os fronteiriços de *Andresito* têm buscado constantemente tratamentos odontológicos na cidade de Capanema, serviço considerado mais especializado no lado brasileiro do que no lado argentino” (FERRARI, 2011, p. 333).

Todos os dias os moradores transitam de um país a outro em busca de bens e serviços, em depoimento, um comerciante que chamaremos de João, proprietário de um mercado no município de Capanema, recebe semanalmente muitos clientes da Argentina e relata que

Eu recebo muitos clientes de *Andresito*, que vem se aqui para comprar produtos variados, produtos de necessidade básica, mas, principalmente carne e frango, eles compram de tudo aqui... só não compram vinho e refrigerantes, mas consomem quase todos os produtos principalmente carne e frango... frango eles levam de caixa.¹³¹

Em entrevista com um empresário do ramo de supermercado, o senhor Luiz Fernando Luersen relata que a clientela argentina é frequente em seu estabelecimento, e observa que,

tem dias do mês que é um pouco mais, outros um pouco menos, depende muito das coisas como está lá, tem mês que por exemplo eles faturam a ervamate daí eles vem tudo naqueles dias, outros dias vai mais espaçado, mas temos argentinos todo dia no mercado. No almoço principalmente, se tu vem almoçar aqui às vezes tu vai ver, tem sempre argentino aqui almoçando ou pelo mercado fazendo compra.¹³²

Segundo o empresário a clientela de *Andresito* é frequente no seu estabelecimento, porém dependem da colheita e comércio da erva-mate. A erva-mate¹³³ é responsável por movimentar a economia de *Misiones* e é uma das responsáveis pela geração de empregos na região, segundo Víctor Rau

la yerba mate es considerada un producto noble también en el sentido de confiable, en tanto cultivo perenne que posibilita el sustento y progreso de las

¹³¹ Empresário de Capanema que não quis se identificar. Pseudônimo utilizado.

¹³² Luiz Fernando Luersen. Entrevista realizada em 31/10/2017, no supermercado Luersen.

¹³³ En la actual provincia de Misiones la yerba mate y la tierra representan dos elementos comunes en la configuración del agro y en la definición de los sujetos rurales. El rol del Estado es fundamental para comprender el proceso histórico de construcción social del espacio, asociados a la inmigración y colonización. Moviliza este trabajo el estudio de la dinámica agraria en una región marginal y de frontera a partir del principal cultivo de renta: la yerba mate. Interesa además, ponderar los factores que impulsan al Estado a adoptar nuevamente el cultivo yerbatero en la última colonización oficial, en tanto producción cíclica que altera periodos de bonanzas con fuertes breves de poca rentabilidad y sobreproducción; factores provocan una crisis generalizada del agro provincial. [p. 126]. RODRÍGUEZ, Lisandro. La yerba mate en Misiones: Estado, agro y actores en los márgenes (1926-1980). Coordenadas, Revista de Historia Local y regional. Año IV, número 1.p 125-146, 2017.

familias de agricultores misioneros a través de las generaciones. En el discurso de los productores, se trata claramente de un doble atributo de nobleza que se pretende reafirmar y conservar.(RAU, 2009, p. 54)

Com o *Plán Colonización Andresito* muitos colonos que receberam terras foram autorizados a plantar até 20 hectares de erva-mate como uma maneira de incentivo à produção. Desta maneira o município passou a ser um grande produtor de erva-mate.

Em 1981 uma mudança na lei provincial passou a permitir que os colonos cultivassem a erva-mate em *Andresito*, porém sob rigoroso controle dos militares e restrito a apenas 20 hectares de terras. Desse modo, na primeira etapa do plano foram selecionadas apenas 80 famílias, as quais ganharam do Estado argentino as melhores terras daquela região, na maioria propriedades de 150 hectares de terras. (FERRARI, 2009, p. 329)

Em 1983 ocorreu uma assembleia com a presença de 92 produtores que decidiram criar a *Cooperativa Yerbatera Andresito*. Os produtores sentiram a necessidade de criar a cooperativa, pois não tinham um local para secar e processar a folha da erva-mate. A cooperativa mantém suas atividades no município.¹³⁴

El consumo acentuado de este producto en Argentina a partir de mediados del siglo XIX hace que se engendre una lógica de un proyecto agrícola capitalista, lo que provoca que Misiones, hasta entonces un área periférica dentro del vasto territorio argentino, empiece a participar de la vida y de los intereses nacionales del estado. (BOSI apud ARANHA, 2009, p.1)

Uma vez que Capanema é o município mais próximo de *Andresito* sua produção erva-teira acaba por ter influência na economia do município de Capanema. Em uma análise breve, o empresário Luis Fernando relata que a economia está favorável para o comércio brasileiro, segundo ele

A economia da argentina não está boa, eles estão com uma inflação muito alta, apesar da moeda deles ta valendo pouco... eles, ainda vale a penas eles vim comprar aqui né, o preço ainda compensa, eu vejo pelo pessoal que vai daqui pra lá, que antigamente... não muito... uns anos atrás todo mundo ia comprar na Argentina né, a gente tinha um problema com isso, e hoje mudou né, hoje eles vem pra cá. A gente conversa com as pessoas que tem costume de ir pra lá, eles dizem que a única coisa que compensa comprar lá é essa parte de higiene pessoal e vinho, desodorante, essas coisas e o vinho que ainda vale a pena, o restante das coisas lá ta bem mais caro que aqui, então eles acabam vindo pra cá.¹³⁵

¹³⁴ Para saber mais sobre a Cooperativa acessar: <http://www.yerbaandresito.com.ar/>

¹³⁵ Luiz Fernando Luersen. Entrevista realizada em 31/10/2017, no supermercado Luersen.

Mesmo com o peso argentino desvalorizado em relação ao real, valendo em torno 0,08 centavos de real, os argentinos se sentem atraídos a realizar comprar no comércio brasileiro, principalmente pela variedade de produtos disponíveis no comércio. Podemos verificar essa situação pelo fechamento dos 3 mercados próximo a aduana brasileira, em Porto Lupion, que comercializavam produtos provenientes da Argentina, mas que deixaram de ser atrativos devido a situação econômica. Questionamos o empresário Luiz Fernando se o mercado realizava alguma promoção para atrair o público do país vizinho para o seu comércio, se ofertava um câmbio diferenciado para esse público e que maneira eles encontravam para atraí-los, nosso interlocutor respondeu que

Nós não fazemos promoção ou cambio diferenciado... não fazemos assim um trabalho diferenciado em cima do público argentino, fazemos um trabalho assim... fazemos divulgação em algumas rádios de lá né, do mercado, mas preço, promoção, isso é o nosso preço normal, promoção de encarte normal, não tem porque a gente fazer algo muito diferenciado, acredito que não faça tanta diferença, eu acho né.¹³⁶

O interlocutor não julga necessária uma promoção específica para esse público, como alguns comércios fazem, mas, aposta nas propagandas de rádio para atrair os clientes do outro lado da fronteira. Nesse sentido, a fronteira é vista pelo entrevistado como um lugar de negócios, um lugar de oportunidades. O comércio nas regiões fronteiriças, principalmente nas de maior movimentação ou turísticas, como Barracão - *Bernardo de Irigoyen* ou até mesmo Foz do Iguaçu – *Ciudad del Leste – Puerto Iguazú*, atraem muitos turistas em busca de mercadorias com preços atrativos de diversos lugares do país.

Diferentemente do que ocorre na zona fronteiriça de Ciudad del Leste\Foz do Iguaçu, onde predomina um mercado informal de eletrônicos, roupas, brinquedos e outros, nesse segmento fronteiriço as relações informais são quase essencialmente de produtos primários e agroalimentícios, como, por exemplo, milho, feijão, alho, fumo, alpiste, insumos para produção agrícola, frutas, farinha de trigo, enlatados, carnes e seus derivados, dentre outros, e obedece principalmente a variação cambial. (FERRARI, 2011, p. 388)

A relação de comércio estabelecida entre Capanema e *Andresito*, é denominada por FERRARI (2011) de busca por “*produtos primários*”, ou seja, os clientes são dos próprios municípios, que mensalmente ou semanalmente atravessam a fronteira em busca de mercadorias essenciais, bens e serviços.

¹³⁶ Luiz Fernando Luersen. Entrevista realizada em 31/10/2017, no supermercado Luersen.

3.3 RELAÇÕES INTERPESSOAIS E INTEGRAÇÃO CULTURAL

A relação de tensão entre Brasil e Argentina é algo histórico. Podemos dizer que nessa disputa por poder a Argentina saiu na frente, pois começa a virada do século XIX para o XX como um país mais forte, mais centralizado, com universidades mais pujantes, com um centro cultural mais forte e com uma indústria mais bem desenvolvida que exportava bastante carne, lã e trigo para Europa, sem contar que abastecia o mercado brasileiro com o trigo; também possuía muitos contatos para conseguir armamentos e para conseguir uma frota melhor. (FAUSTO e DEVOTO, 2004)

A relação entre Brasil e Argentina é historicamente conflituosa e se torna fundamental uma discussão acerca do preconceito e rivalidade constituídos historicamente entre os dois países. Há quem afirme que a rivalidade entre argentinos e brasileiros não existe, que são invenções, ou que é apenas uma rivalidade ligada ao futebol. Mas quando conversamos com brasileiros que necessitam transitar com veículo próprio pelo território argentino é comum escutarmos reclamações quanto às abordagens da Gendarmeria¹³⁷.

Um professor que leciona no município de Capanema e reside em Foz do Iguaçu, no qual usaremos o pseudônimo D. nos relatou que percorre o trajeto Foz do Iguaçu – Wanda – Andresito – Capanema duas vezes na semana, ida e volta até sua casa. D. nos relatou já ter sido abordado inúmeras vezes durante o trajeto, mas que opta por essa rota por ser o trajeto mais curto e rápido, não ter pedágios e ter pouco movimento de caminhões. Mas que não se sente a vontade em transitar no país vizinho.

Por muito tempo tivemos duas nações que disputaram este território que atualmente discute a fronteira como um lugar de integração. É nesse sentido que Maurício Kenyatta Barros da Costa afirma que,

A fronteira, como instituição territorial, cria uma ordem e cumpre a função de separar e distinguir, configurando-se como uma ordem de diferenciação. Entretanto, o contexto de integração regional e de redemocratização dos Estados no Cone Sul ensejou uma ressignificação das fronteiras e a busca por uma nova ordem regional (fim de disputas hegemônicas e rivalidades) que, por sua vez, incidiu sobre em uma nova compreensão dos Estados sobre seus próprios territórios. Esta foi uma ressignificação histórica, pois as fronteiras da região sempre tiveram a função de barreira para os Estados, função que

¹³⁷ GNA, é a principal força de segurança do território argentino.

passa ser questionada e alterada lenta e gradualmente, com avanços e retrocessos durante o processo. (COSTA, 2017, p. 183)

No que tange a integração entre os moradores de ambos os lados da fronteira e as relações estabelecidas principalmente por meio do comércio, Luiz Fernando relata que a presença dos argentinos é importante no nosso território

Acho que é interessante, porque eles estão aqui no dia-a-dia do nosso povo, então acabam tendo esse contato não só comercial né, acabam tendo um contato mais pessoal também com as pessoas, eu acho que é interessante. A gente vive ai em duas cidades bem próximas, então isso é muito importante pra nós, pra nossa integração.¹³⁸

Mesmo quando questionado sobre as relações imateriais, relações de amizade, de integração cultural, o empresário não consegue desvincular as questões econômicas do seu discurso,

São dois países diferentes, culturas diferentes, mas as pessoas tem que saber que a gente depende um do outro pra crescer, porque a gente já está isolado, um pouquinho isolado dos grandes centros por estar aqui na fronteira, então já é uma dificuldade tanto pra nós quanto pra eles, porque a região deles também é uma região muito pobre da Argentina, então a gente precisa dessa integração pra todo mundo crescer junto.¹³⁹

Luiz Fernando relata que tanto Capanema, quanto *Andresito* estão distantes dos grandes centros econômicos de seus estados, o que faz com que um município dependa do outro para crescer.

A presença dos brasileiros no território argentino fez com que a língua portuguesa tivesse grande influência sobre o castelhano, refletindo diretamente nos processos de aprendizagem das escolas (FERRARI, 2014). Mas a língua espanhola não teve forte influência no Sudoeste do Paraná. Quando dialogamos sobre uma integração que não tem relação com as questões materiais e de comércio, surgem alguns questionamentos: O que chega da cultura argentina até Capanema? Há disponíveis livros em língua espanhola nas livrarias? Nas seções cinema da Casa da Cultura são exibidos filmes em espanhol ou que abordam a cultura argentina? Quais são os eventos promovidos pelos municípios para fomentar a integração?

¹³⁸ Luiz Fernando Luersen. Entrevista realizada em 31/10/2017, no supermercado Luersen.

¹³⁹ Idem.

As aproximações que ocorrem entre a cultura de um país e outro, nesta fronteira, na maioria das vezes são representadas pelo gaúcho, ou *el gaúcho* como é chamado na Argentina, em grande maioria fomentado pelos CTG`s ou por festas tradicionais como as cavalgadas, Festa do Carneiro ou Festa do Melado. São nesses momentos que os moradores de *Andresito* demonstram culturalmente o que é produzido lá.

Para as outras perguntas, a resposta é não. Não há uma preocupação em levar a literatura brasileira ou a literatura local até as escolas do outro lado da fronteira, da mesma maneira que o município de Capanema não possui livros em língua espanhola ou de literatura espanhola nas escolas. Nesse mesmo sentido que o cinema também não é difundido.

Será que realmente estamos vendo o outro como um cidadão que tem uma língua diferente? Uma cultura diferente? Alguém que nós queremos realmente nos integrar ou apenas como um consumidor ou comprador em potencial? Nesse sentido, uma de nossas entrevistadas a professora de Língua e Literatura em *Andresito*, Daiana Marisol Halerstadt, argumenta que

Talvez fosse necessário desenvolver eventos interculturais que nos unam mais e educar a população mudando sua visão negativa que existe, por exemplo, no contato linguístico na fronteira. Em nossa província é julgado aquela pessoa que fala portunhol ou que usa o português como língua para se comunicar no dia a dia, as pessoas não veem isso como algo positivo, já que esta pessoa tem vantagem em conhecer dois idiomas.¹⁴⁰

A interlocutora não possui amigos nem parentes em Capanema. Relatou que se desloca até este município uma vez ao mês. Ela demonstra em sua fala que sente a necessidade de eventos culturais para desconstruir uma visão equivocada relacionada ao idioma falado na fronteira, o portunhol. Essa fala nos remete às reflexões de Corbari e Fener acerca das práticas linguísticas. Em suas palavras: “A realidade multilinguística e multicultural dessas regiões constitui campo propício para manifestações tanto positivas (prestígio linguístico) quanto negativas (desprestígio linguístico) das práticas linguísticas que aí se estabelecem” (CORBARI e FENER, 2014, p.490). Quando estamos falando sobre regiões fronteiriças, a língua se torna um fator importante para a identificação da nacionalidade. Segundo Hall (2015, p.9) a linguística é um dos aspectos da nossa identidade que surgem da noção de pertencimento, bem como as culturas étnicas, raciais, religiosas e nacionais.

¹⁴⁰ Daiana Marisol Halberstad, entrevista realizada em 30/09/2018, em *Andresito*.

Por isso algumas cidades de fronteira como Foz do Iguaçu e *Puerto Iguazu* e Barracão e *Bernardo de Irigoyen* desenvolveram projetos¹⁴¹ entre escolas de ambas as cidades, em que alunos brasileiros iam até a argentina e vice-versa. Por conta de algumas burocracias, como documentação para fazer a imigração alguns projetos foram suspensos. (FERRARI, 2011, p. 398)

O que nos faz refletir sobre quais os caminhos reais dessa integração fronteiriça é uma publicação do jornal *O Trombeta*¹⁴² (Figura 11), de circulação no município de Capanema. O jornal publicou uma série de piadas sobre os argentinos com um título pejorativo “Argentininhos”. A publicação teve repercussão bastante negativa no município vizinho, que ao tomarem conhecimento do que foi divulgado ficaram descontentes.



FIGURA 17. Argentininhos

¹⁴¹ Projeto Escolas Bilíngues Dionísio Cerqueira\Bernardo de Irigoyen.

¹⁴² Fundado em 02 de janeiro de 1989, por Benito Cerineu Locatelli, Carlos Leandro Tscha e Valdelírio Michel (*in memoriam*).

Fonte: Jornal *O Trombeta* (14 de maio de 2005).

A publicação causou revolta do outro lado da fronteira, que, a população de *Andresito* inconformada com tamanho desprezo, que por meio do *intendente* enviaram uma carta oficial ao prefeito do município, Sr. Milton Kafer. O Sr. Aldo Aníbel, *intendente* do município de *Andresito* na época do acontecimento, assim relata:

Con asombro y perplejidad hemos leído en un periódico denominado “La Trompeta” de fecha 14 de mayo del corriente año, con tiraje en Capanema y zonas de influencia una increíble y asombrosa falta de respecto a las mínimas y elementales normas de convivencia entre dos pueblos que forjan su futuro mancomunadamente hace más de 25 años, discriminando en forma absurda al pueblo de la República Argentina¹⁴³.

É perceptível a indignação no discurso do *intendente* de *Andresito*, uma vez que há um grande esforço por parte da população, das lideranças e das autoridades em estreitar os laços e promover de fato uma integração, e tal atitude vai contra todos os esforços¹⁴⁴ realizados. Aldo Aníbel conclui sua carta da seguinte maneira:

Consideramos y siempre lo hemos hecho a nuestros pueblos Andresito y Capanema como hermanos que tienen lazos comunes y así deberá seguir siendo, es por ello y conociendo vuestra trayectoria, siempre a favor de la integración de nuestros pueblos es que solicitamos interceda, dentro de su ámbito, para que hechos de esta naturaleza no se repitan y para que podamos seguir avanzando en nuestro viejo anhelo de que la frontera sea un mero hito geográfico plasmado en un mapa y no una división étnica¹⁴⁵.

Aldo Aníbel deixa claro, no final da sua carta, que é preciso seguir avançando nos velhos anseios da fronteira, que a fronteira é refletida em um marco geográfico e não deve ser uma divisão cultural e étnica¹⁵⁸. Não há como negar que, cada vez mais, as identidades são plurais e

¹⁴³ O presente documento pode ser verificado junto à ACEC, Associação Comercial e Empresarial de Capanema.

¹⁴⁴ Entende-se, por *esforços*, grupos de trabalho, reuniões com a Polícia Federal e a Receita Federal, reuniões com autoridades e lideranças, audiências públicas, carta aos governantes e deputados, eventos realizados entre ambos os municípios.

¹⁴⁵ O presente documento pode ser verificado junto à ACEC, Associação Comercial e Empresarial de Capanema.

¹⁵⁸ Os diversos grupos que vivem na região: Índios Guaranis, descendentes de espanhóis, descendentes de alemães e italianos que vieram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, moradores da região Norte do Brasil que chegam em busca de trabalho.

as nações sempre se compuseram na diferença, mais ou menos escamoteada por uma hegemonização forçada, em grande parte artificial (CHIAPPINI, 2002).

Esse acontecimento do jornal *O Trombeta* chama para uma reflexão sobre os estereótipos criados para as diferentes culturas e identidades, o que acaba ficando intrínseco nas narrativas e resulta em atitudes como a publicação do jornal (Figura 11). O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome das semelhanças superficiais do grupo (ALBUQUERQUE JR, 2006).

O então prefeito de Capanema em 1995, Sr. Milton Kafer, escreveu uma carta aberta à população de *Andresito*, para se desculpar pelo acontecido e finaliza da seguinte maneira:¹⁴⁶

Para tanto precisamos combinar a força das ideias e dos sonhos com o desvelar da realidade e de seus problemas através das ações que reorientem na direção da formação de um só povo, ideia que habita em nossos corações mas teima em não acontecer.

Conforme destaca Martins (2016, p. 10), “no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos”.

Em uma das entrevistas realizadas, o senhor Hugo Câmara, morador de *Andresito*, e também Coordenador Geral do turismo no município de *Andresito*, enfatizou a importância em direcionar os olhos para as atividades culturais, afirma que

Eu creio que nós temos que pensar em questionar a integração cultural e humana esse é o primeiro passo para uma integração real, não existe outra integração no mundo que possa ser tão eficiente, eu não poder ir até lá, comer um churrasco, ou sair ouvir uma música, ou vir até aqui, se não puder passear livremente por teu território, não teremos nada, por mais que haja carga. Eu acredito que esse é o primeiro passo para integração, por isso nos batalhamos pelo funcionamento da aduana 24 horas.

O entrevistado explicita que, pensar a fronteira apenas nas atividades econômicas e comerciais e na compras de mercadorias, não é o caminho principal para pensar a integração, mas que a integração na fronteira começa pelo relacionamento com as pessoas, ou seja, não adianta a população e as lideranças pensarem e lutarem pela passagem de cargas ou em um

¹⁴⁶ Carta aberta à população de *Andresito*, que está arquivada na ACEC – Associação Comercial e Empresarial de Capanema. Escrita pelo então prefeito, Milton Kafer, em 25 de maio de 2005.

alfandegamento da fronteira se, quando cruzam a fronteira em direção ao país vizinho, não mantêm uma relação de amizade, não se cumprimentam na rua e se quando estão em um mesmo local, não se sentem próximos. Nesse sentido, José de Souza Martins afirma que:

A fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna parte antagônica de nós. Quando a história passa a ser a nossa história, a história da nossa diversidade e pluralidade, e nós já não somos nós mesmos porque somos antropofagicamente nós e o outro que devoramos nos devorou. (MARTINS, 2016, p. 134).

Nesse sentido é que questionamos como acontece a integração cultural na fronteira entre Capanema e *Andresito*. Se torna fundamental refletirmos se este espaço de fronteira tem abrigado uma integração fronteiriça real, que acontece de forma natural ou é permeado apenas por uma integração superficial que é impulsionada por interesses políticos e comerciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida foi de extrema importância para o meu crescimento pessoal e profissional, foi através dela que pude ter um novo olhar para a fronteira e para as relações que ali são estabelecidas. Trabalhar com a História Oral foi um grande desafio, pois lidamos com as memórias de alguns sujeitos que há muitos anos vivem nesta localidade. Foi por meio das entrevistas que conheci diversas pessoas, moradores das duas cidades e pude compreender a leitura que essas pessoas fazem sobre as relações fronteiriças, como se percebem enquanto sujeitos fronteiriços e como isso impacta no cotidiano. Ciente de que a fronteira é algo complexo e em constante transformação, procurei a luz da história do tempo presente compreender a dinâmica estabelecida pelo fronteiriço.

Manter o distanciamento do meu objeto de pesquisa foi um exercício diário durante todo o percurso desta pesquisa. Minha atuação profissional e as atividades que desenvolvo juntamente com a prefeitura e lideranças fizeram que muitas vezes eu assumisse o discurso das

fontes e para evitar isso fez-se necessário uma série de leituras e reflexões. Em muitos momentos eu me via como esse sujeito fronteiriço, que atravessa a aduana em busca de produtos, ou apenas para uso da rota mais curta até Foz do Iguaçu.

A disputa pela fronteira entre Brasil e Argentina remonta o tempo que portugueses e espanhóis tinham domínio sobre este território. Após cerca de 400 anos de disputas é que se definiu a linha de fronteira, por meio do arbitramento de Stephen Grover Cleveland, em 1895, que ficou conhecido como Questão de Palmas ou *Misiones*.

Após a fronteira ser estabelecida o território passou a ser colonizado, muitas famílias vieram de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul com promessas de terras produtivas para o cultivo. A primeira fase da colonização do sudoeste paranaense contou com a participação dos índios Kaingang e a segunda pela Colônia Militar Chopim e Colônia Militar Chapecó, mas que não obtiveram sucesso. A terceira e última fase da colonização foi marcada pela criação da CANGO, que ficou conhecida como o ponto de partida da colonização no sudoeste do Paraná. Outras colonizadoras se instalaram na região, dentre elas a CITLA. A maneira como a CITLA atuava gerou um clima de tensão na região. A ação violenta dos grileiros e jagunços culminou na Revolta dos Posseiros de 1957 quando os posseiros se juntaram e invadiram a sedes das companhias e armaram a tocaia do KM 17.

Ainda no primeiro capítulo analisamos o *Plán de Colonización Andresito*, que foi um plano do governo argentino para colonizar o município de *Andresito* e impedir que brasileiros tomassem posse daquelas terras.

No segundo capítulo vimos por meio do relato dos interlocutores como o deslocamento entre um município e o outro era feito e de que maneira a construção da ponte afetou a vida daqueles fronteiriços. Quando a ponte não existia a travessia era feita em pequenas embarcações, que além dos moradores levavam compras de mercado, objetos, roupas e até móveis e eletrodomésticos.

Quando a estrada do Colono que ligava Capanema a Serranópolis do Iguaçu foi fechada o governador do Estado, Roberto Requião, mesmo sem apoio do Governo Federal e do Governo da Argentina, decidiu subsidiar a construção da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio, ligando o sudoeste do Paraná ao nordeste de *Misiones*, que serviria como uma rota alternativa para chegar a Foz do Iguaçu no Oeste do Paraná. Os moradores que faziam a travessia em embarcações passariam a usar a ponte internacional. Porém, ao mesmo tempo em que a travessia

passou a ser feita de forma rápida, a população passou a ser fiscalizada pelos órgãos de controle aduaneiros, o que conseqüentemente causou desconforto na população.

No terceiro capítulo analisamos a integração na fronteira a partir de três pontos, a visão oficial do estado, as relações de comércio e as relações interpessoais e culturais. Neste momento foram analisados alguns documentos que regulamentam o funcionamento da aduana, como os atos declaratórios e as ações da comissão pró-alfandega, que foi constituída com o intuito de discutir o funcionamento da Aduana. O posicionamento de empresários e funcionários do comércio foi importante para compreendermos a dinâmica comercial nesta fronteira.

A construção da Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio foi um marco para as cidades, mas não podemos dizer que ela foi protagonista na integração entre as localidades, uma vez que a travessia já acontecia antes dela. Ao mesmo tempo em que ela trouxe praticidade para o deslocamento, trouxe consigo uma série de obstáculos burocráticos, como o controle e fiscalização. Nesse sentido a ponte torna-se também um obstáculo para a integração, pois ao mesmo tempo em que ela integra, também reforça a existência da fronteira.

O discurso de integração fronteiriça, por vezes soa muito idealista, ou como algo que flui de forma natural, como algo belo. Mas que muitas vezes não considera a realidade local e a vontade da população. Por vezes o discurso das lideranças é disseminado como sendo a vontade do povo. Para contrapor a isso, analisamos a charge de um jornal que menosprezou os argentinos e causou desconforto na população de *Andresito*, que por meio de nota oficial se pronunciou e solicitou retratação por parte do jornal.

Procurei durante a construção desta dissertação, compreender como os moradores de *Andresito* e Capanema se relacionavam e se relacionam por meio das relações materiais e imateriais. De que forma a política, o comércio, as atividades culturais influenciam as relações na fronteira.

Em meio a esse cenário, algumas questões em pauta, como horário de funcionamento da Ponte Internacional e a liberação da passagem de cargas entre os países. Diversos têm sido os esforços das autoridades, dos empresários, das lideranças e de diversas instituições para que haja um avanço na integração transfronteiriça e otimização do funcionamento da aduana.

Estudar a fronteira é um desafio, pois ela é híbrida e esta em constante transformação, se encontra sob a jurisdição dos governos nacionais, mas ao mesmo tempo faz parte das

localidades municipais. Há uma série de fatores que foram apresentados no decorrer desta pesquisa, que fazem da fronteira um lugar único.

A fronteira precisa ser vista como um lugar de oportunidades como um lugar de encontros e não de desencontros, como um lugar de aprendizado, de respeito, de troca de experiências e de amizade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. In: PEGORARO, Everly. *Dizeres em Confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense*. 2007. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense/Unicentro, Niterói.

ALBERTI, **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BARROS, Vera Lúcia Fregonese. **A colônia militar do Chopim – 1882 à 1909**. (Dissertação de Mestrado). UFSC: Florianópolis, 1980.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e representação. In: _____. **O poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: _____. **A Economia das trocas linguística**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CHIAPPINI, Ligia. Multiculturalismo e Identidade Nacional. In: MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras Culturais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CÁMARA, Hugo. **Síntesis de la historia cultural y natural del Municipio de Comandante Andresito y la región**. 2017. Não publicado.

CASTANHA, André Paulo; MANCHINI, Salete Reckziegel. **Capanema antes da colonização: vestígios da ocupação territorial indígena na região**. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Caderno de Artigos PDE – Vol 1. Paraná, 2013.

CORBARI, Clarice Cristina; FENNER, Any Lamb. **Entre falares da fronteira do Paraná: preconceito ou aceitação?** Revista Estudos Linguísticos, São Paulo, 43 (1): p. 489-499, janabr 2014.

CORNELLI, José Pedro; CASTANHA, André Paulo. **Estrada do Colono: história, consciência ambiental e desenvolvimento local**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde2012/arquivos/8197-28.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DAMBROS, Vanderlei. **A Revolta dos Colonos (1957-1997)**. Francisco Beltrão: Grafit, 1997.

DUTRA, Olivio. Governador do Rio Grande do Sul em 2000. In: MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras Culturais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. **Brasil e Argentina: Um ensaio da história comparada (1850 – 2002)**. 1ª Ed. São Paulo: Editora 34. 2004.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina:** Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

FERRARI, Maristela. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:** o extremo oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX). 2011. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GOMES, Iria Zanoni. **1957: A Revolta dos Posseiros.** Curitiba: Criar Edições, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina:** a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco. Passo Fundo: Méritos, 2007.

JORNAL DO COMMERCIO, 22 jul. 1891. In: HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina:** a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco. Passo Fundo: Méritos, 2007.

_____. 08 fev. 1895. In: HEINSFELD, Adelar. **Fronteira Brasil/Argentina:** a Questão de Palmas – de Alexandre Gusmão a Rio Branco. Passo Fundo: Méritos, 2007.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Iara, Aun (orgs.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo, Olho d'água, 2004.

LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense,** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – Bib. Pública do Paraná, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MYSKIW, A. M. **Uma breve história da formação da fronteira no Sul do Brasil.** In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul.** Chapecó: Ed. UFFS, 2016. p. 43-72.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX.** Revista Brasileira de Estudos de População, 28(1), 103131

MORAES, Cristina de. O Mapa do Território Nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil. **Confins**: Revista Franco-brasileira de geografia. N. 30. 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/11774#authors>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

MORAES, Mário de. Sangue no Paraná. O cruzeiro, p. 70, 12 out. 1957. In: PEGORARO, Everly. **Dizeres em Confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense**. 2007. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense/Unicentro, Niterói.

MOREIRA, Roberto José; LUCENA, Marta Gomes de Lima. A fronteira binacional (Brasil e Uruguai): território e identidade social. Revista Interuniversitária de Estudios Territoriales Pampa 5. Santa Fé, República Argentina, año 5 – número 5, 2009. Disponível em <<https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/ojs/index.php/PAMPA/article/view/3163/4693>>. Acesso em: 10/09/2018

ORBEN, Tiago Arcanjo. **A Revolta dos Colonos de 1957, interpretações, apropriações e memórias**. Dissertação de Mestrado – PUC/Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

PASSETI, Gabriel. *Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852-1859*. História, São Paulo, 28 (2): 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v28n2/06.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

PEGORARO, Everly. **Dizeres em Confronto: A Revolta dos Posseiros de 1957 na Imprensa Paranaense**. 2007. Dissertação (mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense/Unicentro, Niterói.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras Culturais**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

POLI, Jaci. **Da posse para a propriedade da terra no sudoeste do Paraná (1962 - 1973)**. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

_____. Questão Agrária: da posse para a propriedade da terra no Sudoeste do Paraná (1962-1973). In: VANNINI, Ismael; GELLER, Odair Eduardo. (Orgs.). **História**: tempos e espaços de criação. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009.

_____. Revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná. In: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra&Vida, 2015.

PORTELLI, Alessandro. **Sonhos Ucrônicos: Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores**. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo: Projeto História, 1993.

_____. **Memória e diálogo:** desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; Fernandes, Tânia Maria; Alberti, Verena. (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PYKE, Jorge N. **El acionar de la nación y el estado durante la última dictadura militar en argentina:** El Plan de Colonización Andresito en la frontera de Misiones (1978-1983). In: *Abordagens historiográficas na fronteira: trabalhos apresentados no II Encontro Acadêmico de História “Fronteira: Passado-presente” e no II Simpósio de História da América*. German Sterling (org.). Foz do Iguaçu: Uniamérica – Biblioteca, 2006.

PYKE, Luz Irene. **Estado, política y frontera:** las autoridades políticas y los agentes estatales argentinos frente a ovimientos políticos transfronterizos en el territorio nacional de Misiones durante las décadas de 1920 y 1930. Tese de doutorado em História. Universidad Nacional Mar Del Plata, 2017.

REIS, Arthur José Ferreira. Os tratados de limite. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). **História Geral da Civilização brasileira**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.

RETIS. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

RAU, Víctor. **La yerba mate en misiones (Argentina):** Estructura y significados de una producción localizada. Vol.15, n.28, pp. 49-58. *Agroalim* [online]. 2009.

STOCKMANN, Maria de Lourdes; PIRES, Ariel José; SCHMITZ, Nilza Maria Hoinatz. **A Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra**. Guarapuava: Seed/Unicentro/PDE, 2007. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/715-4.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2018.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste:** ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

Documentários

Buscando Al Comandante Andresito. <https://www.youtube.com/watch?v=gXtT968p7V0>. Acesso em: 15/09/2019

Jornais

“El Territorio”, 03/05/1979. Pg. 11

Jornal “O Estado do Paraná”. Curitiba, 04 de Outubro de 1957. In: LAZIER, Hermógenes. **Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense**, Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – Biblioteca Pública do Paraná, 1986. P, 77.

Gazeta do Povo, 1994.

Sites:

PIGNA, Felipe. https://www.clarin.com/viva/columnistas_viva-felipe_pignahaciendo_historia_0_HkfxT06uvmx.html. Acesso em 08/09/2019

Sobre a “Guerra da Confederação Argentina e Buenos Aires e seus incidentes”, consultar o Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1859, Anexo B. Disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/images/Relatorios/Relatorio_1859.pdf

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2502-16novembro-1859-557770-publicacaooriginal-78434-pe.html>

<https://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/pr>

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/capanema/pesquisa/24/75511>. Acesso em 15/08/2018

https://es.wikipedia.org/wiki/Andresito_Guazurari. Acesso em 10/08/2019.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/capanema/historico>

<http://www.capanema.pr.leg.br/processo-legislativo/legislatura/8a-legislatura-1982-20131988/view>

Lei 1839 de 20 de Julho de 1983.

Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1857. Idem, p.80 – 81.

Refere-se ao Mapa das Cortes, de 1749.

Lista de Entrevistas

Entrevista com Levino Frizzo, nas dependências do IFPR Campus Capanema, em 09 de Maio de 2018.

Entrevista em vídeo realizada com Terezinha Catani, nas dependências do IFPR Campus Capanema, em 14 de Setembro de 2017.

Entrevista realizada com Ivanir Ferronato, 75 anos, concedido em 08 de maio de 2017.

Entrevista realizada com *Sandiez Mirian Rosand*, concedida em 31 de outubro de 2017.

Entrevista realizada com Hugo Câmara, realizada em *Andresito*, em 07 de Julho de 2017 e 06 de março de 2018.

Entrevista realizada com o empresário Luiz Fernando Luersen, realizada nas dependências de seu comércio, em 31 de Outubro de 2017.

Entrevista realizada com a vendedora Simone Philipsen Schuck, realizada nas dependências do comércio onde trabalha em Capanema, em 31 de outubro de 2017.

Entrevista realizada com JR (pseudônimo), em *Andresito*, em 31 de outubro de 2017.

Entrevista realizada com João (pseudônimo), em Capanema, em 17 de junho de 2019.